

RELATÓRIO E CONTAS

GNB – GESTÃO DE ATIVOS SGPS, S.A.



2017

72 2017 14

ÍNDICE

I	RELATÓRIO DE GESTÃO.....	2
1	ESTRUTURA EMPRESARIAL.....	2
1.1	INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL.....	2
1.2	ESTRUTURA ACIONISTA E PARTICIPADAS.....	2
1.3	ÓRGÃOS SOCIAIS.....	4
2	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO.....	5
2.1	SITUAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL.....	5
2.2	SITUAÇÃO ECONÓMICA – PORTUGAL.....	5
2.3	EVOLUÇÃO DO MERCADO MOBILIÁRIO.....	6
2.4	EVOLUÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO PORTUGUÊS.....	7
3	ATIVIDADE.....	8
3.1	ATIVIDADE NACIONAL.....	8
3.2	ATIVIDADE INTERNACIONAL.....	13
4	RECURSOS HUMANOS.....	13
5	ANÁLISE FINANCEIRA.....	14
5.1	CONTAS CONSOLIDADAS.....	14
5.2	CONTAS INDIVIDUAIS.....	15
6	PROPOSTA DE RESULTADOS.....	16
7	NOTAS FINAIS.....	16
II	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS.....	17
1	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	17
2	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS.....	22
3	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.....	27
III	RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE.....	90
1	ESTRUTURA E MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO.....	90
1.1	ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO.....	90
1.2	MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO.....	91
2	POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO.....	92
2.1	ENQUADRAMENTO.....	92
2.2	POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA GNB – Gestão de ativos, SGPS, S.A E ENTIDADES FINANCEIRAS POR SI DOMINADAS.....	92
2.3	POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES DA GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A E ENTIDADES FINANCEIRAS POR SI DOMINADAS.....	97

TS JP 146

I RELATÓRIO DE GESTÃO

1 ESTRUTURA EMPRESARIAL

1.1 INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL

A Sociedade, que foi constituída em 3 de dezembro de 1992 com a denominação de ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, SA, tendo em 23 de maio de 2016 alterado esta para GNB - Gestão de Ativos, SGPS, SA (adiante também referida como GNBGA SGPS), tem por objeto o exercício da atividade a gestão de participações sociais noutras sociedades, e faz parte integrante do Grupo NOVO BANCO.

A GNB - Gestão de Ativos, SGPS, SA, com um capital social de onze milhões setecentos e cinquenta mil euros, é a holding do Grupo NOVO BANCO que enquadra a atividade de gestão de ativos financeiros.

A atividade de gestão de ativos é desenvolvida em Portugal e no estrangeiro (Espanha, Luxemburgo) através de sociedades especializadas constituídas para o efeito.

As participadas nacionais da GNBGA SGPS funcionam de um modo integrado potenciando, assim, um nível de serviço com grande racionalidade operativa, salvaguardando, no entanto, a identidade e a separação patrimonial, financeira e jurídica de cada uma.

A oferta de produtos abrange um conjunto variado de fundos – mobiliários, imobiliários e de pensões – para além da prestação de serviços de gestão discricionária e de carteiras.

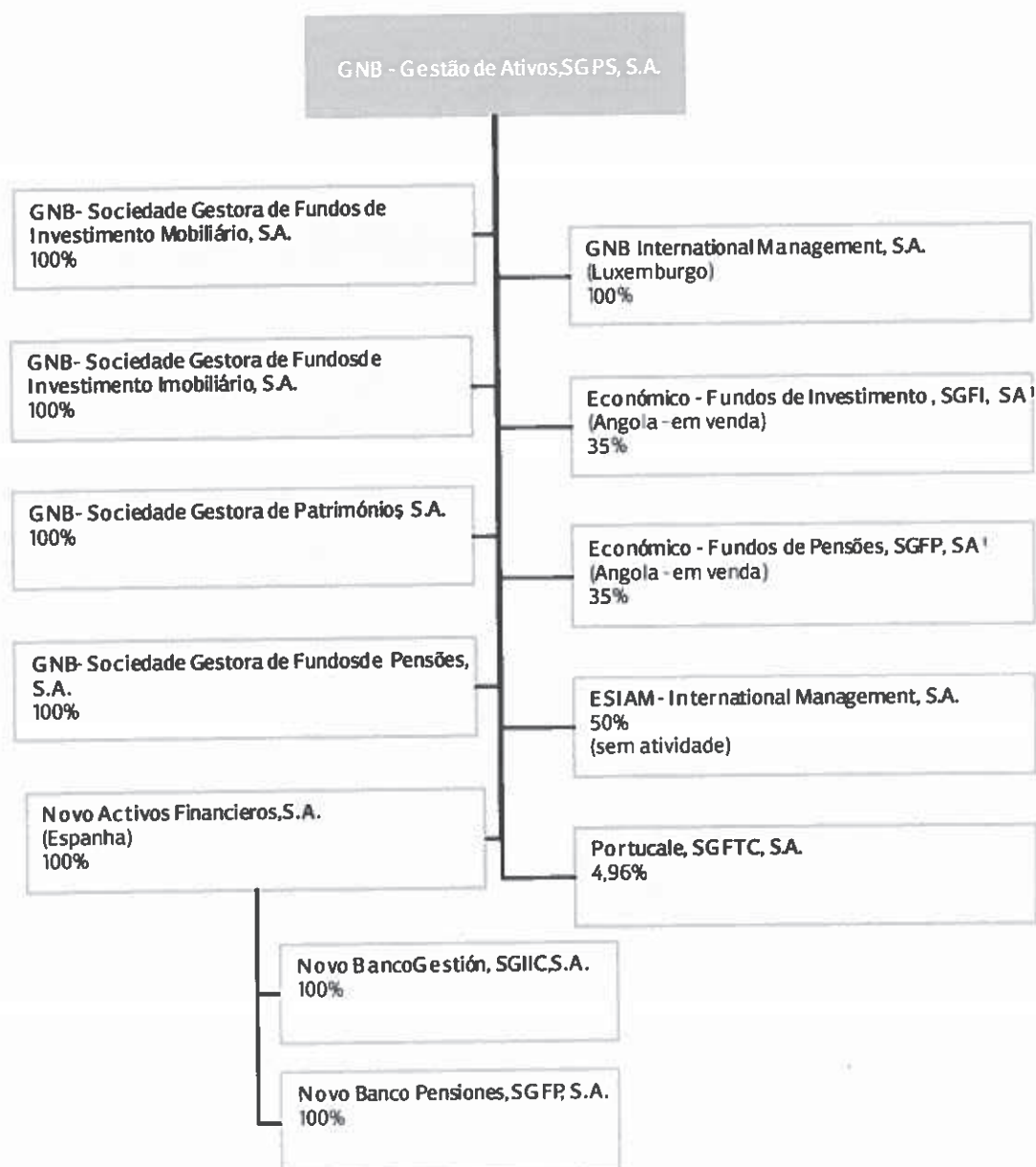
1.2 ESTRUTURA ACIONISTA E PARTICIPADAS

Estrutura Acionista

Em 31 de Dezembro de 2017 o Novo Banco, S.A. era o único detentor de 100% do capital da Sociedade.

Sociedades Participadas

No âmbito da atividade de gestão de ativos integram a GNB - Gestão de Ativos, SGPS, S.A. um conjunto de empresas nacionais e internacionais



Em Julho de 2017 foi celebrado contrato de venda das participações detidas em Angola – Económico – Fundos de Investimento, SGFI, SA E Económico – Fundos de Pensões, SGFP, SA. A concretização da transacção aguarda a obtenção da autorização do Banco Nacional de Angola.

Handwritten signature

¹ Sociedades em processo de venda, cuja concretização aguarda autorização do Banco Nacional de Angola

1.3 ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Pedro Queiróz de Barros (Presidente)
Francisco Maria Pimentel Vilhena de Carvalho

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos (Presidente) – Terminando hoje (28.02.2018) o mandato
João Carlos da Piedade Ferreira de Pina Pereira
Nuno Manuel Patricio dos Santos

Conselho de Fiscal

António Joaquim Andrade Gonçalves (Presidente)
Joaquim Manuel da Silva Neves (Vogal Efectivo)
José Maria Ribeiro da Cunha (Vogal Efectivo)
Sérgio de Sousa Nunes (Vogal Suplente)

REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C (ROC nº 183) representada por ou
Carlos Manuel Sim Sim Maia (ROC nº 1138)

REVISOR OFICIAL DE CONTAS SUPLENTE

Jorge Manuel Santos Costa (ROC nº 847)

RB
JPP
UX

2 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

2.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL

O ano de 2017 foi marcado por uma aceleração da atividade nas principais áreas económicas, com a expansão do PIB mundial a subir de 3,2% para 3,7%. Pela primeira vez desde 2010, o crescimento da atividade global beneficiou simultaneamente do conjunto das economias avançadas e emergentes. O primeiro grupo registou uma aceleração de 1,7% para 2,3%, suportada por políticas monetárias e orçamentais expansionistas. No conjunto das economias emergentes, o crescimento do PIB subiu de 4,4% para 4,7%, beneficiando, entre outros fatores, da subida dos preços das matérias-primas e do dinamismo dos fluxos de comércio internacional.

Nos EUA, o PIB cresceu 2,3%, depois de um registo de 1,5% em 2016. Após um início de ano com um crescimento relativamente débil, a atividade económica recuperou a partir do 2º trimestre, assente num desempenho sólido do consumo privado e, sobretudo, numa aceleração do investimento das empresas. A economia da Zona Euro cresceu 2,4% em 2017, acima das expectativas iniciais e em aceleração face ao registo de 1,8% observado em 2016. O consumo privado e o investimento exibiram crescimentos anuais relativamente estáveis, de 1,9% e 4,4%, respectivamente. Esta evolução da procura interna foi suportada (i) por condições monetárias e financeiras expansionistas, que se traduziram numa recuperação do crédito às famílias e às sociedades não financeiras; (ii) pelo recuo da taxa de desemprego, de 10% para 9,1% da população activa; e (iii) por uma evolução muito positiva dos níveis de confiança dos consumidores e das empresas, reflectindo em parte uma atenuação dos riscos políticos. As exportações da Zona Euro aceleraram em 2017, atingindo um crescimento anual de 5%, 1,7 p.p. acima do registo de 2016. Ainda na Europa, o PIB do Reino Unido cresceu 1,8% em 2017, após uma expansão de 1,9% em 2016. O abrandamento da atividade é atribuível, sobretudo, à desaceleração do consumo privado e à erosão do poder de compra resultante da subida da inflação, de 0,7% para 3%. Esta subida, por seu turno, refletiu sobretudo os efeitos desfasados da depreciação da libra, após o referendo do Brexit, em Junho de 2016. Na China, o PIB cresceu 6,9% em 2017, acima das expectativas. A aceleração face ao crescimento de 6,7% observado em 2016 – a primeira desde 2010 – ocorreu apesar da adopção de algumas medidas restritivas de política, que se traduziram numa desaceleração do crédito e do consumo no conjunto do ano. As exportações líquidas registaram o maior contributo para o crescimento desde 2008, beneficiando do maior dinamismo da atividade económica global.

2.2 SITUAÇÃO ECONÓMICA – PORTUGAL

Em Portugal, a atividade económica expandiu-se 2,6% em 2017, acima das expectativas e em aceleração face ao registo de 1,5% observado em 2016. Em contraste com o ano anterior, a procura interna aumentou o seu contributo para o PIB, com o consumo privado a exibir um crescimento relativamente estável, em torno de 2,2%, e com o investimento a registar uma aceleração expressiva, de 0,9% para 8,4%. A confiança das famílias atingiu, em 2017, máximos históricos, suportada pela redução da taxa de desemprego, de 11,1% para 8,9% da população ativa, e pelo aumento do rendimento disponível, beneficiando da redução de impostos diretos e do aumento das remunerações. Por seu lado, o investimento beneficiou da melhoria das condições de financiamento, de uma recuperação do investimento público e, no caso das empresas, da necessidade de renovação ou expansão da capacidade produtiva, no contexto de uma melhoria das perspectivas para a procura interna e externa. A aceleração das importações em 2017 (de 4,1% para 8,7%) determinou um contributo ligeiramente negativo da procura externa líquida para o crescimento do PIB, não obstante o forte desempenho das exportações, que subiram 8,8%. O setor do turismo acentuou o dinamismo da atividade

observado nos anos anteriores, contribuindo para variações homólogas de dois dígitos nas exportações de serviços ao longo de 2017 (10% no 3º trimestre).

A taxa média anual de inflação, medida pelo IPC, subiu de 0,6% para 1,4%. Já os preços da habitação prolongaram a tendência ascendente observada em 2016, registando um crescimento homólogo de 10,4% no 3º trimestre. Embora mais expressiva nos principais centros urbanos e nos segmentos de maior valor, esta subida dos preços da habitação foi visível na generalidade das regiões e dos segmentos do mercado. A recuperação do investimento imobiliário e a melhoria da confiança das famílias traduziram-se em aumentos muito expressivos dos fluxos de novo crédito à habitação e ao consumo, embora em níveis ainda significativamente inferiores aos observados antes da crise financeira. Por seu lado, o fluxo de novo crédito às sociedades não financeiras contraiu-se ligeiramente em 2017, refletindo, em parte, a continuação do processo de desalavancagem das empresas. O défice público desceu de 2% para 1,2% do PIB, enquanto a dívida pública recuou de 130,4% para 126% do PIB. Esta evolução benigna das contas públicas ajudou Portugal a abandonar, em Junho, o Procedimento por Défices Excessivos. Em setembro, a dívida pública portuguesa recuperou o estatuto de *investment grade* atribuído pela agência S&P, depois de um *upgrade* do *rating* soberano, de BB+ para BBB-, com *outlook* estável. Em dezembro, a agência Fitch elevou o *rating* de Portugal de BB+ para BBB. Neste contexto, e depois de atingir um máximo de 2 anos em Março (4,3%), a *yield* das Obrigações do Tesouro (OT) a 10 anos recuou para 1,9% no final do ano. O *spread* face ao Bund alemão estreitou de um máximo de 387 bps, em Fevereiro, para 152 bps no final do ano. Seguindo a tendência positiva dos principais índices accionistas europeus, o PSI-20 valorizou 15,2% em 2017.

2.3 EVOLUÇÃO DO MERCADO MOBILIÁRIO

O ano de 2017 caracterizou-se como um ano de baixas taxas de juro, volatilidades de um dígito e sentimento positivo tanto para os mercados de ações como para os mercados de crédito.

Ao nível dos mercados de ações, e apesar do adiamento das políticas orçamentais e fiscais expansionistas nos EUA, registou-se um ano positivo, com o mercado norte-americano a registar, quase todas as semanas, máximos dos índices e mínimos de volatilidade. O contexto macro de crescimento, que se foi generalizando às diferentes regiões do mundo, sem vislumbre de tensões inflacionistas, moderou um *FED* que se temia mais restritivo e sustentou a confiança dos participantes do mercado: estados, empresas e aforradores.

Ao nível do mercado de crédito, as emissões de primário atingiram valores recorde, com as empresas a aproveitarem para se financiar a custos baixos, dentro de um contexto de taxas baixas, *spreads* em forte estreitamento, reflexo de um ambiente rico em liquidez.

Um dos contribuidores para este ambiente foram os bancos centrais. Sem grandes surpresas, o BCE manteve o *quantitative easing*, começando, no entanto, a reduzir o valor da liquidez injetado no mercado, enquanto a *FED* continuou a subida de taxas, iniciada no final de 2016, mas mantendo uma trajetória lenta e ponderada. Esta moderação foi também visível no mercado de taxa de juro, a taxa de referência dos 10 anos europeu terminou em queda e a dos *treasuries* terminou o ano inalterada.

É ainda importante realçar a forte valorização do Euro contra o Dólar e a subida do preço do petróleo, concretizada na segunda metade do ano e em consequência de uma política de controlo da oferta, finalmente, coordenada e cumprida entre os grandes países produtores de petróleo (OPEC e não OPEC).

10 2017 2018

2.4 EVOLUÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO PORTUGUÊS

De acordo com os dados disponíveis, no ano de 2017, o investimento realizado em imobiliário superou o *record* do ano de 2015 situando-se nos 2.200 milhões de euros. Comparativamente a 2016, o investimento nacional cresceu superando a fasquia dos 20%, sendo que os investidores europeus representaram mais de 75% do investimento total.

O crescimento da economia e atratividade do mercado imobiliário ao nível nacional e a elevada liquidez, taxas de juro baixas e crescente alocação do setor imobiliário nos portfolios internacionais foram os fatores determinantes para o crescimento do mercado imobiliário nacional em 2017. Em termos de segmentos, a fraca oferta habitacional e de escritórios face à procura foram os principais *drives* de subida dos valores de comercialização, assim como o crescimento do turismo permitiu ao setor hoteleiro atingir desempenhos extraordinários.

Estima-se que o segmento habitacional tenha representado 25% do mercado total e que tenham sido transacionados mais de 150.000 imóveis quase igualando os valores de 2008. Tendo o crescimento percentual de preços situado ligeiramente abaixo dos dois dígitos.

A procura de espaços comerciais manteve-se forte ao longo de 2017. O crescimento das empresas devido ao ritmo do crescimento económico impulsionou este segmento verificando-se a entradas de novas empresas com serviços partilhados e de tecnologia devido à disponibilidade e custo de mão-de-obra qualificada.

O crescimento do consumo privado, acima dos 2% em 2017, associado ao forte crescimento do turismo sustentaram o crescimento de 4% das vendas do comércio a retalho, permitindo a continuação – sustentada desde 2015 – da expansão deste segmento de mercado com aumento de novas aberturas e entrada de novos *players* no mercado. O crescimento das vendas a retalho teve também um impacto positivo no segmento de logística, tendo atingido um acréscimo de 80% em Lisboa e Porto com uma ocupação de 300.000 m². Em Lisboa verificou-se uma redução de 5% na taxa de desocupação, passando a mesma para os 14% e no Porto, atendendo a que a taxa de desocupação era já residual, verificou-se que 87% das novas ocupações foi efetuada em nova construção de armazéns. Por outro lado, as rendas de logística cresceram nestes dois pólos (Lisboa e Porto) cerca de 7%.

Em resultado, o mercado imobiliário apresentou um comportamento muito positivo em 2017, com um aumento do nível de investimento face ao ano anterior, perspetivando-se para 2018 uma maior estabilização das *yields* associada ao dinamismo da atividade verificado em 2017.

Handwritten signature

3 ATIVIDADE

No final do exercício de 2017, o volume global de ativos sob gestão era de 10.880 milhões de euros, englobando toda a atividade de gestão de ativos desenvolvida pelas sociedades suas participadas (montante excluído dos valores em gestão nas sociedades participadas em Angola, que se encontram em processo de venda), montante este que representa uma diminuição de cerca de 8,8% face ao ano anterior.

	2015	2016	2017 ²	Variação 2016/2017
Fundos de Investimento Mobiliário	1 734	1 492	1 207	-19.1%
Fundos de Investimento Imobiliário	2 094	1 406	1 379	-2.0%
Fundos de Pensões	2 221	2 110	2 230	5.7%
Gestão Discrecionária	8 038	6 923	6 064	-12.4%
Total:	14 088	11 931	10 880	-8.8%

A diminuição de ativos sob gestão verificou-se nas várias tipologias de produtos e serviços oferecidos pelas empresas pertencentes ao grupo GNB Gestão de Ativos, tendo-se durante o exercício de 2017 prosseguido a reestruturação da oferta de produtos, com o objetivo de simplificação da mesma.

	Volume global de ativos sob gestão		Variação
	2016	2017 ²	2017/2017
Atividade Doméstica	10 379	9 661	-6.9%
Atividade Internacional	1 553	1 219	-21.5%
Total:	11 931	10 880	-8.8%

A nível internacional, a atividade representava no final de 2017 cerca de 11% do total de ativos sob gestão (2016:13%). A GNBGA-SGPS acordou em 2017 as condições de alienação das sociedades sediadas em Angola, cuja concretização aguarda apenas autorização do Banco de Nacional de Angola. A actividade em Espanha representa neste momento aproximadamente de 80% do total de ativos sob gestão da componente internacional.

3.1 ATIVIDADE NACIONAL

A atividade da GNBGA-SGPS em Portugal apresentou, em termos consolidados, um total de ativos sob gestão de cerca de 9.661 milhões de euros, o que representa um decréscimo de cerca 6,9% face ao ano anterior. O volume de ativos sob gestão está distribuído pelas atividades de gestão de fundos mobiliários, imobiliários, pensões e carteiras de gestão discrecionária.

FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO

O ano de 2017 ficou marcado pelo aumento do total de ativos sob gestão no mercado nacional de Fundos de Investimento Mobiliário, após alguns anos de queda de volumes. Observou-se um aumento de 10,7% face ao final do ano de 2016. Globalmente, os volumes sob gestão passaram de 11.100 milhões de euros em finais de 2016 para 12.292 milhões de euros em finais de 2017.

² Para as sociedades sediadas em Angola em processo de venda, cuja concretização aguarda autorização do Banco de Nacional de Angola, não foram considerados os correspondentes activos sob gestão para os anos de 2016 e 2017.

Ao nível da categoria de fundos, é de destacar os Fundos de curto prazo euro, que mais do que duplicaram os ativos sob gestão (+1.512 milhões de euros). Também os Fundos PPR apresentaram um crescimento bem acima da média do mercado, com um crescimento de 48% (+742 milhões de euros) no ano.

As categorias de fundos com maior peso no total dos ativos sob gestão são os seguintes:

(milhões de euros)		
	Volumes sob Gestão	Quota
Fundos de Curto Prazo Euro	2 827	23.0%
Fundos PPR	2 279	18.5%
Fundos Multi-Ativos Defensivos	1 990	16.2%
Fundos Obrigações Taxa Indexada Euro	1 005	8.2%
Fundos Obrigações Euro	540	4.4%
Restantes Categorias (22)	3 651	29.7%

A GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (GNB FIM), apresentava em 31 de dezembro de 2017 um volume sob gestão de 337 milhões de euros, o que traduz um aumento de cerca de 11% relativamente ao ano anterior. Crescimento este similar ao observado no total da indústria.

Em 2017 foi prosseguida a reestruturação da oferta, tendo a sociedade promovido a fusão e/ou liquidação de alguns fundos por forma a otimizar esta.

Assim, procedeu-se à liquidação do Fundo NB Plano Poupança Ações, tendo-se também, no mesmo período, promovido três processos de fusão Fundos. O Fundo NB Ações América foi incorporado no Fundo NB Momentum (Fundo Incorporante). O Fundo NB Rendimento foi incorporado no Fundo NB Liquidez e, em simultâneo, objecto de transformação, resultando na constituição de um Fundo de investimento mobiliário aberto do mercado monetário, o actual NB Monetário. Paralelamente, os Fundos NB Renda Mensal e NB Capitalização foram incorporados no Fundo NB Tesouraria Ativa, o qual foi redenominado para NB Capital Plus.

A repartição por categoria de fundo na sociedade no final do ano de 2017 era a seguinte:

(euros)	
	31.12.2017
Fundos de Obrigações	106 027 879
Fundos de Ações	98 244 279
Fundos de Poupança	15 280 544
Fundos Flexíveis	45 398 077
Fundos Mercado Monetário	42 392 135
Fundos Alternativos	29 962 534
Total	337 305 448

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade detinha uma quota de mercado de 2,7%, tendo passado da 6ª para a 5ª posição no ranking das Sociedades Gestoras do mercado nacional, o que reflete a continuação do movimento de recuperação de quota de mercado já verificado em 2016.

Handwritten signature: JPP ux

Os resultados no final do exercício de 2017 inverteram a tendência negativa dos últimos anos, sendo que esta inversão resulta, principalmente, da redução nos custos operativos, e do aumento dos proveitos líquidos auferidos.

Neste contexto, a GNB FIM apresentou um resultado líquido de 1 920 milhares de euros, o que reflete uma recuperação bastante significativa face ao ano homólogo (2016: -1 683 milhares de euros), explicada, sobretudo, pelo aumento do produto bancário, nomeadamente pelo aumento das comissões líquidas auferidas (+255,84%), devido essencialmente ao aumento dos volumes sob gestão e às comissões de performance obtidas, em resultado do comportamento positivo dos Fundos no decorrer do ano. De referir igualmente o contributo ao nível dos custos operativos (1 550 milhões de euros) que registaram um decréscimo de 57,12%, sobretudo na componente de custos com pessoal, refletindo o processo de reestruturação ocorrido em 2016.

FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Em 31 de dezembro de 2017, o mercado nacional de Fundos de Investimento Imobiliário apresentou um crescimento de 2,5% face ao início do ano, passando de 10.529 milhões de euros para 10.794 milhões de euros de ativos sob gestão.

No final de 2017, estes ativos estavam distribuídos por 226 fundos de investimento, apresentando a seguinte configuração:

(milhões de euros)		
	nº	montante
Fundos Abertos	16	3 847
Fundos Fechados	210	6 947
Total	226	10 794

O volume sob gestão dos Fundos de investimento imobiliário geridos pela Sociedade GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (GNB FII) atingiu em 31 de dezembro de 2017 um montante de cerca de 1.379 milhões de euros, representando um decréscimo de 2% face ao ano anterior. Com uma quota de mercado de 12,8%, a GNB FII ocupava a 2ª posição no ranking das sociedades gestoras do mercado português.

A diminuição de ativos sob gestão deve-se à produção líquida negativa nos fundos de investimento imobiliário abertos e/ou reduções de capital efectuadas em alguns fundos de investimento imobiliário fechados.

Durante o ano de 2017, e no que concerne aos fundos de investimento imobiliário fechados, de salientar a transferência para gestão da Sociedade do Fundo de Investimento Imobiliário SOLID. Ainda durante o ano, a Sociedade Gestora foi solicitada a insolvência de 2 fundos de investimento imobiliário fechados – fundos MGE e Edifundo – por se considerar que os mesmos não apresentavam condições financeiras que assegurassem a sua viabilidade.

No final do ano a Sociedade Gestora tinha sob gestão 32 fundos de investimento imobiliário, sendo 5 fundos abertos, com um património de 747 milhões de euros, e 27 fundos fechados, que totalizavam 631 milhões de euros de ativos sob gestão.

TS JPP
ur

(milhões de euros)

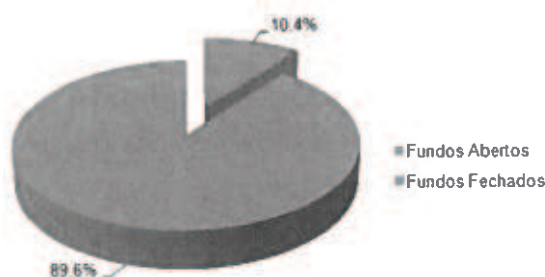
	nº	montante
Fundos Abertos	5	748
Fundos Fechados	27	631
Total	32	1 379

A GNB FII apresentou um resultado líquido de 3 993 milhares de euros, o que reflete um aumento face ao ano homólogo de 76% (2016: 2 269 milhares de euros). Face ao ano anterior, a evolução do resultado é favorável, apesar da ligeira redução do produto bancário (-3,28%), pela redução dos custos operativos (-10,83%) e pelo facto dos resultados no exercício de 2016 estarem afetados pela constituição de uma provisão relacionada com uma contingência no âmbito da actividade de um Fundo de Investimento imobiliário sob gestão.

FUNDOS DE PENSÕES

No ano de 2017 verificou-se um aumento dos montantes sob gestão no mercado nacional de Fundos de Pensões, tendo este registado um acréscimo de cerca de 7% face ao ano de 2016. Globalmente, os volumes sob gestão passaram de 18.468 milhões de euros em finais de 2016 para 19.756 milhões de euros em finais de 2017.

No final do ano, o mercado português apresentava a seguinte configuração por tipologia de Fundo:



A GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A.(GNB FP) detinha no final do exercício de 2017 uma quota de mercado de 10,96% (2016:10,5%), sendo que os ativos sob gestão da Sociedade atingiram os 2.166 milhões de euros representando um aumento de cerca de 7,8% face ao ano anterior.

De realçar a boa performance registada pela generalidade dos Fundos, que mais do que compensou as saídas líquidas de alguns Fundos (2) e adesões a fundos abertos para a gestão de outra entidade gestora.

De destacar também a constituição do Fundo de pensões fechado por extinção da adesão colectiva a um Fundo de Pensões aberto, e o aumento de cerca de 15% e 20% nos ativos sob gestão dos Fundos de pensões abertos PPR Vintage e Multireforma Capital Garantido respectivamente.

Os Fundos de Pensões geridos pela Sociedade eram representados, no final do exercício de 2017, por 8 Fundos de Pensões Abertos e 15 Fundos de Pensões Fechados, com a seguinte distribuição de volumes:

[Handwritten signature]

(milhões de euros)

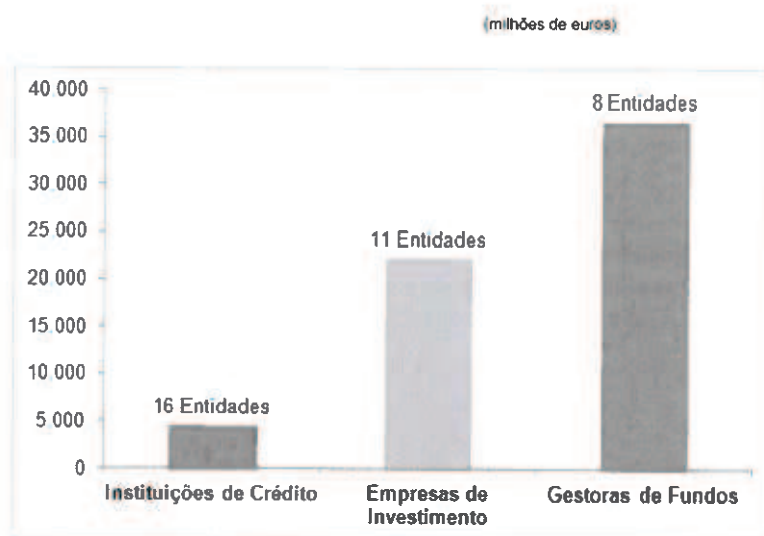
	montante
Fundos Abertos	195
Fundos Fechados	1.971
Total	2.166

Os resultados no final do exercício de 2017 apresentaram uma tendência de estabilização face a 2016. Neste contexto, a GNB FP apresentou um resultado líquido de 2 484 milhares de euros (2016: 2 488 milhares de euros). A redução registada no Produto Bancário (-4,66%) deveu-se essencialmente à diminuição nas comissões cobradas e foi acompanhada pela redução nos custos operativos, refletindo o esforço contínuo de redução e racionalização destes.

GESTÃO DISCRICIONÁRIA

O mercado de gestão individual de ativos em Portugal apresentou em 2017 um ligeiro aumento dos montantes sob gestão, tendo este registado um crescimento de 1,5% face ao ano de 2016. Globalmente, os volumes sob gestão passaram de 62.510 milhões de euros em finais 2016 para 63.463 milhões de euros em finais de 2017.

No final do ano, esta atividade em Portugal apresentava a seguinte configuração:



O total de ativos sob gestão é atualmente 5.779 milhões de euros, com a Sociedade a deter uma quota de mercado de cerca de 9,1%.

Face a final de 2016 os ativos sob gestão reduziram-se em cerca de 880 milhões de euros (-13,3%), sendo que esta redução deve-se essencialmente à diminuição das carteiras sob gestão para a GNB Seguros Vida, as quais representam uma parte substancial do total de ativos sob gestão.

O resultado no final do exercício de 2017 foi de 2.043 milhares de euros (2016: 2 664 milhares de euros). A evolução do resultado obtido, resultou principalmente da redução das comissões líquidas auferidas (-9,82%).

3.2 ATIVIDADE INTERNACIONAL

A presença da GNBGA SGPS a nível internacional é efetuada, nomeadamente, através das suas participadas a GNB - International Management S.A. (Luxemburgo) e Novo Activos Financieros España, S.A. (Espanha).

A GNBGA-SGPS acordou em 2017 as condições de alienação das sociedades sedeadas em Angola, cuja concretização aguarda apenas autorização do Banco de Nacional de Angola.

De referir ainda a ESIAM - International Management S.A. que não regista atividade desde 2004.

LUXEMBURGO

A atividade no Luxemburgo é exercida através da GNB - International Management S.A.

No final de 2017 esta sociedade tinha sob gestão cerca de 250 milhões de euros, o que representou uma redução de cerca de quase 50% relativamente ao ano anterior. Esta redução é explicada pelo resgate de posições de alguns clientes institucionais que detinham valões relevantes em diversos sub-fundos. Também a liquidação do sub-fundo do FCP NB Fund - NB Portugal Equity e do SICAV Lux Global Fund tiveram um impacto negativo nos ativos sob gestão. De destacar pela positiva o aumento de cerca de 20% no sub-fundo do FCP NB Fund - NB America Growth Fund.

ESPAÑHA

Em Espanha, a atividade da GNBGA SGPS é representada pela Novo Activos Financieros España, S.A., sociedade que é detentora a 100% do capital de duas sociedades gestoras - NOVO BANCO Pensiones, SGFP, S.A. – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões e NOVO BANCO Gestion, SGIIC, S.A. – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento.

O volume total de ativos sob gestão, para as atividades de gestão de Fundos Mobiliários, Fundos de Pensões e Gestão Discrecionária (SICAV's e carteiras), era de 969 milhões de euros no final de 2017 (2016: 1.049 milhões de euros), distribuídos da seguinte forma:

	(milhões de euros)
	montante
Fundos de Investimento Mobiliário	620
Fundos de Pensões	63
Gestão Discrecionária (Carteiras e SICAVs)	286
Total	969

4 RECURSOS HUMANOS

As sociedades participadas do Grupo GNBGA funcionam de forma integrada, partilhando a mesma estrutura organizativa e colaboradores, sem prejuízo da necessária segregação e/ou independência exigível às diferentes atividades e/ou áreas funcionais.

Neste âmbito, prosseguiu-se continuamente à implementação de uma cultura de excelência e de desenvolvimento de todos os Colaboradores, com empenho na prossecução dos objetivos das suas áreas de negócio por forma a garantir a valorização de todos os que nela trabalham.

A 31 de Dezembro de 2017 a equipa é constituída por 91 colaboradores (2016:93), e tem uma estrutura etária jovem (60% encontra-se abaixo dos 46 anos de idade), ainda que com relevante experiência na empresa e no negócio, fruto da respetiva antiguidade no setor.

DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

A GNBGA, tem cerca de 90% dos seus Colaboradores ter formação académica superior, mantém um forte empenho na formação dos seus quadros, procurando assegurar uma actualização constante dos conhecimentos específicos e das ferramentas profissionais adequadas à atividade e às diretrizes regulamentares.

Por outro lado, a GNBGA continua a privilegiar o equilíbrio e a valorização da relação entre o trabalho e a família, tendo prosseguido a sua política de concessão de apoios sociais a filhos em idade escolar e/ou com necessidades especiais.

5 ANÁLISE FINANCEIRA

5.1 CONTAS CONSOLIDADAS

O resultado líquido consolidado no final do exercício de 2017, no montante de 8.021 milhares de euros, apresenta um decréscimo face ao período homólogo (2016: 8.615 milhares de euros).

Não obstante o aumento verificado no produto bancário (+6,71%), nomeadamente pelo aumento nas comissões líquidas auferidas (+8,48%), devido principalmente ao desempenho e aumento da atividade em algumas áreas de negócio, nomeadamente nos fundos de investimento mobiliário, o decréscimo no resultado face ao ano anterior, explica-se pelo aumento da rubrica de imparidade, resultante do registo de imparidade na participação detida na Novo Activos Financieros España, S.A.

Os custos operativos (11.740 milhares de euros), registaram uma significativa redução, sobretudo na componente de custos com pessoal, refletindo o efeito do processo de reestruturação em ocorrido (2016: 13.255 milhares de euros).

De referir, ainda, que a contribuição da atividade internacional durante o ano de 2017 também decresceu face aos valores observados no exercício anterior devido à redução dos volumes sob gestão.

No ano de 2017, o *Cost to Income* (40,63%) registou uma evolução favorável face ao final do ano anterior (2016: 48,95%) explicada, sobretudo, pelo aumento do Produto Bancário e redução dos custos operativos acima referida.

No que respeita à rentabilidade dos capitais próprios (ROE³), apesar da redução do resultado, a sociedade apresentou uma apreciação do valor do ROE que se situou nos 15,56% (2016: 8,67%).

³ ROE = (Resultado do Exercício / (Capital Próprio médio, excluindo Resultado do Exercício)

	(mil euros)		
	2017	2016	Var. (%)
Balanço			
Activo	64 110	71 846	-10,77%
Capital Próprio	53 911	57 241	-5,82%
Conta de Exploração			
Resultados Financeiro	79	237	-66,76%
+ Serviço a clientes	29 407	27 107	8,48%
+ Resultados de operações financeiras e diversos	- 593	- 269	120,86%
= Produto Bancário	28 893	27 076	6,71%
- Custos Operativos	11 740	13 255	-11,42%
- Provisões, Imparidades e Impostos	9 131	5 206	75,40%
= Resultados do Exercício	8 021	8 615	-6,90%
Indicadores de Eficiência			
Cost to Income (%)	40,63%	48,95%	-16,99%
Indicadores de Rendibilidade			
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) (%) ⁴	15,56%	8,67%	79,45%

5.2 CONTAS INDIVIDUAIS

No final do exercício de 2017, a sociedade apresentou em base individual um resultado negativo de 5.077 milhares de euros, o que reflete um decréscimo face ao ano homólogo (2016:21.460 milhares de euros), explicado principalmente pela redução no montante dos dividendos recebidos das participadas, que também explica a variação negativa do produto bancário (-84,30%) e aumento da imparidade registada na participação detida na Novo Activos Financieros España, S.A., apurada face aos atuais capitais próprios daquela Sociedade.

No ano de 2017, o *Cost to Income* (33,43%) registou uma evolução favorável face ao final do ano anterior (2016: 7,72%).

	(mil euros)		
	2017	2016	Var. (%)
Balanço			
Activo	27 445	43 132	-36.37%
Capital Próprio	26 563	42 140	-36.96%
Conta de Exploração			
Resultados Financeiro	- 1	17	-107.48%
+ Serviço a clientes	544	1 011	-46.22%
+ Resultados de operações financeiras e diversos	6 009	40 697	-85.23%
= Produto Bancário	6 552	41 725	-84.30%
- Custos Operativos	2 190	3 221	-31.99%
- Provisões, Imparidades e Impostos	9 438	17 044	-44.63%
= Resultados do Exercício	-5 077	21 460	-123.66%
Indicadores de Eficiência			
Cost to Income (%)	33.43%	7.72%	333.12%
Indicadores de Rendibilidade			
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) (%) ⁴	-13.76%	30.36%	-145.33%

⁴ ROE = (Resultado do Exercício) / (Capital Próprio médio, excluindo Resultado do Exercício)

6 PROPOSTA DE RESULTADOS

Nos termos da alínea f) do nº5 do art.º 66º e para os efeitos da alínea b) do nº1 do art.º 376º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o prejuízo apurado nas contas individuais do exercício de 2017, no montante de 5.076.772,31 Euros seja integrado na rubrica Reservas Livres.

7 NOTAS FINAIS

O Conselho de Administração deseja agradecer a todos os que contribuíram para o desenvolvimento GNB - Gestão de Ativos, SGPS, SA e das sociedades suas participadas, nomeadamente a todos os nossos Clientes pela manutenção da sua confiança na nossa gestão, às Entidades Comercializadoras pela forma como vêm concretizando as tarefas inerentes às funções que lhes estão cometidas, a todos os Colaboradores pelo elevado sentido profissional, dedicação, lealdade e capacidade na preservação de valor que permitiu manter a continuidade de um serviço de qualidade e competência, bem como ao Novo Banco, às Entidades de Supervisão, Órgãos Sociais e demais Stakeholders por toda a colaboração e confiança em nós depositada.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2018

O Conselho de Administração

Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos



João Carlos da Piedade Ferreira de Pina Pereira



Nuno Manuel Patricio dos Santos



II DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS

1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

GNB - GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2017	2016
Juros e rendimentos similares	6	81 146	200 226
Juros e encargos similares	6	(2 481)	(115)
Margem financeira	6	78 665	200 111
Rendimentos de instrumentos de capital	7	284	37 377
Rendimentos de serviços e comissões	8	39 470 837	35 391 050
Encargos com serviços e comissões	8	(10 063 839)	(8 283 919)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	13	219 249	17 219
Resultados de alienação de outros ativos		356	213
Resultados de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	16	186 800	(33 800)
Resultados de reavaliação cambial		(53 973)	(22 901)
Outros resultados de exploração	9	(945 372)	(229 148)
Produto Bancário		28 893 007	27 076 202
Custos com pessoal	10	(5 933 630)	(7 206 066)
Gastos gerais administrativos	12	(5 606 467)	(5 836 001)
Depreciações e amortizações do exercício	19 e 20	(200 363)	(212 695)
Provisões líquidas de reposições e anulações	24	1 104 104	(1 036 106)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	23	(6 276 360)	(473 926)
Resultados de associadas (equivalência patrimonial)		-	144 608
Resultado antes de impostos		11 980 291	12 456 016
Impostos			
Correntes	25	(4 404 222)	(4 292 610)
Diferidos	25	445 047	452 048
Resultado líquido do exercício		8 021 116	8 615 454
Atribuível aos acionistas da Sociedade	14	8 021 116	8 615 454
		8 021 116	8 615 454
Resultados por acção básicos	14	3,41	3,67
Resultados por acção diluídos	14	3,41	3,67

O Contabilista Certificado



A Administração

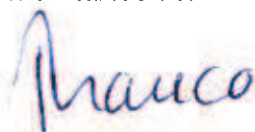


GNB - GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

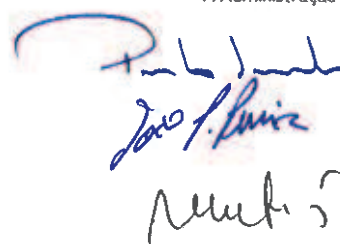
(Montantes expressos em euros)

	Notas	31.12.2017	31.12.2016
		Valor antes de provisões, imparidades e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações
		Valor líquido	Valor líquido
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		11 390	13 012
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	7 696 256	28 721 905
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	16	620 000	1 013 200
Activos financeiros disponíveis para venda	17	772 157	5 429 129
Aplicações em instituições de crédito	18	37 610 117	15 417 532
Outros activos tangíveis	19	4 164 429	195 710
Activos intangíveis	20	10 541 259	6 242 471
Investimentos em associadas	21	4 200	3 364 339
Ativos não correntes detidos para venda	22	3 059 502	-
Activos por impostos correntes	25	48 513	93 916
Activos por impostos diferidos	25	2 584 424	2 502 200
Outros activos	23	14 113 522	8 834 387
Total de Activo		81 225 769	71 827 801
Passivo			
Provisões	24	677 150	3 098 398
Passivos por impostos correntes	25	2 270 779	3 107 952
Passivos por impostos diferidos	25	3 971	32 700
Outros passivos	26	7 231 657	8 347 904
Total de Passivo		10 183 557	14 586 954
Capital Próprio			
Capital	27	11 750 000	11 750 000
Reservas de justo valor	27	4 803	103 757
Outras reservas e resultados transitados	27	34 135 441	36 771 636
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas da Sociedade		8 021 116	8 615 454
Total de capital próprio atribuível aos accionistas da Sociedade		53 911 360	57 240 847
Total de Capital Próprio		53 911 360	57 240 847
Total de Passivo e Capital Próprio		64 094 917	71 827 801

O Contabilista Certificado



A Administração



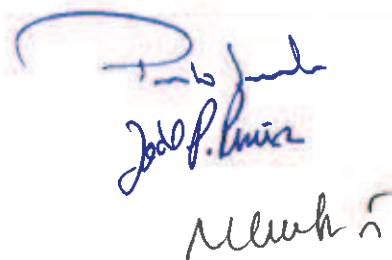
GNB - GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

	(Montantes expressos em euros)	
	2017	2016
Resultado líquido do exercício	8 021 116	8 615 454
Outro rendimento integral		
Itens que não serão reclassificados para resultados		
Desvios actuariais dos fundos de pensões	281 522	(949 268)
Impostos diferidos	-	(20 699)
	<u>281 522</u>	<u>(969 967)</u>
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Ganhos e perdas do exercício	(346 931)	22 879
Reclassificação de ganhos e perdas incluídos em resultados do exercício	219 249	17 219
Impostos diferidos	28 728	(9 022)
	<u>(98 954)</u>	<u>31 076</u>
	<u>182 568</u>	<u>(938 891)</u>
Rendimento integral reconhecido no exercício	<u>8 203 684</u>	<u>7 676 563</u>
Atribuível aos accionistas da Sociedade	8 203 684	7 676 563
	<u>8 203 684</u>	<u>7 676 563</u>

O Contabilista Certificado



A Administração



GNB - GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	Capital	Reservas de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Capital próprio atribuível aos accionistas da Sociedade	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
(Montantes expressos em euros)							
Saldo em 1 de janeiro de 2016	11 750 000	72 681	122 848 259	15 486 885	150 157 825	10 718	150 168 543
Rendimento integral							
Outro rendimento integral							
Desvios actuariais dos fundos de pensões	-	-	(949 268)	-	(949 268)	-	(949 268)
Impostos diferidos	-	-	(20 699)	-	(20 699)	-	(20 699)
Activos financeiros disponíveis para venda							
Alterações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	40 098	-	-	40 098	-	40 098
Impostos diferidos	-	(9 022)	-	-	(9 022)	-	(9 022)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	8 615 454	8 615 454	-	8 615 454
Total do rendimento integral reconhecido no exercício	-	31 076	(969 967)	8 615 454	7 676 563	-	7 676 563
Incorporação em reservas do resultado líquido do ano anterior	-	-	15 486 885	(15 486 885)	-	-	-
Diferença cambial	-	-	(300 856)	(300 856)	(300 856)	-	(300 856)
Outros movimentos	-	-	(120 333)	(120 333)	(120 333)	-	(120 333)
Distribuição de dividendos	-	-	(100 000 000)	-	(100 000 000)	-	(100 000 000)
Reservas de imposto diferido NAFE	-	-	(174 163)	-	(174 163)	-	(174 163)
Outras variações em interesses que não controlam	-	-	1 811	-	1 811	(10 718)	(8 907)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	11 750 000	103 757	36 771 636	8 615 454	57 240 847	-	57 240 847
Rendimento integral							
Outro rendimento integral							
Desvios actuariais dos fundos de pensões	-	-	281 522	-	281 522	-	281 522
Impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda							
Alterações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	(127 682)	-	-	(127 682)	-	(127 682)
Impostos diferidos	-	28 728	-	-	28 728	-	28 728
Resultado líquido do exercício	-	-	-	8 021 116	8 021 116	-	8 021 116
Total do rendimento integral reconhecido no exercício	-	(98 954)	281 522	8 021 116	8 203 684	-	8 203 684
Incorporação em reservas do resultado líquido do ano anterior	-	-	8 615 454	(8 615 454)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(10 500 000)	-	(10 500 000)	-	(10 500 000)
Diferença cambial	-	-	15 213	-	15 213	-	15 213
Outros movimentos	-	-	(563 042)	-	(563 042)	-	(563 042)
Reserva cambial	-	-	(320 050)	-	(320 050)	-	(320 050)
Reservas de imposto diferido NAFE	-	-	(165 292)	-	(165 292)	-	(165 292)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	11 750 000	4 803	34 135 441	8 021 116	53 911 360	-	53 911 360

O contabilista Certificado



A Administração



GNB - GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	(Montantes expressos em euros)	
Notas	2017	2016
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros e proveitos recebidos	105 688	239 907
Juros e custos pagos	(609)	-
Serviços e comissões recebidos	38 904 463	37 160 125
Serviços e comissões pagos	(9 943 641)	(7 362 215)
Recebimentos de clientes	615 396	2 756 458
Pagamentos a fornecedores	(7 461 828)	(9 324 581)
Pagamentos a empregados	(5 777 823)	(7 040 336)
	16 441 646	16 429 358
Outros activos e passivos operacionais	(7 343 742)	28 001 502
Fluxos de caixa das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros	9 097 904	44 430 860
Impostos sobre os lucros (pagos) / recebidos	(4 843 751)	(6 105 544)
Fluxos de caixa das actividades operacionais	4 254 153	38 325 316
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Dividendos recebidos	209	39 809
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	(6 248 349)
Aplicações em instituições de crédito	(20 004 230)	-
Aquisição de imobilizações	(25 639)	(220 768)
Alienação de imobilizações	500	234
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	393 200	(1 013 200)
Compra / Venda de Activos Financeiros disponíveis para venda	4 854 534	(34 800)
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(14 781 426)	(7 477 074)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Dividendos pagos	(10 500 000)	(100 008 905)
Empréstimos obtidos	1 875 000	-
Pagamentos de redução de capital e prestações suplementares	(1 875 000)	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(10 500 000)	(100 008 905)
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	-	(32 050)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	(21 027 273)	(69 192 713)
Caixa e equivalentes no início do período	28 734 918	97 927 631
Caixa e equivalentes no fim do período	7 707 645	28 734 918
	(21 027 273)	(69 192 713)
Caixa e equivalentes engloba:		
Caixa	11 390	13 012
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7 696 255	28 721 906
	7 707 645	28 734 918

Contabilista Certificado



A Administração



2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

GNB - GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.

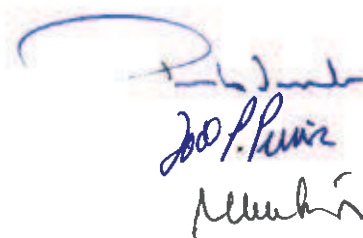
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

		(Montantes expressos em euros)	
	Notas	2017	2016
Juros e rendimentos similares	6	627	16 683
Juros e encargos similares	6	(1 872)	(37)
Margem financeira		(1 245)	16 646
Rendimentos de instrumentos de capital	7	5 539 580	34 648 626
Rendimentos de serviços e comissões	8	545 174	1 011 852
Encargos com serviços e comissões	8	(1 554)	(962)
Resultados de alienação de outros activos		(44)	93
Resultados cambiais		(8 554)	(1 150)
Outros resultados de exploração	9	478 188	6 048 810
Produto Bancário		6 551 545	41 724 915
Custos com pessoal	10	(1 011 287)	(1 357 498)
Gastos gerais administrativos	12	(1 096 837)	(1 750 722)
Depreciações e amortizações	19 e 20	(82 331)	(112 676)
Provisões líquidas de reposições e anulações	24	269 449	(18 737)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	23	(9 933 947)	(17 566 606)
Resultado antes de impostos		(5 303 408)	20 918 676
Impostos			
Correntes	25	(18 939)	(26 327)
Diferidos	25	245 575	567 164
Resultado líquido do exercício		(5 076 772)	21 459 513
Resultados por acção básicos (em euros)	14	-2,16	9,13
Resultados por acção diluídos (em euros)	14	-2,16	9,13

O Contabilista Certificado



A Administração



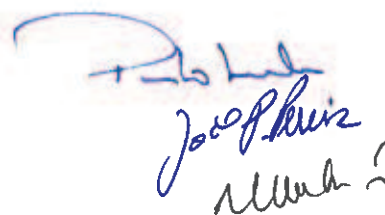
GNB - GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	(Montantes expressos em euros)	
	Notas	
	2017	2016
Resultado líquido do exercício	(5 076 772)	21 459 513
Rendimento integral reconhecido no exercício	(5 076 772)	21 459 513

O Contabilista Certificado



A Administração



GNB – GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em euros)				
	Notas	31.12.2017		31.12.2016
		Valor antes de provisões, imparidades e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido
Ativo				Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		500		500
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	775 936		6 029 995
Ativos financeiros disponíveis para venda	17	15 067		15 067
Aplicações em instituições de crédito	18	800 213		800 213
Outros ativos tangíveis	19	2 708 261	2 154 543	123 438
Ativos intangíveis	20	1 837 780	1 822 389	28 146
Investimentos em subsidiárias e associadas	21	68 303 200	45 628 886	32 880 228
Ativos não correntes detidos para venda	22	646 442	374 475	271 967
Ativos por impostos correntes	25			14 873
Ativos por impostos diferidos	25	812 739		567 164
Outros ativos	23	2 252 728	227 216	3 472 960
Total de Ativo		77 652 866	50 207 509	43 132 371
Passivo				
Provisões	24		53 803	323 252
Passivos por impostos correntes	25		18 868	18 170
Outros passivos	26		809 586	651 077
Total de Passivo			882 257	992 499
Capital Próprio				
Capital	27		11 750 000	11 750 000
Outras reservas e resultados transitados	27		19 889 872	8 930 359
Resultado líquido do exercício			(5 076 772)	21 459 513
Total de Capital Próprio			26 563 100	42 139 872
Total de Passivo e Capital Próprio			27 445 357	43 132 371

O Contabilista Certificado



A Administração



GNB - GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em euros)

	Total do capital próprio	Capital	Reserva legal	Outras reservas	Resultado líquido do exercício
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	120 680 359	11 750 000	2 350 000	80 102 933	26 477 426
Outro rendimento integral					
Resultado líquido do exercício	21 459 513	-	-	-	21 459 513
Total de rendimento integral	21 459 513	-	-	-	21 459 513
Aplicação do resultado do exercício de 2015					
Distribuição de dividendos	(100 000 000)	-	-	(100 000 000)	
Constituição de reserva livres				26 477 426	(26 477 426)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	42 139 872	11 750 000	2 350 000	6 580 359	21 459 513
Outro rendimento integral					
Resultado líquido do exercício	(5 076 772)	-	-	-	(5 076 772)
Total de rendimento integral	(5 076 772)	-	-	-	(5 076 772)
Aplicação do resultado do exercício de 2016					
Distribuição de dividendos	(10 500 000)	-	-	(10 500 000)	
Constituição de reserva livres	-	-	-	21 459 513	(21 459 513)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	26 563 100	11 750 000	2 350 000	17 539 872	(5 076 772)

O Contabilista Certificado



A Administração

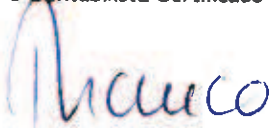


GNB - GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.

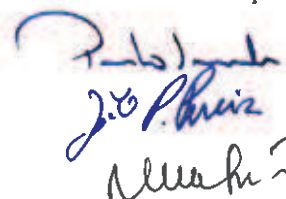
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	(Montantes expressos em euros)	
Notas	2017	2016
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros e proveitos recebidos	-	26 029
Juros e custos pagos	-	-
Serviços e comissões recebidos	654 720	1 569 750
Recebimentos de clientes	300 914	544 312
Pagamentos a fornecedores	(1 136 989)	(1 969 816)
Pagamentos a empregados	(970 368)	(1 311 946)
	<u>(1 151 723)</u>	<u>(1 141 671)</u>
<i>Variação nos activos e passivos operacionais:</i>		
Outros activos e passivos operacionais	(144 058)	(95 910)
Fluxos de caixa das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros	(1 295 781)	(1 237 581)
Impostos sobre os lucros (pagos) / recebidos	(72 883)	525 054
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1 368 664)	(712 527)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Dividendos recebidos	5 539 505	34 651 059
Aplicações em Instituições de Crédito	(800 000)	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	(6 248 349)
Alienação de immobilizações	100	115
Fluxos de caixa das actividades de investimento	4 739 605	28 402 825
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Dividendos pagos	(10 500 000)	(100 000 000)
Prestações acessórias / suprimentos	1 875 000	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(8 625 000)	(100 000 000)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	(5 254 059)	(72 309 702)
Caixa e equivalentes no início do exercício	6 030 495	78 340 197
Caixa e equivalentes no fim do exercício	776 436	6 030 495
	<u>(5 254 059)</u>	<u>(72 309 702)</u>
Caixa e equivalentes engloba:		
Caixa	500	500
Disponibilidades em outras instituições de crédito	775 936	6 029 995
	<u>776 436</u>	<u>6 030 495</u>

O Contabilista Certificado



A Administração



3 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

NOTA 1 – ACTIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

A GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A. (GNBGA SGPS) foi constituída por escritura pública de 3 de dezembro de 1992, sob a forma de sociedade anónima, tendo também por escritura pública de 16 de abril de 1993 alterado o seu capital de 50 milhares de contos para 2 350 milhares de contos.

Em cumprimento com o Decreto-Lei nº 343/98, de 6 de novembro, procedeu-se em 31 de maio de 1999 à redenominação do capital social para 11 750 000 euros, o que, não alterando o número de ações emitidas, exigiu um ajustamento no capital de 28 249 euros, efetuado por incorporação de parte da reserva legal.

A Sociedade tem por objeto único a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas, em conformidade com os Decretos-Lei nº 495/88 e nº 318/94, de 30 de dezembro e 24 de dezembro, respetivamente. Neste âmbito pode prestar serviços técnicos de administração e gestão às sociedades em que participe e pode adquirir participações em qualquer sociedade.

As empresas participadas pela GNBGA SGPS têm por objeto genérico a gestão de fundos mobiliários nacionais e internacionais, fundos imobiliários, fundos de pensões, bem como a gestão personalizada discricionária de carteiras de investimento, por conta de terceiros.

De acordo com o regime geral das instituições de crédito e sociedades financeiras, as sociedades gestoras de fundos de investimento, quer mobiliários quer imobiliários, e de patrimónios são classificadas como sociedades financeiras e estão sujeitas à supervisão do Banco de Portugal.

À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões cabe a supervisão das sociedades gestoras de fundos de pensões. A GNBGA SGPS, na qualidade de gestora de participações sociais, e enquanto detentora da maioria dos direitos de voto em uma ou mais sociedades financeiras encontra-se, de acordo com o referido regime geral, igualmente sujeita à supervisão do Banco de Portugal.

A estrutura do grupo de empresas nas quais a GNBGA SGPS detém uma participação direta ou indireta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação, em 2017 e 2016, apresenta-se como segue:

A GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (GNB FII) constituída em 24 de março de 1992, com sede em Lisboa, tem como objeto social a gestão de fundos de investimento imobiliário. A GNB FII tem um capital de 1 250 000 euros totalmente detido pela GNBGA SGPS, sendo por isso consolidada pelo método integral.

A GNB – Sociedade Gestora de Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (GNB FIM) sociedade gestora de fundos de investimento mobiliário, constituída em 23 de julho de 1987

com sede em Lisboa, tem um capital de 3 000 000 euros totalmente subscrito pela GNBGA SGPS, sendo por isso incluída nas contas consolidadas desta Sociedade pelo método integral.

A **GNB – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (GNB GP)**, constituída em 23 de abril de 1987, tem por objeto a gestão discricionária de ativos, por conta de terceiros, com um capital de 3 125 000 euros detido na sua totalidade pela GNBGA SGPS. A GNB GP encontra-se sedeadada em Lisboa e é incluída nas contas consolidadas da GNBGA SGPS pelo método integral.

A **GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (GNB FP)** constituída em 28 de agosto de 1989, com sede em Lisboa e um capital de 1 000 000 euros, detido a 100% pela GNBGA SGPS, tem como objeto social a gestão de fundos de pensões. A GNB FP é incluída nas contas consolidadas da GNBGA SGPS pelo método integral.

A **GNB – Participações Internacionais, SGPS, S.A. (GNB PI)** Em 18 de julho de 2016, e decorrente do objectivo de simplificação da sua estrutura de participadas, a GNBGA SGPS procedeu à dissolução da GNB – Participações Internacionais, SGPS, S.A. pela liquidação e partilha imediata dos seus bens. De salientar, que pelo facto de se tratar de uma SGPS, as participadas detidas por esta sociedade, foram de imediato transferidas para a empresa Mãe (GNBGA SGPS).

A **Novo Activos Financieros, España, S.A.**, com um capital integralmente subscrito e realizado no montante de 19 500 00 euros, é uma sociedade holding de direito Espanhol, que detém a 100% as duas empresas gestoras de ativos do Novo Banco em Espanha duas empresas gestoras de ativos do Novo Banco em Espanha:

A **Novo Banco Gestion, S.G.I.I.C., S.A.** (sociedade gestora de instituições de investimento coletivo), constituída em 22 de fevereiro de 1989, com um capital integralmente subscrito e realizado no montante de 2 897 993 euros.

e a **Novo Banco Pensiones EGFP, S.A** (sociedade gestora de fundos de pensões), constituída em 7 de março de 2001, com um capital integralmente subscrito e realizado no montante de 1 344 444 euros.

Até 30 de junho de 2016 a GNBGA SGPS detinha 50% do capital da sociedade Novo Banco Activos Financieros, España, tendo naquela data adquirido ao Novo Banco, sucursal Espanha os restantes 50% do capital social da Novo Banco Activos Financieros, España, S.A, passando a ser detentora dos 100% do capital. Até 30 de Junho de 2016 esta sociedade foi consolidada pelo método de equivalência patrimonial. A partir desta data é consolidada pelo método integral.

A **GNB – International Management, S.A. (GNB IM)** é uma sociedade de direito Luxemburguês, constituída em fevereiro de 1995, com um capital integralmente subscrito e realizado no montante de 125 000 euros. Esta Sociedade dedica-se à gestão de fundos de investimento mobiliário internacionais sendo, até 2 de Agosto de 2016, detida pela GNBGA SGPS em 99,8% (anteriormente detida pela GNB-PI, até à data da sua liquidação que ocorreu em 18 de julho de 2016). Em 2 de agosto de 2016 a GNBGA SGPS adquiriu ao acionista minoritário uma ação, ficando detentora de 100% do capital social. Esta sociedade é incluída nas contas consolidadas pelo método integral.

A **ESIAM – Espirito Santo International Asset Management, Ltd. (ESIAM)** constituída no final de 1998, com um capital de 10 000 USD detido em 50% pela GNBGA SGPS (anteriormente detida pela GNB-PI, até à data da sua liquidação que ocorreu em 18 de julho de 2016). A sociedade sedeadada nas British Virgin Islands, detém uma participação numa

sociedade cujo objectivo principal é a gestão de fundos de pensões em Angola. Esta sociedade é incluída nas contas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial e encontra-se sem actividade desde 2004.

A Económico – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (Económico, SGFI) constituída em 7 de fevereiro de 2008, com um capital social de 90 000 000 AKZ, detido em 35% pela GNB GA SGPS (anteriormente detida pela GNB PI, até à data da sua liquidação que ocorreu em 18 de julho de 2016). Esta sociedade está sediada em Luanda e dedica-se à gestão de fundos de investimento imobiliário. Esta sociedade é incluída nas contas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial. Em processo de venda.

A Económico – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Económico, SGFP) foi constituída em 2 de março de 2009, com um capital social de 105 000 000 AKZ, detido em 35% pela GNBGA SGPS (anteriormente detida pela GNB-PI, até à data da sua liquidação que ocorreu em 18 de julho de 2016). Esta sociedade está sediada em Luanda e dedica-se à gestão de fundos de pensões. Esta sociedade é incluída nas contas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial. Em processo de venda.

NOTA 2 – FUNDOS E ACTIVOS GERIDOS

As subsidiárias da GNBGA SGPS tinham em 31 de dezembro de 2017 os seguintes Fundos e Ativos sob gestão:

Fundos de Investimento Mobiliário

• Em Portugal

À data do balanço, os ativos sob gestão dos Fundos de Investimento Mobiliário geridos pela GNB FIM ascendiam a cerca de 337 milhões de euros (2016: 303 milhões de euros).

	(Montantes expressos em euros)	
	31.12.2017	31.12.2016
Fundos de Tesouraria	-	38 318 675
Fundos de Obrigações	106 027 879	57 673 024
Fundos de Ações	98 244 279	47 803 558
Fundos de Poupança	-	14 875 030
Fundos Alternativos	45 243 077	75 483 583
Fundos Flexíveis	45 398 077	50 165 239
Fundo de Investimento Aberto de Ações Internacionais	-	18 991 575
Fundos de Investimento aberto no Mercado Monetário	42 392 135	-
	337 305 447	303 310 684

• Internacionais

A subsidiária da Sociedade com sede no Luxemburgo (GNB - International Management, S.A.) gere um "Fonds Commun de Placement", com a designação de "NB Fund", constituído por sete compartimentos ativos (fundos de ações e obrigações), destinados a clientes particulares e institucionais, atingiu um volume sob gestão de 250 milhões de euros.

O SICAV harmonizado, com a designação de "Lux Global Fund SICAV", com dois sub-funds: Lux Global Fund – Global Flexible Fund e Lux Global Fund – Global Premium Portfolio foram liquidados no final do exercício de 2017.

76 JAP 126 12/12

O montante total de ativos (líquidos) sob gestão ascendia, em 31 de dezembro de 2017 a 254 milhões de euros (2016: 503 milhões de euros).

Através da participada Novo Activos Financieros España, S.A., em Espanha, o Grupo Novo Banco, em 31 de dezembro de 2017, tem ainda sob gestão 39 fundos mobiliários (2016: 38), sedeados em Espanha, geridos pela Novo Banco Gestión, SGIIC, S.A. num total de 620 milhões de euros (2016: 685 milhões de euros) de ativos (líquidos).

Fundos de Investimento Imobiliário

• Em Portugal

Em 31 de dezembro de 2017 a Sociedade GNB Fil gere 32 fundos (2016: 33) num total de 1 379 milhões de euros (2016: 1 406 milhões de euros) de ativos sob gestão, os quais se apresentam como segue, de acordo com as respetivas características:

(Montantes expressos em euros)		
	31.12.2017	31.12.2016
Fundos Abertos		
NB Património	211 154 955	234 461 494
NB Logística	37 237 660	36 860 598
Fungepi Novo Banco	157 222 386	161 104 384
Fungepi Novo Banco II	189 122 436	193 406 677
Fungere	152 883 219	156 221 100
Fundos fechados		
ACIF	4 773 885	4 756 645
Arrábida	29 501 457	29 898 303
Asas Invest	3 394 178	3 393 605
Cimóvel	48 560 168	45 256 697
Costa Atlantica	4 254 324	4 495 840
Edifundo	-	(28 059 734)
Fivestars	3 840 178	3 796 233
FUNDES	110 388 301	116 377 959
Fundocantial	(23 944 291)	(23 951 473)
Gestindústria	5 728 924	5 692 133
Guebar	11 116 373	11 790 873
Imoarruda	7 317 528	7 357 650
Imocais	19 572 796	18 184 051
IMOVALOR	23 081 155	18 795 779
Lamego Premium	8 787 118	8 857 875
LisbonUrban	2 207 212	5 521 800
MGE	-	(668 459)
NB Alta Vista	7 766 283	16 527 196
NB Arrendamento	5 965 441	6 127 468
Prediloc Capital	19 857 271	20 692 405
Promofundo	(425 319)	331 143
Reconversão Urbana	3 084 861	13 210 299
Reconversão Urbana II	3 545 816	7 500 912
RENDIFUNDO	9 810 902	9 425 700
Tavira	3 572 591	4 693 300
Unicampus	12 114 157	12 112 055
Invesfundo VII	23 902 899	26 555 648
Fimes Oriente	275 761 178	275 676 486
Solid	7 619 097	-
	1 378 775 139	1 406 402 642

15

2017

Fundos de Pensões

• Em Portugal

À data de 31 de dezembro de 2017, a Sociedade GNB FP gere 23 fundos (2016: 24) cujo montante sob gestão ascendia a 2 166 milhões de euros (2016: 2010 milhões de euros).

	(euros)	
	31.12.2017	31.12.2016
Fundos de Pensões Abertos	194 629 492	247 314 080
Fundos de Pensões Fechados	1971 712 004	1762 370 050
	2 166 341 496	2 009 684 131

A GNB FP tem sob gestão fundos com garantia de capital, cujo valor em 31 de dezembro de 2017 ascendia a 94 milhões de euros (2016: 80 milhões de euros).

Com exceção destes fundos, nenhum dos restantes fundos de pensões geridos por esta sociedade beneficiam de qualquer garantia de capital ou rendimento mínimo.

• Internacionais

No que respeita a Espanha, a Novo Banco Pensiones EGFP, S.A. tem sob gestão 12 fundos de pensões (2016: 11) com referência ao final do exercício de 2017, cujo montante sob gestão totalizavam 63 milhões de euros (2016: 103 milhões de euros).

Gestão de Patrimónios

• Em Portugal

A atividade de gestão discricionária de ativos, de particulares e institucionais, desenvolvida pela GNB GP, ascendia em 31 de dezembro de 2017 a 5 778 milhões de euros (2016: 6 659 milhões de euros), os quais repartem por segmento de clientes da seguinte forma:

	(Montantes expressos em euros)	
	31.12.2017	31.12.2016
Clientes particulares	349 738 038	505 262 650
Clientes institucionais	5 428 939 208	6 153 911 038
Total	5 778 677 247	6 659 173 688

• Internacionais

Em Espanha, na Novo Activos Financieros España, S.A, a mesma atividade tem sob gestão, em 31 de dezembro de 2017, o montante de 286 milhões de euros (2016: 271 milhões de euros)

NOTA 3 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através

78

do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras individuais da GNBGA SGPS passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) e as demonstrações financeiras consolidadas da GNBGA a ser preparadas de acordo com as Normas de Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia, a partir do exercício de 2005.

Em conformidade com o disposto no artigo 2.º e no n.º 1 do artigo 3.º do Aviso n.º 5/2015 do Banco de Portugal, datado de 7 de dezembro, a partir de 1 de janeiro de 2017 as sociedades financeiras, enquanto entidades sujeitas à Supervisão do Banco de Portugal, passaram a elaborar as suas demonstrações financeiras em base individual, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadre aquelas normas, a exemplo do que já era anteriormente requerido para as demonstrações financeiras em base consolidada, quando aplicável.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras agora apresentadas reportam-se a 31 de dezembro de 2017 e foram preparadas, pela primeira vez, de acordo com as normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

A aplicação das IFRS em 1 de janeiro de 2017 não originou impactos significativos nas demonstrações financeiras da Sociedade tendo em atenção que as matérias em que o anterior normativo (Normas de Contabilidade ajustadas do Banco de Portugal) diferia das IFRS não eram significativamente aplicáveis à atividade da GNB, pelo que já eram em tudo similares.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Normas em cima referidas, requerem que o Grupo efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, exceto no que se refere aos ativos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda, que se encontram registados ao justo valor, e no pressuposto da continuidade das operações.

3.2 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos e resultados da GNBGA SGPS e das suas subsidiárias (Grupo) e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente a todos os períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

TK JAP CUS
24/2

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Até 31 de dezembro de 2009, quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses que não controlam excediam o valor do respetivo interesse no capital próprio dessa subsidiária, o excesso era atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que fossem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente eram reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses que não controlam anteriormente absorvidas pelo Grupo fossem recuperadas. Após 1 de janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Após 1 de janeiro de 2010, numa operação de aquisição por etapas (step acquisition) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são consolidados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respetivo goodwill determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas por imparidade.

Numa operação de aquisição por etapas (step acquisition) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido,

exceto se a Sociedade tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

Goodwill

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS1, adotada pelo Grupo na data da transição.

O Grupo regista as aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos ativos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos diretamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representa a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível dos ativos líquidos adquiridos.

A partir de 1 de janeiro de 2010, e conforme o IFRS 3 – “Business combinations”, o Grupo mensura o goodwill como a diferença entre o justo valor do custo de aquisição da participação, incluindo o justo valor de qualquer participação minoritária anteriormente detida, e o justo valor atribuível aos ativos adquiridos e passivos assumidos. Os justos valores são determinados na data de aquisição. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos no momento da compra em custos do exercício.

Na data de aquisição, os interesses que não controlam correspondem à respetiva proporção do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos sem a correspondente parcela de goodwill. Assim, o goodwill reconhecido nestas demonstrações financeiras consolidadas corresponde apenas à parcela atribuível aos acionistas do Grupo.

O *goodwill* positivo é registado no ativo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respetivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido diretamente em resultados no exercício em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no ativo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o valor de mercado deduzido dos custos de venda. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados com base numa taxa que reflete as condições de mercado, o valor temporal e o risco do negócio.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional da GNBGA.

38 *[Handwritten signature]* *[Handwritten initials]*
[Handwritten signature]

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transações;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido a taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

3.3 Empréstimos concedidos e contas a receber

Esta categoria inclui as disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, as quais são registadas na data em que os montantes são aplicados.

Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor e são subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado líquido de perdas por imparidade.

3.4 Ativos e Passivos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos no balanço da Sociedade na data de negociação ou contratação, que é a data em que a Sociedade se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

No momento inicial, os ativos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis. Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Sociedade ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Sociedade tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Sociedade tenha transferido o controlo sobre os ativos.

A Sociedade classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: "Disponibilidades em outras instituições de crédito" e "Ativos financeiros disponíveis para venda". A sua classificação depende do propósito que conduziu à sua aquisição.

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido, quando e só quando, a Sociedade tem o direito a compensar os montantes reconhecidos e tem a intenção de liquidar pelo valor líquido.

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns dos ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

3.5 Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias de ativos financeiros detidos para negociação (que correspondem aos ativos financeiros de negociação e aos ativos financeiros designados no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados) ou de investimentos detidos até à maturidade (que correspondem aos ativos financeiros relativamente aos quais existe a intenção e a capacidade de deter até à maturidade).

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto no caso de ativos financeiros detidos para negociação, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros detidos para negociação são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações e outros títulos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as ações, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

Disponibilidades e Aplicações em Instituições de crédito

As disponibilidades e aplicações em instituições de crédito são registadas na data em que os montantes são aplicados. Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado líquido de perdas por imparidade.

3.6 Operação em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda as quais são registadas em reservas.

3.7 Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

3.8 Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis serão reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e reparação serão reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de Anos</u>
Beneficiação em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	4 – 10
Equipamento informático	3
Instalações interiores	8 – 10
Máquinas e ferramentas	4 – 8
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	5
Outros ativos tangíveis	8

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

3.9 Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas necessárias à sua

implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos a qual se situa entre 3 a 6 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Sociedade, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com empregados das empresas do Grupo especializados em informática enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

3.10 Locações

A GNBGA SGPS e as suas subsidiárias classificam as operações de locação como locação operacional ou financeira, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

A GNBGA SGPS em 31 de dezembro de 2017 e 2016 apenas detinha operações de locação operacional na ótica do locatário.

Os pagamentos efetuados com base nos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

3.11 Benefícios aos empregados

Pensões

Face às responsabilidades assumidas no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e subseqüentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos conforme descritos na Nota 10, a GNB FII e a GNB FIM constituíram fundos de pensões tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para a GNB FII e a GNB FIM, através de fundos de pensões geridos pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., subsidiária da GNBGA SGPS.

Os planos de pensões existentes na GNB FII e na GNB FIM correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, em 31 de dezembro individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, pelo atuário responsável. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de dívida privada com uma notação de risco de crédito de elevada qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade aproximada às responsabilidades a financiar.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente

verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

A Sociedade reconhece na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

Tanto a GNB FIM como a GNB FII efetuam contribuições para o fundo por forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue:

- Financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades atuariais por pensões em pagamento,
- Financiamento a um nível mínimo de 95% do valor atuarial das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores da GNB FII e GNB FIM é assegurada a assistência médica por um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respetivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo da Sociedade, a verba correspondente a 6,5% do total das retribuições efetivas dos trabalhadores no ativo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações da GNB FII e da GNB FIM com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Prémios por antiguidade / Prémio de final de carreira

Com a entrada em vigor do novo ACT, em 8 de agosto de 2016, os “Prémios de antiguidade” terminaram. Neste mesmo ACT é definido um “Prémio de Final de carreira”, que se encontra descrito e regulamentado na Cláusula 74ª e que o trabalhador terá direito a receber, se se encontrar ao serviço da empresa na data da entrada na reforma.

Até à data da entrada deste novo ACT e no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, as Sociedades GNB FII e GNB FIM tinham o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completassem 15, 25 e 30 anos ao seu serviço, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respetivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios. Por outro lado, à data da passagem à

situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tinha direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade e os prémios de final de carreira são contabilizados pela GNB FII e pela GNB FIM de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios por antiguidade e prémios de final de carreira é estimado anualmente, à data do balanço, pelo atuário responsável com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Os pressupostos atuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de dívida privada com uma notação de risco de crédito de elevada qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à das responsabilidades calculadas.

Anualmente, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade e prémios de final de carreira, incluindo ganhos e perdas atuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Remunerações variáveis aos empregados

As remunerações variáveis (distribuição de resultados) dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Outros custos com pessoal

Os custos relacionados com os colaboradores de cada uma das empresas do grupo Novo Banco que exercem, em simultâneo, funções para mais do que uma empresa do grupo, são objeto de débitos entre as sociedades em causa. Estes movimentos são registados na rubrica Gastos Gerais Administrativos (ver Nota 12).

3.12 Impostos sobre lucros

A GNBGA SGPS está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro

contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expetável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

O Grupo Novo Banco procede à compensação de ativos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes ativos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária.

Esta compensação é por isso, efetuada ao nível de cada subsidiária, refletindo o saldo ativo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos ativos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

3.13 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação (ver Nota 24).

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

3.14 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade igual ou inferior a três meses a contar da aprovação/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

3.15 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

A taxa de juro efetiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras.

O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "JPP" and "JJB", along with the number "42" and a date "2014".

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

3.16 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva;

3.17 Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

3.18 Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela GNBGA SGPS.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

3.19 Eventos Subsequentes

Os eventos subsequentes materialmente relevantes, caso existam, e sejam do conhecimento da Sociedade até à data da aprovação de contas, são reflectidos nas Demonstrações Financeiras

3.20 Normas e interpretações ainda não adotadas

A aplicação das normas e interpretações efetivas a 31 de dezembro de 2017 não tiveram impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras da GNBGA SGPS. É entendimento da Administração que a aplicação das normas e interpretações a aplicar nos períodos iniciados em, ou após, 1 de janeiro de 2018 não terá impacto relevante ou aplicação nas demonstrações financeiras da Sociedade.

NOTA 4 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Normas contabilísticas aplicáveis estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das

78
ZPP
43

principais políticas contabilísticas utilizadas pela GNBGA SGPS e pelas suas subsidiárias é apresentada na Nota 3 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

4.1 Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A GNBGA SGPS e suas subsidiárias determinam que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, o Grupo avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços das ações.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Sociedade.

4.2 Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

4.3 Impostos sobre os lucros

A SGPS e suas subsidiárias encontram-se sujeitas ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais podem rever o cálculo da matéria coletável efetuado, durante um período de quatro anos ou no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis, durante o período em que seja possível a sua dedução de acordo com a Lei em vigor nos anos a que os mesmos digam respeito. Desta forma, podem ocorrer correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

78

ux JPP

NOTA 5 – REPORTE POR SEGMENTOS

Considerando que a GNBGA SGPS não detém títulos de capital próprio ou de dívida que sejam negociados publicamente, à luz do parágrafo 2 do IFRS 8, a GNBGA SGPS e suas subsidiárias não apresentam informação relativa aos segmentos.

NOTA 6 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica no consolidado e individual é composto por:

	(Montantes expressos em Euros)			
	Consolidado		Individual	
	2017	2016	2017	2016
Juros e rendimentos similares				
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	74 085	190 766	213	16 683
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	6 647	9 460	-	-
Outros Juros e rendimentos	414	-	414	-
	<u>81 146</u>	<u>200 226</u>	<u>627</u>	<u>16 683</u>
Juros e encargos similares				
Juros e encargos similares	(2 481)	(115)	(1 872)	(37)
	<u>(2 481)</u>	<u>(115)</u>	<u>(1 872)</u>	<u>(37)</u>
Saldo líquido	78 665	200 111	(1 245)	16 646

A margem financeira refletida no individual e no consolidado resulta fundamentalmente da aplicação de capitais a muito curto prazo e depósitos a prazo junto de instituições de crédito (Nota 15 e 18).

NOTA 7 – RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

O valor desta rubrica no individual é composto por:

	(Montantes expressos em euros)	
	Individual	
	2017	2016
Dividendos de empresas subsidiárias e associadas		
GNB FII	1 000 000	4 000 000
GNB GP	500 000	2 550 000
GNB FP	500 000	1 300 000
Novo Ativos Financieros, S.A.	-	19 761 250
GNB IM (Luxemburgo)	3 539 296	-
 GNB PI SGPS	 -	 7 000 000
Dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda		
GNB - Companhia de Seguros, SA	284	176
Patris, SGFTC, SA	-	37 200
	<u>5 539 580</u>	<u>34 648 626</u>

NOTA 8 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os custos e proveitos de serviços e comissões no consolidado e individual apresentam-se da seguinte forma:

	(Montantes expressos em Euros)			
	Consolidado		Individual	
	2017	2016	2017	2016
Rendimentos de serviços e comissões				
Comissões de Gestão e performance				
de fundos de investimento mobiliário	10 618 442	8 312 165		
de fundos de investimento imobiliário	8 558 798	8 936 009		
de carteiras de clientes particulares e institucionais (GNBGP)	7 007 358	7 633 625		
de carteiras de clientes particulares e institucionais (NAFE)	7 833 074	4 389 349		
de fundos de pensões	5 111 545	5 208 826		
de serviços de gestão às participadas	279 173	294 349	545 174	1 011 852
Outras comissões	50 227	26 372		
	<u>39 458 617</u>	<u>34 800 695</u>	<u>545 174</u>	<u>1 011 852</u>
Comissões de emissão de unidade de participação				
de fundos e pensões	1 893	51 921	-	-
	<u>1 893</u>	<u>51 921</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Comissões de resgate de unidade de participação				
de fundos de investimento imobiliário	-	2	-	-
de fundos e pensões	10 327	538 432	-	-
	<u>10 327</u>	<u>538 434</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>39 470 837</u>	<u>35 391 050</u>	<u>545 174</u>	<u>1 011 852</u>
Encargos com serviços e comissões				
Despesas com a distribuição e comercialização das unidades de participação	(9 964 851)	(8 191 472)	-	-
Por serviços bancários	(24 944)	(17 994)	(1 554)	(962)
Por garantias bancárias prestadas	(74 044)	(74 453)	-	-
	<u>(10 063 839)</u>	<u>(8 283 919)</u>	<u>(1 554)</u>	<u>(962)</u>
Resultados de serviços e comissões	29 406 998	27 107 131	543 620	1 010 890

Para além dos serviços prestados aos Fundos sob gestão (Mobiliários, Imobiliários e de Pensões) a que correspondem comissões de gestão cobradas, o Grupo GNBGA presta ainda serviços de administração de valores que inclui à data de 31 de dezembro de 2017 comissões de gestão e performance cobradas, sendo 2 248 554 euros (2016: 2 071 268 euros) referentes a carteiras de clientes particulares e 4 758 804 euros (2016: 5 562 356 euros) referentes a carteiras de clientes institucionais (Nota 2). Em 2017 todos os serviços prestados pelo Grupo GNBGA referidos acima, ascenderam em termos consolidados a 39 408 390 euros (2016: 34 774 323 euros).

A rubrica "Comissões de gestão de fundos de investimento mobiliário" evidencia um saldo no montante de 10 618 442 euros (2016: 8 312 165 euros). Esta rubrica registou um aumento face ao ano homólogo, que é explicado por um acréscimo dos valores sob gestão da GNB FIM em fundos com comissionamento mais elevado, sendo que entre as razões que justificam este aumento se incluem os processos de fusão ocorridos.

Em 2017 a GNB - FIM e a GNB - IM registaram comissões de performance nos fundos sob gestão, no montante de 1 153 707 euros e 2 541 288 euros, respetivamente. Estas comissões de performance são devidas quando a valorização da unidade de participação for superior à

rentabilidade do benchmark definido no último período anual, de acordo com as regras estabelecidas nos prospectos dos fundos.

A rubrica "Comissões de gestão de fundos de investimento imobiliário" evidencia um saldo no montante de 8 558 798 euros (2016:8 936 009 euros). Esta diminuição das comissões de gestão no montante de 338 755 euros, é explicada pelo decréscimo dos volumes sob gestão de alguns fundos, nomeadamente, o NB Património, Reconversão Urbana, NB Altavista e Fundes, que não é compensada, pela entrada do Fundo Solid em 1 de fevereiro de 2017.

Nas contas individuais, a rubrica Rendimentos de serviços e comissões – Serviços de gestão às participadas diz respeito aos valores devidos pelas participadas da GNBGA SGPS pelos serviços técnicos de administração prestados. No exercício de 2017 os custos faturados às participadas sofreram uma redução, resultado de uma diminuição dos custos incorridos pela GNBGA SGPS nesta gestão, face ao ano homólogo.

NOTA 9 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Os rendimentos e encargos de serviços e comissões no consolidado e individual apresentam-se da seguinte forma:

	(Montantes expressos em Euros)			
	Consolidado		Individual	
	2017	2016	2017	2016
Rendimentos				
Outros rendimentos e receitas operacionais	16 113	1 068 307	524 949	6 152 012
Encargos				
Outros encargos e gastos operacionais	(468 750)	(896 943)	(46 547)	(102 912)
Outros impostos	(492 735)	(400 512)	(214)	(290)
	(961 485)	(1 297 455)	(46 761)	(103 202)
Saldo líquido	(945 372)	(229 148)	478 188	6 048 810

A rubrica "Outros rendimentos e receitas operacionais" no consolidado evidencia um saldo de 16 113 euros (2016:1 068 307 euros). Esta rubrica no exercício de 2016 incluía a faturação de "Cedência de pessoal" a outras Sociedades do Grupo em que as Sociedades se inserem no montante de 271 779 euros. No exercício de 2017 não foram cedidos recursos pelas participadas da GNB GA ao Grupo Novo Banco, o que contribui para a diminuição desta rubrica face ao exercício de 2016.

A rubrica de outros impostos, inclui igualmente o valor anual das taxas de supervisão pagas à CMVM no montante de 327 221 euros (2016: 240 000 euros).

A rubrica de "Outros rendimentos e receitas operacionais" no individual inclui faturação de cedência de pessoal da GNBGA SGPS a entidades participadas que em 2017 ascende a 524 721 euros (2016: 499 668 euros). Esta rubrica no exercício de 2016, incluía ainda a mais-valia obtida pela GNBGA SGPS, no montante de 5 251 407 euros, resultado da liquidação e partilha da participada GNB PI em 18 de julho de 2016.

7K

2PP
47

NOTA 10 – CUSTOS COM O PESSOAL

O valor dos custos com pessoal no consolidado e individual apresentam-se da seguinte forma:

	(Montantes expressos em Euros)			
	Consolidado		Individual	
	2017	2016	2017	2016
Remunerações dos órgãos gestão	605 914	743 998	186 607	306 672
Vencimentos e salários	3 983 002	3 620 586	613 014	584 712
Outros encargos sociais obrigatórios	1 157 784	1 053 485	182 701	201 296
Custos compensações de reforma (Nota11)	10 178	398 937	-	-
Prémios de antiguidade	4 628	642	-	-
Indemnizações contratuais	1 680	1 165 462	-	231 000
Outros custos como pessoal	170 444	222 956	28 965	33 818
Saldo Total	5 933 630	7 206 066	1 011 287	1 357 498

Não existem adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

Durante o exercício de 2017 e 2016 não foram distribuídas remunerações variáveis a membros dos órgãos sociais, de acordo com a Política de Remunerações em vigor.

De acordo com as Normas contabilísticas deve ser feito o reconhecimento no ano a que diz respeito da estimativa para a distribuição de resultados aos colaboradores que é efetuada no ano seguinte, depois de aprovadas as contas. No exercício de 2017 e 2016, o Conselho de Administração entendeu não atribuir nenhum montante para a distribuição de resultados aos colaboradores.

No exercício de 2016 foram pagas indemnizações por rescisões de contrato de trabalho, no âmbito do processo de reestruturação do Grupo NOVO BANCO, estando evidenciado no consolidado um montante de 1 165 462 euros (2017: 1 680 euros) e nas contas individuais um montante de 231 000 euros. Em 2017, no âmbito da GNBGA SPGS e suas participadas foi apenas pago 1.680 euros, correspondente a uma indemnização relativa à não renovação de um contrato a prazo.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo, são apresentados como segue:

	(Montantes expressos em euros)		
	Consolidado		Total
	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	
31 de Dezembro de 2017			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	546 502	2 078 219	2 624 721
Custos com pensões de reforma	-	32 847	32 847
Total	546 502	2 111 066	2 657 568
31 de Dezembro de 2016			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	693 826	1 431 643	2 125 469
Custos com pensões de reforma	-	265 471	265 471
Prémios de antiguidade	-	211	211
Total	693 826	1 697 325	2 391 151

Os custos com as remunerações fixas atribuídas a membros dos órgãos sociais pelo individual, são apresentados como segue:

(Montantes expressos em euros)		
	Individual	
	2017	2016
Conselho Fiscal		
José Manuel Macedo Pereira	-	24 500
António Gonçalves	12 000	4 500
Joaquim Manuel da Silva Neves	7 000	3 909
José Maria Rego Ribeiro da Cunha	7 000	3 909
Conselho de Administração		
Fernando Fonseca Cristino Coelho	-	140 330
Pedro Luis Faria Araújo de Almeida e Costa	-	94 806
João Pedro Corrêa de Azevedo Guimarães	-	86 550
Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos	160 607	183 303
	186 607	541 807

No decurso do exercício de 2017 o consolidado e o individual tiveram em média 76 e 20 colaboradores e durante 2016: 82 e 21, respetivamente, repartidos da seguinte forma:

	Consolidado		Individual	
	2017	2016	2017	2016
Quadros superiores	24	28	5	5
Quadros médios	40	42	10	11
Outros	12	12	5	5
	76	82	20	21

NOTA 11 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho celebrado com os sindicatos e vigente para o setor bancário, a GNB FII e a GNB FIM assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência.

Estão abrangidos por este benefício os empregados admitidos até 31 de março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da segurança social.

Adicionalmente, com a publicação do Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa Abono de família dos Empregados Bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social (RGSS), a partir de 1 de Janeiro de 2011, que passou a assegurar a proteção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade do Grupo Novo Banco a proteção na doença, invalidez, sobrevivência e morte.

A taxa contributiva para o RGSS é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração, o direito à pensão dos empregados no ativo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando as entidades empregadoras a suportar o

diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) aplicável e restantes convenções.

As pensões de reforma dos bancários na Segurança Social no âmbito do 2º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do regime geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. À entidade empregadora compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e restantes convenções e aquela que o empregado vier a receber da segurança social.

Assim, a integração conduz a um decréscimo efetivo do valor atual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo plano de pensões. No entanto, dado que não existiu redução de benefícios na perspetiva do beneficiário na data de integração decorrente do 2º acordo tripartido, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas em 31 de dezembro de 2010.

Por outro lado, e tomando em consideração que a base de cálculo dos benefícios nos planos ACT e do RGSS são baseados em fórmulas distintas, existe a possibilidade de ser obtido um ganho no futuro, quando o valor das responsabilidades à data da reforma (VABT) for inferior ao valor das responsabilidades por serviços passados a cobrir pelo fundo de pensões devendo este ganho ser diferido numa base linear, durante o tempo médio de vida ativa até se atingir a idade normal de reforma.

No final do exercício de 2011 foi celebrado um 3º acordo tripartido, onde ficou decidida a transferência para a esfera da Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de dezembro de 2011, o qual não abrangeu a GNB FII e a GNB FIM por estas não terem ainda quaisquer reformados ou pensionistas em pagamento.

Com efeito a 1 de janeiro de 2014, a idade legal de reforma, para os trabalhadores abrangidos pelo Regime de Segurança Social, passou dos 65 para os 66 anos de idade. Contudo, o plano de benefícios definidos pela Sociedade não foi alterado, tendo-se mantido a idade de reforma aos 65 anos. Esta alteração legal tem assim um impacto do co-financiamento da Segurança Social no que respeita às responsabilidades dos colaboradores no ativo que estão abrangidos pelo plano e que foram transferidos para a Segurança Social no âmbito dos acordos tripartidos atrás mencionados.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor do fundo de pensões da GNB FII e da GNB FIM ascendia a 4 298 769 euros e a 9 417 818 euros (2016: 3 735 145 euros e 12 085 712 euros), respetivamente, e englobava 33 e 9 participantes (2016: 33 e 12), respetivamente, sendo que estes participantes são na totalidade pessoal no ativo e pessoal com direitos adquiridos, existindo dois pensionistas em pagamento no fundo de pensões da GNB FIM.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor do fundo de pensões da GNB FIM detém unidades de participação dos fundos Multireforma, Multireforma Plus, Multireforma Acções e Multireforma Garantido (fundos de pensões abertos) conforme segue:

(Montantes expressos em euros)			
Fundo	Nº ups	valor da UP	Montante
Multireforma	467 059	11,8049	5 513 589
Multireforma Plus	327 656	7,0899	2 323 046
Multireforma Acções	150 484	7,6893	1 157 117
Multireforma Capital Gara	61 249	6,9237	424 067
			9 417 818

Em 31 de dezembro de 2017, o valor do fundo de pensões da GNB FII detém unidades de participação dos fundos Multireforma, Multireforma Plus, Multireforma Ações e Multireforma Garantido (fundos de pensões abertos) conforme segue:

Fundo	Nº ups	(Montantes expressos em euros)	
		valor da UP	Montante
Multireforma	184 354	11,8049	2 176 276
Multireforma Plus	247 577	7,0899	1 755 298
Multireforma Ações	43 252	7,6893	332 576
Multireforma Capital Gara	5 000	6,9237	34 619
			4 298 769

O valor do fundo de pensões é representado por unidades de participação dos Fundos Multireforma, Multireforma Plus, Multireforma Ações e Multireforma Capital Garantido (fundos de pensões abertos), os quais à data de 31 de dezembro de 2017, tinham um Valor Líquido Global de 58 454 399 euros, 15 845 687 euros, 9 774 670 euros e 64 955 339 euros (2016: 58 732 330 euros, 15 189 413 euros, 10 140 133 euros e 53 772 441 euros), respetivamente e incluíam na sua carteira como ativos, os seguintes fundos geridos por entidades pertencentes ao mesmo grupo:

Descrição	% da carteira do Multireforma	% da carteira do Multireforma Plus	% da carteira do Multireforma Capital Garantido
N.B. America Growth	3,99%	4,06%	
N.B. Alta Vista	0,73%		
N.B. European Equity	3,92%	9,86%	
N.B. Momentum		6,41%	
N.B. Oportunidade	2,66%		5,88%
N.B. EuroBond	10,54%	9,98%	8,81%
N.B. Global Enhanced	5,08%	7,61%	4,92%
Imóvel	3,00%	3,31%	2,87%

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram:

	Pressupostos atuariais 2017	Verificado 2017	Pressupostos atuariais 2016	Verificado 2016
Tábua de Mortalidade				
Homens	TV 80/90		TV 73/77 menos 2anos ¹	
Mulheres	TV 88/90 menos 2anos ¹		TV 88/90 menos 2anos ¹	
Tábua de Invalidez	Suisse Re 2001		Suisse Re 2001	
Taxa de evolução salarial	0,75%	0,70%	0,75 % ³	1,44%
Taxa de rendimento do fundo	2,10%	6,17%	2,25%	-0,95%
Taxa de crescimento das pensões	0,50 % ²		0,75 % ⁴	
Taxa de desconto	2,10%		2,25%	

¹ Considera uma idade 2 anos inferior à idade efetiva o que equivale a uma correção à expectativa de vida que, assim, resulta superior à da aplica direta da tábua de mortalidade.

² A taxa de crescimento de pensões considerada em 2018 e 2019 foi de 0%. Só a partir de 2020 se assumiu a taxa de crescimento de 0,50% indicada no quadro.

³ A taxa de evolução salarial considerada para 2017 foi de 0,75%. Para 2018 e 2019 foi de 0,5%, e nos anos seguintes de 1%.

⁴ A taxa de crescimento de pensões considerada para 2017 foi de 0,75%. Para 2018 e 2019 foi de 0%, e nos anos seguintes de 0,5%.

No cálculo das responsabilidades foi utilizado o método da unidade de crédito projetada.

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de dezembro de 2017:

	(Montantes expressos em Euros)		
	31.12.2017		Total
	GNB - FII	GNB - FIM	
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço			
Responsabilidades em 31 de dezembro	(4 310 505)	(9 727 933)	(14 038 438)
Saldo dos fundos em 31 de dezembro	4 298 769	9 417 818	13 716 587
Activos líquidos em balanço (Nota 26)	(11 736)	(310 115)	(321 851)
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	1 210 124	6 720 989	7 931 113

Em 08 de março de 2018 a GNB FII e a GNB FIM efetuaram a contribuição para assegurar o financiamento a 100% das responsabilidades apuradas à data de 31 de dezembro de 2017, respetivamente, no montante de 11 736 euros e 310 115 euros.

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de dezembro de 2016:

	(Montantes expressos em Euros)		
	31.12.2016		Total
	GNB - FII	GNB - FIM	
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço			
Responsabilidades em 31 de dezembro	(4 059 120)	(13 109 941)	(17 169 061)
Saldo dos fundos em 31 de dezembro	3 735 145	12 085 712	15 820 857
Activos líquidos em balanço (Nota 21)	(323 975)	(1 024 229)	(1 348 204)
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	1 166 834	6 482 758	7 649 592

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.11 – Benefícios aos empregados, o Grupo procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas atuariais anualmente.

De acordo com a política contabilística referida na Nota 3.11 e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, a Sociedade avalia à data de cada balanço a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respetivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades no exercício de 2017 pode ser analisada como segue:

18

ux

(Montantes expressos em Euros)			
	31.12.2017		Total
	GNB - FII	GNB - FIM	
Responsabilidades em 1 de janeiro	4 059 120	13 109 941	17 169 061
Custo Normal	(31 555)	71 884	40 329
Custo dos juros	85 242	275 309	360 551
Contribuições dos participantes	9 272	-	9 272
Portabilidade	-	(4 112 084)	(4 112 084)
Pensões pagas	-	(220 832)	(220 832)
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades			
- Alteração da taxa de actualização	158 402	247 759	406 161
- Alteração SAMS	-	-	-
- Alteração tábua de mortalidade	40 109	188 249	228 358
- Alteração de crescimento salarial	42 097	(121 371)	(79 274)
- Outros (ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	(52 182)	289 078	236 896
Encargos extraordinários de reformas antecipadas	-	-	-
Responsabilidades no final do exercício	4 310 505	9 727 933	14 038 438

Tendo por base a situação em 31 de dezembro de 2017, e para certas alterações nos pressupostos atuariais, verificar-se-iam os seguintes impactos:

- Um aumento na taxa de desconto em 25 pontos base faria reduzir as responsabilidades da GNB FII e GNB FIM em cerca de 262 204 euros e 401 730 euros; uma redução de igual amplitude faria aumentar as responsabilidades da GNB FII e GNB FIM em cerca de 282 417 euros e 425 932 euros;
- Um aumento de 25 pontos base no crescimento dos salários faria aumentar as responsabilidades da GNB FII em cerca de 138 474 euros e da GNB FIM em cerca de 122 539 euros; uma redução de igual amplitude faria diminuir as responsabilidades da GNB FII em cerca de 172 773 euros e da GNB FIM em cerca de 396 076 euros;
- Um aumento de 25 pontos base no crescimento das pensões faria diminuir as responsabilidades da GNB FII em cerca de 377 310 euros e faria aumentar as responsabilidades da GNB FIM em cerca de 271 593 euros; uma redução de igual amplitude faria diminuir as responsabilidades da GNB FII em cerca de 132 060 euros e da GNB FIM em cerca de 260 587 euros;
- A utilização de tábuas de mortalidade com agravamento de mais um ano faria aumentar as responsabilidades da GNB FII em cerca de 137 355 euros e em cerca de 197 135 euros as responsabilidades da GNB FIM.

A evolução das responsabilidades no exercício de 2016 pode ser analisada como segue:

(Montantes expressos em Euros)			
	31.12.2016		Total
	GNB - FII	GNB - FIM	
Responsabilidades em 1 de janeiro	3 761 640	12 792 488	16 554 128
Custo Normal	(8 549)	232 450	223 901
Custo dos juros	84 637	287 831	372 468
Portabilidade	-	(623 847)	(623 847)
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades			
- Alteração da taxa de actualização	254 928	617 964	872 892
- Alteração SAMS	(55 999)	(303 682)	(359 681)
- Outros (ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	22 463	(79 590)	(57 127)
Encargos extraordinários de reformas antecipadas	-	186 327	186 327
Responsabilidades no final do exercício	4 059 120	13 109 941	17 169 061

76

lux 53 2pt D22

A evolução do valor dos fundos de pensões no exercício de 2017, pode ser analisada como segue:

	(Montantes expressos em Euros)		
	31.12.2017		Total
	GNB - FII	GNB - FIM	
Saldo dos fundos em 1 de janeiro	3 735 145	12 085 712	15 820 857
Rendimento real do fundo	230 377	640 793	871 170
Contribuições da Sociedade	323 976	1 024 229	1 348 205
Contribuições dos empregados	9 272	-	9 272
Portabilidade	-	(4 332 916)	(4 332 916)
Saldo dos fundos no final do exercício	4 298 770	9 417 818	13 716 588

A evolução do valor dos fundos de pensões no exercício de 2016, pode ser analisada como segue:

	(Montantes expressos em Euros)		
	31.12.2016		Total
	GNB - FII	GNB - FIM	
Saldo dos fundos em 1 de janeiro	3 761 640	12 792 488	16 554 128
Rendimento real do fundo	(35 696)	(85 020)	(120 716)
Contribuições da Sociedade	-	-	-
Contribuições dos empregados	9 201	2 091	11 292
Outros	-	(623 847)	(623 847)
Saldo dos fundos no final do exercício	3 735 145	12 085 712	15 820 857

A evolução dos desvios actuariais em balanço no exercício de 2017, pode ser analisada como segue:

	(Montantes expressos em Euros)		
	31.12.2017		Total
	GNB - FII	GNB - FIM	
Desvios actuariais acumulados em 1 de janeiro	1 166 834	6 482 758	7 649 592
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:			
- Alterações de pressupostos			-
- Alteração da taxa de actualização	158 402	247 759	406 161
- Alteração SAMS	-	-	-
- Alteração tábua de mortalidade	40 109	188 249	228 358
- Alteração de crescimento salarial	42 097	(121 371)	(79 274)
- Outros	-	-	-
- Ganhos e perdas de experiência			-
- Desvio desfavorável no rendimento	(145 136)	(365 484)	(510 620)
- Outros	(52 182)	289 078	236 896
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	1 210 124	6 720 989	7 931 113

TS
ur
2PP
54

A evolução dos desvios actuariais em balanço no exercício de 2016 pode ser analisada como segue:

	(Montantes expressos em Euros)		Total
	31.12.2016 GNB - FII	GNB - FIM	
Desvios actuariais acumulados em 1 de janeiro	825 109	5 875 215	6 700 324
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:			
- Alterações de pressupostos			
- Alteração da taxa de actualização	254 928	617 964	872 892
- Alteração SAMS	(55 999)	(258 377)	(314 376)
- Outros	39 642	24 953	64 595
- Ganhos e perdas de experiência			
- Desvio desfavorável no rendimento	120 333	372 851	493 184
- Outros	(17 179)	(149 848)	(167 027)
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	1 166 834	6 482 758	7 649 592

Os custos do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são decompostos como segue:

	(Montantes expressos em Euros)		Total
	31.12.2017 GNB - FII	GNB - FIM	
Custo do serviço corrente (Nota 10)	(31 555)	71 884	40 329
Custo/ (Proveitos) de juros	-	-	-
Custos do exercício	(31 555)	71 884	40 329

Os custos do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são decompostos como segue:

	(Montantes expressos em Euros)		Total
	31.12.2016 GNB - FII	GNB - FIM	
Custo do serviço corrente (Nota 10)	(17 750)	230 359	212 609
Custo/ (Proveitos) de juros	-	-	-
Custos do exercício	(17 750)	230 359	212 609

A partir de 1 de janeiro de 2013, na sequência da alteração do IAS 19 – Benefícios dos empregados, os custos / proveitos dos juros passaram a ser reconhecidos pelo valor líquido na linha de juros (proveitos ou custos) similares.

A evolução dos ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço durante o exercício de 2017 pode ser analisada como segue:

	(Montantes expressos em Euros)		
	31.12.2017		Total
	GNB - FII	GNB - FIM	
Em 1 de janeiro	(323 975)	(1 024 229)	(1 348 204)
Custo do exercício	31 555	(71 884)	(40 329)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas	323 975	(238 231)	85 744
Ganhos e perdas actuariais reconhecidos em outro rendimento Integral	(43 291)	1 024 229	980 938
Perdas extraordinários de reformas antecipadas	-	-	-
Em 31 de dezembro	(11 736)	(310 115)	(321 851)

A evolução dos ativos/(responsabilidades) líquidas em balanço durante o exercício de 2016 pode ser analisada como segue:

	(Montantes expressos em Euros)		
	31.12.2016		Total
	GNB - FII	GNB - FIM	
Em 1 de janeiro	-	-	-
Custo do exercício	17 750	(230 359)	(212 609)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas	-	-	-
Ganhos e perdas actuariais reconhecidos em outro rendimento Integral	(341 725)	(607 543)	(949 268)
Perdas extraordinários de reformas antecipadas	-	(186 327)	(186 327)
Em 31 de dezembro	(323 975)	(1 024 229)	(1 348 204)

A evolução das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é analisada como segue:

	(Montantes expressos em Euros)				
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2013
Responsabilidades	(14 038 438)	(17 169 061)	(16 554 128)	(16 109 293)	(11 450 362)
Saldo dos fundos	13 716 587	15 820 857	16 554 128	16 109 293	12 364 336
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	(321 851)	(1 348 204)	-	-	913 974
(Ganhos) / Perdas actuariais do exercício decorrentes das responsabilidades	792 141	456 084	584 538	4 166 016	1 413 581
(Ganhos) / Perdas actuariais do exercício decorrentes dos activos do fundo	(510 620)	493 184	537 174	(328 742)	(261 449)

NOTA 12 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica no consolidado e individual apresenta-se como segue:

	(Montantes expressos em Euros)			
	Consolidado		Individual	
	2017	2016	2017	2016
Cedência de recursos humanos	1 007 064	780 287	511 365	897 063
Rendas e alugueres	714 066	674 376	102 243	135 393
Deslocações e representação	86 690	88 845	9 236	8 243
Serviços de gestão às participadas	37 950	115 198	-	-
Publicidade e edição de publicações	14 387	71 170	9 330	8 725
Conservação e reparação	2 457	130 315	(18 920)	91 916
Comunicações	1 041 434	904 344	42 634	45 545
Água, energia e combustíveis	57 564	63 468	36 151	47 511
Outros fornecimentos de terceiros	28 359	30 965	12 856	18 560
Material de consumo corrente	32 814	33 794	19 121	19 635
Formação do pessoal	16 500	8 270	2 481	828
Serviços especializados:				
Informática	895 140	779 143	165 617	195 375
Consultores e auditores externos	753 632	695 098	79 483	186 568
Avenças e honorários	205 700	349 058	45 033	33 300
Segurança e vigilância	17 400	19 191	17 400	19 191
Mão de obra eventual	60 969	69 398	2 170	-
Banco de dados	29 382	38 589	4 381	4 403
Estudos e consultas	30 150	32 580	-	-
Avaliadores externos	80	5 271	-	-
Outros serviços especializados	110 010	248 641	(577)	29 310
Outros serviços de terceiros	464 719	698 000	56 833	9 156
Saldo Total	5 606 467	5 836 001	1 096 837	1 750 722

No consolidado, o montante de 37 950 euros (2016: 115 198 euros) registado na rubrica de Serviços de gestão às participadas, reflete o imposto suportado pela GNB FIM, GNB FII e GNB FP, entidades cuja atividade principal é isenta de IVA, em transações com a GNBGA SGPS ao abrigo do contrato de prestação de serviços existente entre este Grupo e as suas participadas. A diminuição do montante face ao exercício de 2016, deve-se à diminuição dos custos incorridos pela GNBGA SGPS no exercício de 2017.

Em 2017 a rubrica "Outros serviços especializados" nas contas consolidadas apresenta um montante de 110 010 euros (2016: 248 641 euros). O decréscimo registado face ao ano de 2016 é explicado pela diminuição dos custos incorridos com "Serviços de ACE não Informático" por durante o exercício de 2017 a GNB FIM e a GNB FP terem deixado de recorrer a este ACE para a prestação de serviços de back-office.

Em 2017 a rubrica "Cedência de recursos humanos" nas contas individuais evidencia um saldo de 511 365 euros (2016: 897 063 euros). O decréscimo registado face ao ano homólogo é explicado pela diminuição de recursos cedidos no âmbito da GNBGA SGPS e empresas suas participadas.

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis no consolidado e individual apresentam-se como segue:

	(Montantes expressos em euros)			
	Consolidado		Individual	
	2017	2016	2017	2016
Até um ano	149 280	108 535	25 577	18 100
De um a cinco anos	260 275	81 099	31 541	11 607
	409 555	189 634	57 118	29 707

Os honorários cobrados nos exercícios de 2017 e 2016 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no art.º 66 - A do código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	(Montantes expressos em euros)			
	Consolidado		Individual	
	2017	2016	2017	2016
Revisão legal das contas anuais	221 895	294 934	38 500	37 000
Outros serviços de garantia de fiabilidade	74 080	82 962	-	4 500
	295 975	377 896	38 500	41 500

NOTA 13 – RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica no consolidado apresenta-se como segue:

	(Montantes expressos em euros)		
	Consolidado		
	Custo de aquisição	Preço venda	Ganho/(Perda)
Instrumentos de Capital			
Unidades de participação	4 959 184	5 178 433	219 249
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4 959 184	5 178 433	219 249
Instrumentos de Capital			
Unidades de participação	489 731	506 950	17 219
Saldo em 31 de dezembro de 2016	489 731	506 950	17 219

No exercício de 2017 a GNB FP, vendeu as 636 331 unidades de participação, que detinha no Fundo de investimento mobiliário aberto "NB Tesouraria Ativa".

NOTA 14 – RESULTADOS POR AÇÃO

Resultados por ação básicos

Os resultados básicos por ação são calculados efetuando a divisão do resultado líquido atribuível aos acionistas do consolidado e individual pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

	(Montantes expressos em Euros)			
	Consolidado		Individual	
	2017	2016	2017	2016
Resultado líquido atribuível aos accionistas da Sociedade	8 021 116	8 615 454	(5 076 772)	21 459 513
Número médio de ações ordinárias em circulação	2 350 000	2 350 000	2 350 000	2 350 000
Resultado por ação básico atribuível aos accionistas	3,41	3,67	-2,16	9,13

Resultados por ação diluídos

Os resultados por ação diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de ações ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos acionistas da GNBGA SGPS.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a GNBGA SGPS não detinha ações ordinárias potenciais, pelo que, o resultado por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

NOTA 15 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2017 e 2016 no consolidado e individual é analisada como segue:

(Montantes expressos em Euros)				
	Consolidado		Individual	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país				
Depósitos à ordem	6 003 238	24 329 128	775 427	6 007 956
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro				
Depósitos à ordem				
Espanha	506 604	2 711 605	509	22 039
Luxemburgo	1 186 414	1 681 172	-	-
	<u>1 693 018</u>	<u>4 392 777</u>	<u>509</u>	<u>22 039</u>
Saldo Total	7 696 256	28 721 905	775 936	6 029 995

NOTA 16 – ATIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

A 31 de dezembro de 2017 as contas consolidadas apresentam na rubrica de Ativos ao Justo Valor através de Resultados um valor de 620.000 euros (2016: 1 013 200 euros), referente à Obrigação Novobanco 4,75% - 15.01.2018, detida pela Novo Banco Gestión, SGIIC.

Esta Obrigação faz parte do conjunto de Obrigações sénior que, na sequência da decisão tomada pelo Banco de Portugal em 29 de Dezembro de 2015, no âmbito das competências que lhe foram atribuídas no Acordo de Resolução aplicado ao Banco Espírito Santo em 03.08.2014, foram transferidas do Novo Banco para a esfera do Banco Espírito Santo. Esta decisão provocou uma quebra significativa do valor deste ativo face ao seu valor de aquisição (o preço variou de 94,171 euros em 29 de dezembro de 2015 para 14 euros em 30 de dezembro de 2015).

Durante o exercício de 2017 foi efectuada uma venda parcial da posição detida tendo-se registado um ganho de 73 400 euros na transação.

Em 2016 e 2017 não foram recebidos quaisquer outros rendimentos relativos a este título.

(montantes expressos em euros)												
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	31.12.2016				Venda		31.12.2017					
	Valor aquisição	Justo valor	Valor balanço	Quant.	Valor balanço	Valor venda	Ganho na venda	Valor aquisição	Variação Justo valor	Valor balanço	Variação justo valor em resultados	Variação total em rendimentos
BO Novobanco - 4,75% - vto. 15/01/18	4 018 010	(3 004 810)	1 013 200	20	506 600	580 000	73 400	2 009 005	(1 389 005)	620 000	113 400	186 800

NOTA 17 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A 31 de dezembro de 2017 e 2016 a movimentação da rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda no consolidado e individual é apresentada como segue:

(montantes expressos em euros)

Ativos financeiros disponíveis para venda	Consolidado									
	31.12.2018				Alienações		Amortizações		31.12.2017	
	Quantidade	Valor mercado	Juros corridos	Valor balanço	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Valor mercado	Juros corridos	Valor balanço
Instrumentos de dívida										
De dívida pública portuguesa										
Obrigações do tesouro										
OT 4,45 Junho 2018	450 000	479 151	10 998	490 149	-	-	450 000	459 837	10 947	470 784
OT 4,75 Junho 2019	-	-	-	-	-	-	260 000	278 520	6 786	285 306
	450 000	479 151	10 998	490 149	-	-	710 000	738 357	17 733	756 090
Instrumentos de capital										
NB - Tesouraria Ativa	636 331	4 922 913	-	4 922 913	636 331	-	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica no consolidado e individual apresenta-se como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado				Valor balanço
	Custo ^(a)	Reserva de justo valor		Imparidade ^(b)	
		Positiva	Negativa		
Instrumentos de dívida					
De dívida pública portuguesa					
Obrigações do tesouro	749 891	6 199	-	-	756 090
Instrumentos de capital					
Emitidos por residentes					
Patris, SGFTC	12 400	-	-	-	12 400
Outros	2 667	-	-	-	2 667
Emitidos por não residentes					
Outros	1 000	-	-	-	1 000
Saldo a 31 de dezembro de 2017	765 958	6 199	-	-	772 157
Instrumentos de dívida					
De dívida pública portuguesa					
Obrigações do tesouro	482 706	7 443	-	-	490 149
Instrumentos de capital					
Emitidos por residentes					
Unidades de Participação	4 796 476	126 437	-	-	4 922 913
Patris, SGFTC	12 400	-	-	-	12 400
Outros	2 667	-	-	-	2 667
Emitidos por não residentes					
Outros	1 000	-	-	-	1 000
Saldo a 31 de dezembro de 2016	5 295 249	133 880	-	-	5 429 129

(a) – Custo de aquisição no que se refere a ações e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida

(b) – A imparidade corresponde às menos valias potenciais com os instrumentos de capital em carteira reconhecidas em resultados, conforme política contabilística descrita na nota 3.5.

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de ativos financeiros disponíveis para venda, reflete a aplicação em obrigações do tesouro no montante de 756 090 euros (2016: 490 149 euros).

Do montante de obrigações do tesouro em balanço, o total de 285 306 euros (2016: 490 149 euros) encontra-se a garantir o Sistema de Indemnização aos Investidores, de acordo com o Decreto-Lei n.º 222/99 de 22 de junho e Regulamento n.º 2 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários de 20 de janeiro de 2000, relativamente às quais o penhor associado ascende a 252 215 euros (2016: 251 053 euros) (ver Nota 29).

Em 11 de junho de 2017 procedeu-se à venda das 636 331 unidades de participação detidas pela GNB FP do Fundo Tesouraria Ativa. O resgate das unidades de participação pela GNBGA FP, resultou num aumento da rubrica "Aplicações em instituições de crédito". (ver Nota 18)

Durante os exercícios de 2017 e 2016, não foram registadas perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda.

(Montantes expressos em Euros)				
	Individual			Valor balanço
	Custo	Reserva de justo valor		
		Positiva	Negativa	
Acções				
Patris, SGFTC	12 400	-	-	12 400
GNB, Companhia de Seguros, S.A.	2 667	-	-	2 667
Saldo a 31 de dezembro de 2017	15 067	-	-	15 067
Acções				
Patris, SGFTC	12 400	-	-	12 400
GNB, Companhia de Seguros, S.A.	2 667	-	-	2 667
Saldo a 31 de dezembro de 2016	15 067	-	-	15 067

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem uma participação de 4,96% no capital social da Patris - Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. e uma participação de 0,0033% no capital social da GNB - Companhia de Seguros, S.A..

A 31 de dezembro de 2017 e 2016 o escalonamento dos Ativos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento no consolidado e individual é como segue:

	(Montantes expressos em euros)			
	Consolidado		Individual	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
De 3 meses a um ano	470 784	-	-	-
De um ano a cinco anos	285 306	490 149	-	-
Duração indeterminada	16 067	4 938 980	15 067	15 067
Saldo Total	772 157	5 429 129	15 067	15 067

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Ativos financeiros disponíveis para venda no consolidado e individual, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado					
	31.12.2017			31.12.2016		
	Cotado	Não cotado	Total	Cotado	Não cotado	Total
Instrumentos de dívida						
De dívida pública portuguesa						
Obrigações do tesouro	756 090	-	756 090	490 149	-	490 149
Instrumentos de capital						
Emitados por residentes						
Unidades de Participação	-	-	-	4 922 913	-	4 922 913
Patris, SGFTC	-	12 400	12 400	-	12 400	12 400
Outros	-	2 667	2 667	-	2 667	2 667
Emitados por não residentes						
Outros		1 000	1 000	-	1 000	1 000
	756 090	16 067	772 157	5 413 062	16 067	5 429 129

(Montantes expressos em Euros)

	Individual			
	31.12.2017		31.12.2016	
	Não cotado	Total	Não cotado	Total
Ações				
Patris, SGFTC	12 400	12 400	12 400	12 400
GNB, Companhia de Segurc	2 667	2 667	2 667	2 667
	15 067	15 067	15 067	15 067

NOTA 18 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica no consolidado e nas contas individuais apresenta-se como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado		Individual	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Aplicações em instituições de crédito no país				
Depósitos a prazo	37 600 000	15 400 000	800 000	-
Juros e rendimentos similares				
Juros de aplicações em instituições de crédito no país	10 117	17 532	213	-
Saldo Total	37 610 117	15 417 532	800 213	-

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento a 31 de dezembro de 2017 e de 2016, apresenta-se como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado		Individual	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Até 3 meses	16 700 000	6 500 000	800 000	-
De 3 meses a um ano	20 900 000	8 900 000	-	-
Saldo Total	37 600 000	15 400 000	800 000	-

NOTA 19 – ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, no consolidado, analisa-se como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Imóveis		
Beneficiações em edifícios arrendados	202 162	202 162
	<u>202 162</u>	<u>202 162</u>
Equipamento		
Mobiliário e material	1 126 102	1 287 788
Equipamento informático	1 656 961	1 825 029
Instalações interiores	673 261	682 516
Máquinas e ferramentas	296 718	354 549
Material de transporte	54 191	54 191
Equipamento de segurança	24 092	24 803
Outros activos tangíveis	130 942	159 485
	<u>3 962 267</u>	<u>4 388 361</u>
 Depreciação acumulada	 (4 059 716)	 (4 394 813)
Saldo Líquido	104 713	195 710

Durante o exercício de 2017, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado								Total
	Imóveis	Mobiliário e material	Equipamento Informático	Instalações interiores	Máquinas e ferramentas	Material de Transporte	Equipamento de segurança	Outros Activos Tangíveis	
Custo de aquisição									
Saldo em 1 de janeiro de 2017	202 162	1 287 788	1 825 029	682 516	354 549	54 191	24 803	159 485	4 590 523
Adições	-	-	1 249	-	-	-	-	798	2 047
Abates/Vendas	-	(161 686)	(169 317)	(9 255)	(57 831)	-	(711)	(29 341)	(428 141)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>202 162</u>	<u>1 126 102</u>	<u>1 656 961</u>	<u>673 261</u>	<u>296 718</u>	<u>54 191</u>	<u>24 092</u>	<u>130 942</u>	<u>4 164 429</u>
Depreciações									
Saldo em 1 de janeiro de 2017	202 162	1 211 717	798 529	610 475	351 521	51 473	22 112	1 146 824	4 394 813
Depreciações do exercício	-	4 969	35 854	24 745	1 231	2 718	844	22 539	92 900
Abates/Vendas	-	(161 652)	(169 317)	(9 180)	(57 795)	-	(711)	(29 342)	(427 997)
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>202 162</u>	<u>1 055 034</u>	<u>665 066</u>	<u>626 040</u>	<u>294 957</u>	<u>54 191</u>	<u>22 245</u>	<u>1 140 021</u>	<u>4 059 716</u>
Saldo Líquido	-	71 068	991 895	47 221	1 761	-	1 847	(1 009 079)	104 713

TV
JPP
LPP

Durante o exercício de 2016, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(Montantes expressos em Euros)

Consolidado									
	Imóveis	Mobiliário e material	Equipamento Informático	Instalações Interiores	Máquinas e ferramentas	Material de Transporte	Equipamento de segurança	Outros Activos Tangíveis	Total
Custo de aquisição									
Saldo em 1 de janeiro de 2016	202 162	1 296 361	993 917	682 516	354 549	54 191	24 803	29 526	3 638 025
Adições	-	69 525	989 301	-	-	-	-	129 959	1 188 785
Abates/Vendas	-	(78 098)	(158 189)	-	-	-	-	-	(236 287)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	202 162	1 287 788	1 825 029	682 516	354 549	54 191	24 803	159 485	4 590 523
Depreciações									
Saldo em 1 de janeiro de 2016	202 162	1 266 487	914 575	583 075	349 969	43 012	21 268	29 526	3 410 074
Depreciações do exercício	-	24 837	47 656	32 185	1 552	8 461	844	-	115 535
Abates/Vendas	-	(78 098)	(158 189)	-	-	-	-	-	(236 287)
Integração dos ativos da NAFE	-	(1 509)	(5 513)	(4 785)	-	-	-	1 117 298	1 105 491
Saldo em 31 de dezembro de 2016	202 162	1 211 717	798 529	610 475	351 521	51 473	22 112	1 146 824	4 394 813
Saldo Líquido	-	76 071	1 026 500	72 041	3 028	2 718	2 691	(987 339)	195 710

Esta rubrica, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, no Individual, analisa-se como segue:

(Montantes expressos em euros)		
Individual		
	31.12.2017	31.12.2016
Imóveis		
Beneficiações em edifícios arrendados	111 067	111 067
	111 067	111 067
Equipamento		
Equipamento informático	653 026	791 523
Instalações interiores	668 275	674 945
Mobiliário e material	527 067	557 038
Máquinas e ferramentas	211 849	227 147
Material de transporte	14 500	14 500
Equipamento de segurança	22 477	22 477
Outros ativos tangíveis	-	5 641
	2 097 194	2 293 271
Depreciação acumulada	(2 154 543)	(2 280 900)
Saldo Líquido	53 718	123 438

Durante o exercício de 2017, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

JAP 76

MS
212

(Montantes expressos em euros)

	Individual								Total
	Imóveis	Equipamento	Instalações	Mobiliário	Máquinas	Material	Equipamento	Outros	
		Informático	Interiores	e material	e ferramentas	de Transporte	de segurança	Activos Tangíveis	
Custo de aquisição									
Saldo em 1 de janeiro de 2017	111 067	791 523	674 945	557 038	227 147	14 500	22 477	5 641	2 404 338
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates/Vendas	-	(138 497)	(6 670)	(29 971)	(15 298)	-	-	(5 641)	(196 077)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	111 067	653 026	668 275	527 067	211 849	14 500	22 477	-	2 208 261
Amortizações									
Saldo em 1 de janeiro de 2017	111 067	755 108	602 904	550 492	224 121	11 781	19 786	5 641	2 280 900
Amortizações do exercício	-	35 069	24 745	4 968	1 231	2 719	844	-	69 576
Abates/Vendas	-	(138 497)	(6 596)	(29 936)	(15 263)	-	-	(5 641)	(195 933)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	111 067	651 680	621 053	525 524	210 089	14 500	20 630	-	2 154 543
Saldo Líquido	-	1 346	47 222	1 543	1 760	-	1 847	-	53 718

Durante o exercício de 2016, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(Montantes expressos em euros)

	Individual								Total
	Imóveis	Equipamento	Instalações	Mobiliário	Máquinas	Material	Equipamento	Outros	
		Informático	Interiores	e material	e ferramentas	de Transporte	de segurança	Activos Tangíveis	
Custo de aquisição									
Saldo em 1 de janeiro de 2016	111 067	949 459	674 945	558 070	227 147	14 500	22 477	5 641	2 563 306
Abates/Vendas	-	(157 936)	-	(1 032)	-	-	-	-	(158 968)
Saldo 31 de dezembro de 2016	111 067	791 523	674 945	557 038	227 147	14 500	22 477	5 641	2 404 338
Amortizações									
Saldo em 1 de janeiro de 2016	111 067	871 684	575 505	528 196	222 569	8 156	18 942	5 641	2 341 760
Amortizações do exercício	-	41 360	27 399	23 328	1 552	3 625	844	-	98 108
Abates/Vendas	-	(157 936)	-	(1 032)	-	-	-	-	(158 968)
Saldo 31 de dezembro de 2016	111 067	755 108	602 904	550 492	224 121	11 781	19 786	5 641	2 280 900
Saldo Líquido	-	36 415	72 041	6 546	3 026	2 719	2 691	-	123 438

NOTA 20 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, no consolidado, analisa-se como se segue:

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Adquiridos a terceiros		
Sistemas de tratamento automático de dados	4 531 965	4 508 372
Goodwill da aquisição da NAFE	6 009 294	6 009 294
	10 541 259	10 517 666
Amortizações acumuladas	(10 391 952)	(4 275 195)
Saldo Líquido	149 307	6 242 471

Durante o exercício de 2017, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado			Total
	Sistemas de tratamento automático de dados	Activos intangíveis em curso	Goowill aquisição 100% NAFE	
Custo de aquisição				
Saldo em 1 de janeiro de 2017	4 508 372	-	6 009 294	10 517 666
Adições	23 593	-	-	23 593
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4 531 965	-	6 009 294	10 541 259
Amortizações				
Saldo em 1 de janeiro de 2017	4 275 195	-	-	4 275 195
Amortizações do exercício	107 463	-	-	107 463
Imparidade de goodwill	-	-	6 009 294	6 009 294
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4 382 658	-	6 009 294	10 391 952
Saldo Líquido	149 307	-	-	149 307

Durante o exercício de 2016, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado			Total
	Sistemas de tratamento automático de dados	Activos intangíveis em curso	Goowill aquisição 100% NAFE	
Custo de aquisição				
Saldo em 1 de janeiro de 2016	2 545 699	48 204	-	2 593 903
Adições	1 918 663	2 125	6 009 294	7 930 082
Abates/Vendas	(938)	(5 381)	-	(6 319)
Transferências	44 948	(44 948)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4 508 372	-	6 009 294	10 517 666
Amortizações				
Saldo em 1 de janeiro de 2016	2 397 783	-	-	2 397 783
Amortizações do exercício	97 160	-	-	97 160
Abates/Vendas	(938)	-	-	(938)
Integração dos ativos da NAFE	1 781 190	-	-	1 781 190
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4 275 195	-	-	4 275 195
Saldo Líquido	233 177	-	6 009 294	6 242 471

Esta rubrica, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, no Individual, analisa-se como segue:

Handwritten signatures and initials: JPP, 178, 126, and a large signature.

	(Montantes expressos em euros)	
	Individual	
	31.12.2017	31.12.2016
Adquiridos a terceiros		
Sistemas de tratamento automático de dados	1 837 780	1 837 780
Amortização acumulada	(1 822 389)	(1 809 634)
Saldo Líquido	15 391	28 146

Durante o exercício de 2017, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(Montantes expressos em euros)		
	Individual		
	Sistemas de tratamento automático de dados	Ativos intangíveis em curso	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 1 de janeiro de 2017	1 837 780	-	1 837 780
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1 837 780	-	1 837 780
Amortizações			
Saldo em 1 de janeiro de 2017	1 809 634	-	1 809 634
Amortizações do exercício	12 755	-	12 755
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1 822 389	-	1 822 389
Saldo Líquido	15 391	-	15 391

Durante o exercício de 2016, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(Montantes expressos em euros)		
	Individual		
	Sistemas de tratamento automático de dados	Ativos intangíveis em curso	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 1 de janeiro de 2016	1 819 858	18 860	1 838 718
Abates/Vendas	(938)	-	(938)
Transferências	18 860	(18 860)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1 837 780	-	1 837 780
Amortizações			
Saldo em 1 de janeiro de 2016	1 796 004	-	1 796 004
Amortizações do exercício	14 568	-	14 568
Abates/Vendas	(938)	-	(938)
Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1 809 634	-	1 809 634
Saldo Líquido	28 146	-	28 146

NOTA 21 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

A rubrica investimentos em associadas no consolidado decompõe-se como segue:

	(Montantes expressos em Euros)					
	Capital Próprio *		Resultado Líquido Exercício		% detida	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Económico SGFI, S.A.	-	6 964 942	-	2 647 451	-	35%
Económico SGFP, S.A.	-	(883 142)	-	356 800	-	35%
ESIAM - E.S.Int.Asset Management, Ltd.	(144 042)	(151 891)	-	(6 784)	50%	50%
	(144 042)	5 929 909	-	2 997 467		

	(Montantes expressos em Euros)					
	Custo de Aquisição		Valor de Balanço		RLE Apropriado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Económico SGFI, S.A.	-	271 967	-	3 364 339	-	926 608
Económico SGFP, S.A.	-	374 475	-	-	-	-
Novo Activos Financieros, S.A.	-	-	-	-	-	(782 000)
ESIAM - E.S.Int.Asset Management, Ltd.	4 200	4 200	-	-	-	-
	4 200	650 642	-	3 364 339	-	144 608

* Capital próprio excluído do resultado líquido do exercício

O movimento da rubrica de Investimentos em associadas no consolidado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foi o seguinte:

	(Montantes expressos em Euros)	
	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Saldo em 1 de janeiro	3 364 339	28 416 920
Resultados de participações em associadas	-	144 608
Variação cambial	-	(300 856)
Distribuição de Dividendos	-	(19 881 583)
Anulação da equivalência patrimonial NAFE	-	(5 014 750)
Ajuste cambial da participação financeira (Económico SGFI)	(304 837)	-
Reclassificação para Ativos não correntes detidos para venda	(3 059 502)	-
Saldo em 31 de Dezembro	-	3 364 339

A rubrica "Resultados de participações em associadas" no exercício de 2016 evidenciava um saldo de 144 608 euros, que resulta do prejuízo da participada Novo Activos Financieros España, S.A., no montante negativo de 782 000 euros e do resultado da Económico SGFI, S.A., no montante de euros 926 608 euros.

No exercício de 2017 esta rubrica não apresenta saldo, resultante da aquisição dos 50% da Novo Activos Financieros España, S.A., que anteriormente pertenciam ao Novo Banco, passando a consolidar pela método integral, e da reclassificação das participações financeiras da Económico SGFI, S.A. e da Económico SGFP, S.A., como "Ativos não correntes detidos para venda, uma vez que o contrato de venda foi celebrado durante o exercício de 2017, estando a GNBGA SGPS, a aguardar a autorização do governo Angolano para a conclusão da mesma.

No exercício de 2017 foi apurada uma variação cambial desfavorável do câmbio do Kwanza face ao USD da participada angolana Económico SGFI, S.A., no montante de 304 837 euros.

A participada Novo Activos Financieros, S.A. não distribuiu dividendos à GNBGA SGPS em 2017.

68

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os valores das participações detidas pela GNBGA SGPS (Individual), no capital de outras empresas são apresentadas como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	31.12.2017			31.12.2016		
	Participação			Participação		
	Nº de ações	direta no capital	Custo da participação	Nº de ações	direta no capital	Custo da participação
GNB - Soc. Gestora de Fundos Invest. Imobiliário, S.A.	500 000	100%	1 250 000	500 000	100%	1 250 000
GNB - Soc. Gestora de Fundos Invest. Mobiliário, S.A.	600 000	100%	6 305 406	600 000	100%	6 305 406
GNB - Soc. Gestora de Gestão Patrimónios, S.A.	625 000	100%	3 310 616	625 000	100%	3 310 616
GNB - Soc. Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	200 000	100%	3 506 402	200 000	100%	3 506 402
GNB - Soc. Gestora de Part. Internacionais, SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-
Novo Activos Financieros, España, S.A.	1 950 000	100%	53 801 206	1 950 000	100%	53 801 206
GNB - International Management, S.A.	500	100%	125 370	500	100%	125 370
Económico SGFI, S.A.	-	-	-	350	35%	271 967
Económico SGFP, S.A.	-	-	-	350	35%	374 475
ESIAM - E.S.Int.Asset Management, Ltd.	5 000	50%	4 200	5 000	50%	4 200
			<u>68 303 200</u>			<u>68 949 642</u>
Imparidade						
GNB - Soc. Gestora de Fundos Invest. Mobiliário, S.A.			(2 279 104)			(3 961 033)
Novo Activos Financieros, S.A.			(43 345 582)			(31 729 706)
Económico SGFP, S.A.			-			(374 475)
ESIAM - E.S.Int.Asset Management, Ltd.			(4 200)			(4 200)
			<u>(45 628 886)</u>			<u>(36 069 414)</u>
			22 674 314			32 880 228

Em 18 de julho de 2016 a GNBGA SGPS procedeu à dissolução da GNB – Participações Internacionais, SGPS, S.A. pela liquidação e partilha imediata dos seus bens, tendo todas as participações detidas pela GNB PI sido transferidas para o balanço da GNBGA SGPS.

Em resultado da análise de imparidade efetuada à participação detida na Novo Activos Financieros, S.A., pela GNBGA SGPS, com referência a 31 de dezembro de 2017, foi reforçada a imparidade desta participação no montante de 11 615 876 euros. A 31 de dezembro de 2017 montante total da imparidade nesta participação financeira é de 43 345 582 euros.

Em 31 de dezembro de 2017, após análise efetuada à participação financeira detida na GNB FIM, por comparação com os seus capitais próprios, fez-se uma reversão da imparidade no montante de 1 681 929 euros. Em 31 de dezembro de 2017 o montante total da imparidade é de 2 279 104 euros (2016:3 961 033 euros).

NOTA 22 – ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

(Montantes expressos em euros)

	Consolidado	Individual
	2017	2017
Ativos		
Económico SGFI, S.A.	3 059 502	271 967
Económico SGFP, S.A.	-	374 475
	<u>3 059 502</u>	<u>646 442</u>
Imparidade		
Económico SGFP, S.A.	-	(374 475)
	3 059 502	271 967

As participações financeiras Angolanas da Económico SGFI e da Económico SGFP foram reclassificadas para "Ativos não correntes detido para venda", uma vez que o contrato de venda foi celebrado, estando a GNBGA SGPS a aguardar a autorização do governo Angolano para a conclusão da mesma.

NOTA 23 – OUTROS ATIVOS

A rubrica "Outros ativos" em 31 de dezembro de 2017 e 2016 no consolidado é analisada como segue:

	(Montantes expressos em Euros)	
	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Devedores e outras aplicações		
Prestações acessórias de capital	1 016 088	1 016 088
Suprimentos	227 216	258 514
IVA a recuperar	472 691	-
Fundos Imobiliários fechados	2 854 619	2 324 568
GNB, Companhia de Seguros Vida, S.A.	29 056	27 703
Gestão discricionária	-	845 766
Outros devedores diversos	1 494 625	2 480 619
	<u>6 094 295</u>	<u>6 953 258</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	<u>(2 674 984)</u>	<u>(2 439 217)</u>
	<u>3 419 311</u>	<u>4 514 041</u>
Proveitos a receber		
Comissões de gestão	1 921 766	2 744 068
Comissões de administração de valores	1 861 598	1 155 405
Comissões de Performance	3 926 359	128 598
Outros proveitos a receber	39 087	25 636
	<u>7 748 810</u>	<u>4 053 707</u>
Despesas com custo diferido	164 509	178 738
Outras contas de regularização	105 908	87 901
Saldo Total	11 438 538	8 834 387

As "Prestações acessórias de capital" foram concedidas à Patris - Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A., na qual a GNBGA SGPS detém uma participação de 4,96%. Esta participação encontra-se registada na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda.

A rubrica "Suprimentos", regista um empréstimo efetuado à ESIAM – ES International Asset Management, Ltd no montante inicial de 272 500 USD (2017: 227 216 euros e 2016: 258 514 euros), sem data de reembolso prevista e não remunerado, que em 31 de dezembro de 2017 e 2016 se encontra totalmente provisionada, dada a precária situação financeira da empresa.

Os proveitos a receber, dizem respeito essencialmente a comissões de gestão dos fundos geridos pela GNBGA SGPS e as suas subsidiárias.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade para devedores e outras aplicações no consolidado são apresentados como segue:

	(Montantes expressos em Euros)	
	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Saldo no início do exercício	2 439 217	2 238 116
Constituição	267 065	473 926
Utilização	-	(281 042)
Reversão	-	-
Variação cambial e outros	(31 298)	8 217
Saldo no final do exercício	2 674 984	2 439 217

Em 31 de dezembro de 2017 o montante para imparidade de devedores ascende a 2 674 984 euros (31 de dezembro de 2016: 2 439 217 euros) correspondendo aos valores em atraso de recebimento de comissões de gestão de 5 fundos de investimento imobiliário fechados.

No exercício de 2017 foram constituídas imparidades no montante de 267 065 euros para valores em atraso no recebimento de comissões de gestão do ano de 2017 e referentes a de fundos de investimento imobiliário fechados (31 de dezembro de 2016: 473 926 euros).

Em 31 de dezembro de 2016 foi revertida a imparidade constituída no montante de 281 042 euros para fazer face a um valor restituído pela entidade gestora dos fundos mobiliários a entidades isentas no âmbito de resgates de unidades de participação de acordo com o nº 4 do artigo 22 do Estatuto dos Benefícios Fiscais). No exercício de 2016 o requerimento de "Revisão Oficiosa", por nós interposto, para recuperação do ativo, no montante de 281 042 euros foi indeferido pela Autoridade Tributária. Com a certeza da irrecuperabilidade daquele montante, procedeu-se à utilização da imparidade anteriormente criada.

A rubrica "Outros ativos" em 31 de dezembro de 2017 e 2016 no Individual é analisada como segue:

	(Montantes expressos em euros)	
	Individual	
	31.12.2017	31.12.2016
Devedores e outras aplicações		
Prestações acessórias de capital	1 016 088	2 891 088
Devedores diversos	1 126 630	793 060
	2 142 718	3 684 148
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(227 216)	(258 514)
Proveitos a receber	21 094	24 078
Despesas com custo diferido	15 195	18 515
Outras contas de regularização	73 721	4 733
	2 025 512	3 472 960

A rubrica "Proveitos a receber" inclui o montante de 21 094 euros (31 de dezembro 2016: 24 078 euros) a receber da Patris – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização, S.A..

A rubrica Prestações acessórias de capital decompõe-se como segue:

	(Montantes expressos em euros)	
	Individual	
	31.12.2017	31.12.2016
GNB GP, S.A.	-	1 875 000
Patris, SGFTC, S.A.	1 016 088	1 016 088
	1 016 088	2 891 088

De acordo com os Estatutos das Sociedades acima referidas, foram exigidas aos acionistas prestações acessórias de capital, de forma a dar cumprimento a rácios legais impostos pela Entidade Supervisora, o Banco de Portugal.

As prestações acessórias são passíveis de integrar os fundos próprios da Sociedade, desde que a sua restituição apenas possa ter lugar quando a situação líquida da Sociedade não se torne, por força de tal restituição, inferior à soma do capital e reserva legal. Tal restituição deverá ser previamente aprovada pelo Banco de Portugal e apenas ter lugar decorrido um prazo mínimo de 5 anos após a sua realização.

Em 03 de janeiro 2017, o conselho de administração do Banco de Portugal deliberou autorizar, o reembolso das prestações acessórias à GNB GA, no montante de 1 875 000 euros. O reembolso foi efetuado no dia 10 de janeiro de 2017.

NOTA 24 – PROVISÕES

O saldo das provisões no consolidado é como segue:

	(Montantes expressos em Euros)			
	Consolidado		Individual	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Provisões para outros riscos e encargos e outras provisões	503 492	2 846 334	-	191 042
Provisões para contingências fiscais	173 658	252 064	53 803	132 210
Saldo Total	677 150	3 098 398	53 803	323 252

A provisão para outros riscos e encargos tem como objetivo fazer face a perdas potenciais decorrentes da atividade normal das empresas do Grupo. O movimento verificado na rubrica de provisões no consolidado e nas contas individuais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foi o seguinte:

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado	Individual
Saldo em 1 de janeiro de 2016	1 333 953	304 515
Dotações	1 633 972	191 042
Reversões	(597 866)	(172 305)
Utilizações	(423 461)	-
Integração dos ativos da NAFE	1 151 800	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3 098 398	323 252
Reversões	(1 104 104)	(269 449)
Utilizações	(1 317 144)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	677 150	53 803

Em 2017 a GNBGA SGPS fez-se a reversão de uma provisão para contingências, no montante de 78 406 euros, uma vez que a razão da sua constituição deixou de existir. Foi ainda revertida a provisão para "Outros riscos e encargos", no montante de 191 042 euros, para fazer face aos prejuízos acumulados da participação financeira da Económico SGFP, S.A., uma vez que a provisão estava feita em excesso face ao valor acordado para a sua venda.

Em 31 de dezembro de 2016, as contas consolidadas reflectiam a constituição de uma "Provisão para outros riscos e encargos", no montante de 1 400 000 euros, relativa ao Fundo imobiliário fechado Fundocantial sob a gestão da GNB FII. No exercício de 2017 foi utilizada a provisão no montante de 1 317 144 euros e revertido o montante de 82 855 euros.

No exercício de 2017, a Novo Ativos Financieros, España, S.A., fez a reversão da provisão constituída, no montante de 751 800 euros, no âmbito do processo de reestruturação do Grupo Novo Banco.

NOTA 25 – IMPOSTOS

A GNBGA SGPS está sujeita à tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derrama Municipal e Derrama Estadual, quando aplicável.

O cálculo do imposto corrente foi apurado com base numa taxa nominal de IRC de 21% e Derrama Municipal de 1,5%, de acordo com a alteração promovida pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e a Lei n.º 73/2013, de 15 de janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais) respetivamente.

No que respeita à Derrama Estadual e de acordo com a alteração promovida pela Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, a mesma incide sobre o lucro tributável que excede os 1 500 000 euros, como se segue: (i) sobre o lucro tributável que excede 1 500 000 euros até 7 500 000 euros à taxa de 3%, (ii) sobre o lucro tributável que excede 7 500 000 euros até 35 000 000 euros à taxa de 5%, e (iii) sobre o lucro tributável que excede 35 000 000 euros à taxa de 7%.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Na medida em que a alteração das taxas de Derrama Estadual prevista na Lei n.º 2/2014 de 16 de janeiro se aplica apenas ao exercício de 2017 e 2016, a mesma não foi tomada em consideração no cálculo do imposto diferido a 31 de dezembro de 2017.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas

noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

Os encargos do exercício com impostos sobre os lucros foram calculados tendo em consideração o disposto no Código do IRC e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis às Sociedades.

As declarações de autoliquidação de IRC, da GNBGA SGPS estão sujeitas a inspeção e eventuais ajustamentos pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos ou no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis, durante o período em que seja possível a sua dedução de acordo com a Lei em vigor nos anos a que os mesmos digam respeito. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de IRC devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da GNBGA SGPS que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

O imposto sobre o rendimento reportado no consolidado nos resultados de 2017 e 2016 explica-se como se segue:

	(Montantes expressos em Euros)	
	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Imposto corrente	4 404 222	4 292 610
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	(445 047)	(452 048)
Total do imposto registado em resultados	3 959 175	3 840 562

O imposto sobre o rendimento reportado no individual nos resultados de 2017 e 2016 explica-se como se segue:

	(Montantes expressos em euros)	
	Individual	
	31.12.2017	31.12.2016
Imposto corrente	18 939	26 327
Imposto diferido		
Prejuízos fiscais reportáveis	(245 575)	(567 164)
Total do imposto registado em resultados	(226 636)	(540 837)

O imposto corrente a pagar / (receber) reportado no consolidado no balanço de 2017 e 2016 explica-se como segue:

	(Montantes expressos em euros)	
	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Resultado Líquido do exercício atribuível aos accionistas	8 021 116	8 615 454
Estimativa de IRC - Imposto corrente 2016	-	6 103 142
Estimativa de IRC - Imposto corrente 2017	7 693 556	-
Carga fiscal já paga:		
Pagamento por conta	(5 371 888)	(3 056 686)
Pagamentos adicionais por conta	(168 650)	(180 499)
Pagamento especial por conta	(6 038)	-
Retenções na fonte	(63 492)	(40 603)
NAFE	138 778	188 682
Estimativa de imposto a pagar / (a receber)	2 222 266	3 014 036

O imposto corrente a pagar / (receber) reportado no individual no balanço de 2017 e 2016 explica-se como segue:

	(Montantes expressos em euros)	
	Individual	
	31.12.2017	31.12.2016
Resultado Líquido do exercício	(5 076 772)	21 459 513
Estimativa de IRC - Impostos correntes	18 939	26 327
Carga fiscal já paga:		
Pagamento Especial por conta	-	-
Retenções na fonte	(71)	(8 157)
Imposto a pagar / (receber)	18 868	18 170

A reconciliação entre o imposto esperado à taxa aplicável e o imposto reconhecido em resultados no consolidado, com referência aos exercícios de 2017 e 2016, analisa-se como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Resultado antes de impostos	11 980 291	12 456 016
Imposto esperado calculado à taxa de imposto corrente(*)	22,5%	22,5%
Imposto sobre o rendimento esperado	2 695 565	2 802 604
Custos não dedutíveis	241 151	495 497
Diferença de taxa	1 956 411	1 209 650
Proveitos não tributados	(248 329)	(32 537)
Outros	(685 623)	(634 652)
Imposto corrente reconhecido em resultados	3 959 175	3 840 562

(*) Taxa de IRC, acrescida da derrama municipal. O efeito da derrama estadual, quando aplicável, encontra-se refletido em "Outros".

A reconciliação entre o imposto esperado à taxa aplicável e o imposto reconhecido em resultados no individual, com referência aos exercícios de 2017 e 2016, analisa-se como segue:

(Montantes expressos em euros)

	Individual	
	2017	2016
Resultado antes de impostos	(5 303 408)	20 918 676
Imposto esperado calculado à taxa de imposto corrente (*)	22,5% (1 193 267)	22,5% 4 706 702
Eliminação dupla tributação de rendimentos distribuídos	104,4% (5 539 296)	-37,2% (7 787 531)
Custos não aceites fiscalmente	-41,0% 2 176 492	13,3% 2 780 103
(Prejuízo) para efeitos fiscais/ Lucro tributável	85,9% (4 556 071)	-1,4% (300 726)
Tributações autónomas	-0,4% 18 939	0,1% 26 327
Imposto corrente reconhecido em resultados	18 939	26 327

(*) Taxa de IRC, acrescida da derrama municipal. O efeito da derrama estadual, quando aplicável, encontra-se refletido em "Outros".

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no consolidado em balanço em 2017 e 2016 podem ser analisados como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	Activo		Consolidado		Líquido	
			Passivo			
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	(1 394)	(30 123)	(1 394)	(30 123)
Pensões e benefícios de saúde	82 794	82 794	-	-	82 794	82 794
Prémios de final de carreira	14 205	12 640	-	-	14 205	12 640
Pré-reforma	-	5 816	-	-	-	5 816
Outras provisões	125 226	132 053	-	-	125 226	132 053
Prejuízos fiscais	1 023 288	567 164	-	-	1 023 288	567 164
Novo Ativos Financieros, España	1 338 911	1 701 733	(2 577)	(2 577)	1 336 334	1 699 156
Imposto diferido activo/(passivo)	2 584 424	2 502 200	(3 971)	(32 700)	2 580 453	2 469 500
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	(2 577)	(2 577)	2 577	2 577	-	-
Activo/(passivo) por imposto diferido	2 581 847	2 499 623	(1 394)	(30 123)	2 580 453	2 469 500

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Activos por impostos diferidos	2 581 847	2 499 623
Passivos por impostos diferidos	(1 394)	(30 123)
Saldo Líquido de impostos diferidos	2 580 453	2 469 500

Os ativos por impostos diferidos surgem no seguimento da contabilização dos encargos com prémios de antiguidade / prémios de final de carreira e com o reconhecimento da responsabilidade com pré-reformas. A aplicação do IAS 12 veio originar um reconhecimento de um ativo por impostos diferidos que será utilizado à medida que estas responsabilidades forem sendo anuladas.

A alteração da contabilização dos Fundos de pensões de reforma, de acordo com a IAS 19, vem reforçar o imposto diferido, pela aplicação da taxa de imposto em vigor ao montante total dos desvios acumulados imputados em reservas – outro rendimento integral.

O reconhecimento de passivos por impostos diferidos, deve-se ao reconhecimento dos encargos com Fundos de Pensões.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no individual em balanço em 2017 e 2016 podem ser analisados como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	Individual	
	Activo	Passivo
	31.12.2017	31.12.2016
Prejuízos fiscais	812 739	567 164
Saldo líquido de impostos diferidos	812 739	567 164

O imposto diferido reconhecido em resultados e reservas no consolidado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, teve as seguintes origens:

(Montantes expressos em Euros)				
Consolidado				
	31.12.2017		31.12.2016	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Activos financeiros disponíveis para venda	-	28 728	-	(9 021)
Prémios de antiguidade	1 566	-	(102 404)	-
Pré-reforma	(5 816)	-	(19 754)	-
Pensões de reforma	-	-	-	(20 700)
Outras provisões	(6 827)	-	7 042	-
Prejuízos fiscais	456 124	-	567 164	-
Saldo Total	445 047	28 728	452 048	(29 721)

O imposto diferido reconhecido em resultados e reservas no individual durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, teve as seguintes origens:

(Montantes expressos em euros)				
Individual				
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
	Reconhecido em resultados	em reservas	Reconhecido em resultados	em reservas
Prejuízos fiscais	245 575	567 164	-	-
Saldo Total	245 575	567 164	-	-

NOTA 26 – OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica nas contas consolidadas decompõe-se como segue:

(Montantes expressos em Euros)		
Consolidado		
	31.12.2017	31.12.2016
Credores e outros recursos		
Iva a pagar	52 021	143 778
Contribuições para a Segurança Social	79 093	58 462
Imposto sobre o rendimento a entregar	76 829	122 317
Credores diversos	2 916 886	2 081 759
	<u>3 124 829</u>	<u>2 406 316</u>
Custos a pagar		
Comissões a pagar	1 427 189	2 614 902
Prémios por antiguidade / Prémio de final de carreira	63 134	56 175
Outros custos a pagar	2 021 803	1 532 001
Responsabilidades com pensões de reforma	322 673	1 348 557
	<u>3 834 799</u>	<u>5 551 635</u>
Receitas com proveito diferido	(4 409)	33 759
Outras contas de regularização		
Outros	276 438	356 194
	<u>276 438</u>	<u>356 194</u>
	7 231 657	8 347 904

Os montantes apresentados na rubrica comissões a pagar, incluem despesas de comercialização e distribuição a pagar às entidades comercializadoras dos fundos geridos pela GNB FIM e GNB FII das quais se destacam, o Novo Banco, S.A. e o Novo Banco dos Açores, S.A..

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica “Prémios de antiguidade / Prémio de final de carreira” evidencia um saldo no montante de 63 134 euros, que se refere a um prémio de Final de carreira, que os trabalhadores da GNB FIM e GNB FII terão direito a receber, se se encontrarem ao serviço da empresa na data da entrada na reforma.

Com a entrada em vigor do novo ACT, em 8 de agosto de 2016, os “Prémios de antiguidade” terminaram, dando lugar a um novo prémio, designado “Prémio de Final de Carreira”, que se encontra descrito e regulamentado na Cláusula 74ª.

Em período anterior à aplicação do novo ACT para o setor bancário e no que respeita ao “Prémio de antiguidade”, este correspondia a 1, 2 ou 3 meses de remuneração mensal efetiva quando o trabalhador completasse, respetivamente, 15, 25 ou 30 anos de antiguidade na banca.

No âmbito das disposições transitórias previstas no novo ACT, e relativas aos “Prémios de antiguidade” foi pago em 2016 aos empregados o montante de 511 301 euros, que se encontrava especializado em 31 de dezembro de 2015.

A rubrica “Outros custos a pagar” regista essencialmente estimativas com serviços prestados decorrentes da atividade do Grupo, bem como a periodificação do subsídio de férias e mês de férias no montante de 572 912 euros em 31 de dezembro de 2017 (2016: 575 647 euros), a pagar durante o exercício de 2018.

Esta rubrica nas contas individuais decompõe-se como segue:

	(Montantes expressos em euros)	
	Individual	
	31.12.2017	31.12.2016
Credores e outros recursos		
Credores por fornecimento de bens	250 245	133 883
Económico SGFI	34 988	34 988
IVA a pagar	51 837	105 925
Contribuições para a Segurança Social	19 563	19 674
IRS a entregar	14 711	15 378
	371 344	309 848
Custos a pagar		
Custos com pessoal	132 209	133 192
Outros custos a pagar	306 033	208 037
	438 242	341 229
	809 586	651 077

A rubrica de “Credores por fornecimentos de bens” à data de 31 de dezembro de 2017 inclui saldos com empresas do Grupo de empresas a que a Sociedade pertence, no montante de 224 326 euros (2016: 106 278 euros).

A rubrica “Custos com pessoal” inclui um montante de 132 209 euros, referente à periodificação do subsídio de férias e mês de férias a pagar durante o exercício de 2018, respeitante a 2017, sendo que em 2016 este valor ascendia a 133 192 euros.

As Normas contabilísticas aplicáveis obrigam ao reconhecimento no ano a que diz respeito da estimativa para a distribuição de resultados aos colaboradores que é efetuada no ano seguinte, depois de aprovadas as contas. No exercício de 2017 e 2016, o Conselho de Administração entendeu não atribuir nenhum montante para a distribuição de resultados aos colaboradores.

NOTA 27 – CAPITAL, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Ações Ordinárias

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social do Grupo encontra-se representado por 2 350 mil ações com um valor nominal de 5 euros cada, as quais se encontravam totalmente subscritas e realizadas pelo acionista único:

	% de Capital 31.12.2017	% de Capital 31.12.2016
Grupo Novo Banco		
Novo Banco, S.A.	100%	100%
	100%	100%

No exercício de 2016 o Novo Banco, S.A. adquiriu as ações ao Novo Banco dos Açores, S.A. e ao BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, S.A., passando a deter os 100% do capital do Grupo. Em 11 de maio de 2016, no âmbito do contrato de venda pelo Novo Banco, S.A. da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. à Calm Eagle Holdings, SARL, o Novo Banco ficou detentor das ações da GNBGA SGPS detidas pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

No dia 3 de agosto de 2014, e na sequência da medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo, SA (BES), em que a generalidade da atividade e do património daquela entidade foi transferida, de forma imediata e definitiva, para o Novo Banco, SA (Novo Banco), a GNBGA SGPS passou a fazer parte do Grupo Novo Banco.

A alienação do Novo Banco, enquanto banco de transição, deveria ter ocorrido num prazo máximo de dois anos desde a data da sua constituição. No entanto, este prazo foi alargado por decisão da Comissão Europeia comunicada a 21 de dezembro de 2015, tendo a venda ficado concluída no final de 2017. A conclusão do processo de venda do Novo Banco, que deste modo tem uma nova estrutura acionista, será um fator determinante para a estratégia comercial e societária da GNBGA SGPS e suas participadas.

Reserva Legal

Em conformidade com o Artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais o montante de reserva legal da GNBGA SGPS e das suas participadas locais, GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e a GNB - Participações Internacionais, SGPS, S.A. (dissolvida em Julho de 2016), é anualmente creditado em pelo menos 5% do lucro líquido anual, até que este represente a quinta parte do capital.

Para as restantes participadas, GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. e GNB – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. e, segundo a legislação vigente para o setor bancário (Artigo 97º do Decreto Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro), a reserva legal é anualmente creditada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

A evolução das Outras Reservas e resultados transitados encontra-se detalhada no mapa de Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

Interesses que não controlam

Em dezembro de 2016, na sequência da aquisição em Agosto pela GNBGA SGPS da participação minoritária (uma acção) existente na GNB IM, deixam de existir Interesses não controlados.

NOTA 28 – ATIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2017, não se identificaram ativos contingentes associados a comissões de gestão variáveis (comissões de performance) que poderão, ou não, vir a ser devidas pelos fundos mobiliários geridos pela GNB FIM se, na data de término do período de 12 meses findo durante 2018, se verificarem as condições definidas nos respetivos prospectos para a sua cobrança.

NOTA 29 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, existiam nas contas consolidadas os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(Montantes expressos em Euros)	
	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	4 407 752	4 407 752
Activos dados em garantia	252 215	251 053
	<u>4 659 967</u>	<u>4 658 805</u>
Compromissos		
Compromissos irrevogáveis	502 651	504 012
Saldo Total	5 162 618	5 162 817

A rubrica Garantias e avales diz respeito a garantias prestadas pela GNB FII, no valor de 4 407 752 euros (2016: 4 407 752 euros), relacionadas com obras de infra-estruturas várias dos imóveis detidos pelo Fundo NB Património e, cuja responsabilidade na prestação de garantias cabe à sociedade gestora.

Ao abrigo do Sistema de Indemnização aos Investidores, a GNB GP tem registado nas suas contas extrapatrimoniais, em 31 de dezembro de 2017, na rubrica Compromissos irrevogáveis no montante de 502 651 euros (2016: 504 012 euros). Estas responsabilidades encontram-se parcialmente cobertas, de acordo com o definido naquele sistema, por títulos da carteira própria dados em garantia no valor de 252 215 euros (2016: 251 053 euros) (ver Nota 17).

NOTA 30 – CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras da GNBGA SGPS e das suas subsidiárias são consolidadas pelo Novo Banco, SA (NB), com sede social na Avenida da Liberdade, 195, em Lisboa, o qual detém 100% do capital do Grupo (ver Nota 27).

NOTA 31 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o montante dos saldos em balanço, a receber e a pagar, das transações com empresas participadas do Grupo Novo Banco e com empresas do Novo Banco.

As transações com partes relacionadas no período em questão analisam-se como segue nas contas consolidadas e individuais, respetivamente:

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado							
	31-12-2017				31-12-2016			
	Ativos	Passivos	Custos	Proveitos	Ativos	Passivos	Custos	Proveitos
Acionistas								
Novo Banco	32 915 074	3 136 937	5 743 962	8 363	24 272 382	2 527 065	5 855 105	47 890
	<u>32 915 074</u>	<u>3 136 937</u>	<u>5 743 962</u>	<u>8 363</u>	<u>24 272 382</u>	<u>2 527 065</u>	<u>5 855 105</u>	<u>47 890</u>
Subsidiárias e Associadas de Acionistas								
GNB FIM	-	-	9 660	-	-	-	32 267	-
GNB FII	-	-	14 950	-	-	-	41 726	-
GNB FP	-	-	13 340	-	-	-	38 204	-
GNB PI	116 393	-	50	-	-	-	-	-
BEST	101 168	174 448	253 943	82 250	89 390	196 597	265 141	369 915
Novo Banco dos Açores	-	3 961	15 144	19 947	4 988 044	8 739	17 720	53 060
Locarent	-	10 392	237 154	-	-	20 871	256 984	-
GNB - Cº de Seguros	24 586	-	-	15 356	19 970	-	-	9 126
GNB - Cº Seguros Vida	1 088 513	-	-	3 358 548	1 798 424	-	-	3 343 518
GNB Serviços de Suporte Operacional, ACE	-	112	479	69	-	16 958	188 314	245 315
GNB Sistemas de Informação, ACE	-	-	6 264	-	-	-	9 247	-
Edenred Portugal	87	-	1 409	-	-	-	1 901	-
Novo Banco Espanha	9 206 480	-	-	-	22 039	-	-	-
Novo Banco Sucursal Financeira do Exterior	-	-	-	-	125 038	-	-	-
Novo Banco luxemburgo	3 079 303	-	-	25 896	4 411 546	-	-	47 606
Fundo Predilloc	7 115	-	-	85 952	7 248	-	-	85 225
Fundo NB Património	179 515	-	-	2 240 915	208 717	-	-	2 582 910
Fundo NB Logística	32 256	-	-	388 159	32 813	-	-	388 286
Fundo NB Arrendamento	9 826	-	-	123 240	11 238	-	-	247 369
Fundo Fungere	59 667	-	-	728 746	62 879	-	-	813 539
Fundo Fungepi II	74 527	-	-	907 894	77 846	-	-	935 204
Fundo Fungepi	61 528	-	-	754 386	64 845	-	-	868 810
Fundo Fundes	44 357	-	-	537 159	46 842	-	-	642 400
Fundo Arrábida	27 934	-	-	340 540	29 087	-	-	345 189
Fundo Asas Invest	4 500	-	-	54 000	9 000	-	-	9 000
Fundo Fines Oriente	274 884	-	-	824 507	242 616	-	-	208 088
Fundo InvestFundo VII	6 042	-	-	72 518	6 750	-	-	20 023
Fundo Solid	42 444	-	-	42 444	-	-	-	-
Outros								
Patris, SGFTC	1 092 282	-	-	279 173	1 040 166	-	-	331 549
	<u>15 533 407</u>	<u>188 913</u>	<u>552 393</u>	<u>10 881 699</u>	<u>13 294 498</u>	<u>243 165</u>	<u>851 504</u>	<u>11 546 132</u>

(Montantes expressos em Euros)

	Individual							
	31-12-2017				31-12-2016			
	Ativos	Passivos	Custos	Proveitos	Ativos	Passivos	Custos	Proveitos
Acionistas								
Novo Banco	1 575 641	121 346	425 899	213	6 007 956	57 867	227 520	17 100
	<u>1 575 641</u>	<u>121 346</u>	<u>425 899</u>	<u>213</u>	<u>6 007 956</u>	<u>57 867</u>	<u>227 520</u>	<u>17 100</u>
Subsidiárias e Associadas de Acionistas								
GNB FIM	83 772	137 241	137 241	104 862	50 227	98 907	724 722	153 341
GNB FI	272 287	63 645	63 620	1 281 937	81 156	1 969	54 505	4 181 418
GNB GP	220 486	-	-	760 885	1 963 940	-	-	2 766 641
GNB FP	103 156	23 440	23 440	643 037	-	5 401	33 991	166 103
GNB PI	116 393	-	50	-	125 038	-	-	7 000 000
Novo Activos Financieros España, SA	-	-	-	-	-	-	-	19 761 250
GNB International Management	-	-	-	3 539 296	-	-	-	-
Locarent	-	2 081	48 001	-	-	6 123	71 250	-
GNB - Cª de Seguros	16 756	-	-	-	19 712	-	-	-
GNB - Cª Seguros Vida	29 056	-	-	-	19 712	-	-	-
GNB Serviços de Suporte Operacional, ACE	-	-	-	-	-	-	-	21 301
GNB Sistemas de Informação, ACE	-	-	13 231	-	-	-	2 926	-
Edenred Portugal	-	87	399	-	-	-	455	-
Esegur	-	-	17 400	-	87	-	-	-
Esumédica	-	103	1 732	-	-	72	1 665	-
Outros								
Patris, SGFTC	1 092 282	-	-	279 173	1 129 610	-	-	331 549
	<u>1 934 188</u>	<u>226 597</u>	<u>305 114</u>	<u>6 609 190</u>	<u>3 389 482</u>	<u>112 472</u>	<u>889 514</u>	<u>34 381 603</u>

NOTA 32 – JUSTO VALOR

O Justo valor dos ativos financeiros do consolidado é como segue:

76 67
2PP
JPD

(Montantes expressos em euros)

	Custo Amortizado	Valorizados ao Justo Valor Cotações de mercado (Nível 1)	Total Valor de Balanço	Justo Valor
--	------------------	--	---------------------------	-------------

31 de dezembro de 2017

Caixa e disponibilidades em bancos centrais	11 390	-	11 390	11 390
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7 696 256	-	7 696 256	7 696 256
Activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	620 000	-	620 000	620 000
Activos financeiros disponíveis para venda	16 067	756 090	772 157	772 157
Aplicações em instituições de crédito	37 610 117	-	37 610 117	37 610 117
Activos financeiros	45 953 830	756 090	46 709 920	46 709 920

31 de dezembro de 2016

Caixa e disponibilidades em bancos centrais	13 012	-	13 012	13 012
Disponibilidades em outras instituições de crédito	28 721 906	-	28 721 906	28 721 906
Activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	1 013 200	-	1 013 200	1 013 200
Activos financeiros disponíveis para venda	15 067	5 414 062	5 429 129	5 429 129
Aplicações em instituições de crédito	15 417 533	-	15 417 533	15 417 533
Activos financeiros	45 180 718	5 414 062	50 594 780	50 594 780
Outros passivos	8 347 904	-	8 347 904	8 347 904
Passivos financeiros	8 347 904	-	8 347 904	8 347 904

O Justo valor dos ativos financeiros do Individual é como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	Custo Amortizado	Valorizados ao Justo Valor	Total Valor de Balanço	Justo Valor
31 de dezembro de 2017				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais *	500	-	500	500
Disponibilidades em outras instituições de crédito *	775 936	-	775 936	775 936
Ativos financeiros disponíveis para venda	15 067	-	15 067	15 067
Outros ativos	2 252 728	-	2 252 728	2 252 728
Ativos financeiros	3 044 231	-	3 044 231	3 044 231
31 de dezembro de 2016				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais *	500	-	500	500
Disponibilidades em outras instituições de crédito *	6 029 995	-	6 029 995	6 029 995
Ativos financeiros disponíveis para venda	15 067	-	15 067	15 067
Outros ativos	3 472 960	-	3 472 960	3 472 960
Ativos financeiros	9 518 522	-	9 518 522	9 518 522
Outros passivos	323 252	-	323 252	323 252
Passivos financeiros	323 252	-	323 252	323 252

* Estes ativos são de muito curto prazo pelo que o valor de Balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, conforme referido na Nota 3.5.

Os ativos e passivos ao justo valor, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado (nível 1) – nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais.

Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (nível 2) – consistem na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, a Sociedade utiliza como inputs nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3) – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Durante os exercícios de 2017 e 2016 não foram efetuadas transferências entre os diferentes níveis de valorização dos ativos e passivos.

NOTA 33 – GESTÃO DOS RISCOS DE ATIVIDADE

Tendo em conta a natureza da atividade do Grupo, em termos de política de gestão dos riscos, é apresentada a seguinte informação qualitativa.

Os riscos incorridos pelo Grupo são essencialmente de natureza legal e operacional, nomeadamente no que respeita a aspetos regulamentares. Os restantes riscos (nomeadamente risco de crédito, contraparte e taxa de juro) situam-se na esfera de atividade dos fundos/carteiras geridos pelas sociedades gestoras.

As funções de Compliance são asseguradas pelo Departamento Jurídico e de Compliance, sendo as funções de Gestão de Risco asseguradas pelo Departamento de Risco e as funções de Auditoria Interna subcontratadas ao departamento de Auditoria Interna do Novo Banco.

Estes Departamentos são responsáveis pelas funções de supervisão e controlo das atividades de intermediação financeira exercida pelas Sociedades, prestando informação ao Conselho de Administração sobre quaisquer situações detetadas, sendo o seu principal objetivo aprofundar o controlo e monitorização dos riscos associados às atividades das Sociedades.

A GNBGA SGPS, de acordo com o Aviso 12/92, não está obrigada a reportar ao Banco de Portugal informação relativa aos fundos próprios.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a exposição ao risco de crédito do consolidado é analisado como segue:

(Montantes expressos em euros)				
Risco de Crédito	Valor da Exposição	Valor Contabilístico	Provisão Imparidade	Valor Contabilístico Líquido
31 de dezembro de 2017				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	11 390	11 390	-	11 390
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7 696 256	7 696 256	-	7 696 256
Aplicações em instituições de crédito	37 610 117	37 610 117	-	37 610 117
Activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	620 000	620 000	-	620 000
Ativos financeiros disponíveis para venda	772 157	772 157	-	772 157
Outros ativos	14 113 522	14 113 522	2 674 984	11 438 538
	60 823 442	60 823 442	2 674 984	58 148 458
31 de dezembro de 2016				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	13 012	13 012	-	13 012
Disponibilidades em outras instituições de crédito	28 721 906	28 721 906	-	28 721 906
Activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	1 013 200	1 013 200	-	1 013 200
Ativos financeiros disponíveis para venda	5 429 129	5 429 129	-	5 429 129
Outros ativos	11 273 604	11 273 604	2 439 217	8 834 387
	46 450 851	46 450 851	2 439 217	44 011 634

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a exposição ao risco de crédito do Individual é analisado como segue:

Risco de Crédito	(Montantes expressos em euros)			
	Valor da Exposição	Valor Contabilístico	Provisão Imparidade	Valor Contabilístico Líquido
31 de dezembro de 2017				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	500	500	-	500
Disponibilidades em outras instituições de crédito	775 936	775 936	-	775 936
Aplicações em instituições de crédito	800 213	800 213	-	800 213
Ativos financeiros disponíveis para venda	15 067	15 067	-	15 067
Outros ativos	2 252 728	2 252 728	227 216	2 025 512
	3 844 444	3 844 444	227 216	3 617 228
31 de dezembro de 2016				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	500	500	-	500
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6 029 995	6 029 995	-	6 029 995
Ativos financeiros disponíveis para venda	15 067	15 067	-	15 067
Outros ativos	3 731 474	3 731 474	258 514	3 472 960
	9 777 036	9 777 036	258 514	9 518 522

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a exposição ao risco de liquidez do consolidado é analisada como segue:

Risco de Liquidez	(Montantes expressos em euros)					
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado
31 de dezembro de 2017						
Ativos						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	11 390	-	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7 696 256	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	16 700 033	20 910 083	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	470 784	285 306	-	16 067
Outros ativos	-	9 679 341	743 109	-	-	1 016 088
Total do Ativo	7 707 646	26 379 374	22 123 976	285 306		1 032 155
Passivos						
Outros passivos	-	6 563 968	604 555	-	63 134	-
Diferença entre o Ativo e o Passivo	7 707 646	19 815 406	21 519 421	285 306	(63 134)	1 032 155
31 de dezembro de 2016						
Ativos						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	13 012	-	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	28 721 906	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	-	15 400 000	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	5 429 129
Outros ativos	-	6 365 351	122 170	-	-	1 016 088
Total do Ativo	28 734 918	6 365 351	15 522 170	-		6 445 217
Passivos						
Outros passivos	-	6 307 914	1 957 964	25 851	56 175	-
Diferença entre o Ativo e o Passivo	28 734 918	57 437	13 564 206	(25 851)	(56 175)	6 445 217

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a exposição ao risco de liquidez do Individual é analisada como segue:

Risco de Liquidez	(Montantes expressos em euros)			
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Indeterminado
31 de dezembro de 2017				
Ativos				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	500	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	775 936	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	-	800 213	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	15 067
Outros ativos	-	973 135	36 289	1 016 088
Total do Ativo	776 436	973 135	836 502	1 031 155
Passivos				
Outros passivos	-	642 390	132 208	34 988
Diferença entre o Ativo e o Passivo	776 436	330 745	704 294	996 167
31 de dezembro de 2016				
Ativos				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	500	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6 029 995	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	15 067
Outros ativos	-	2 306 600	150 272	1 016 088
Total do Ativo	6 030 495	2 306 600	150 272	1 031 155
Passivos				
Outros passivos	-	482 896	133 192	34 988
Diferença entre o Ativo e o Passivo	6 030 495	1 823 704	17 080	996 167

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a exposição ao risco de preço no consolidado é analisada como segue:

	(Montantes expressos em Euros)	
	Exposição máxima	
	31.12.2017	31.12.2016
Instrumentos de dívida		
Obrigações do tesouro	756 090	490 149
Instrumentos de Capital		
Unidades de Participação	-	4 922 913
Patris, SGFTC	12 400	12 400
Outros	2 667	2 667
NAFE	1 000	1 000
	<u>772 157</u>	<u>5 429 129</u>

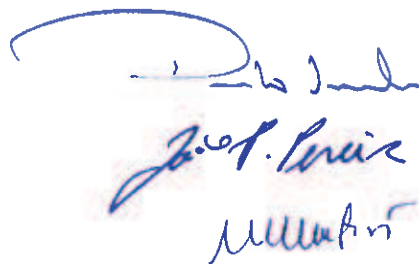
NOTA 34 – EVENTOS SUBSEQUENTES

À data de emissão destas demonstrações, não são conhecidos factos materialmente relevantes que devessem dar lugar a ajustamentos ou divulgações nas presentes demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração


J. P. Luís
Membro

III RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE

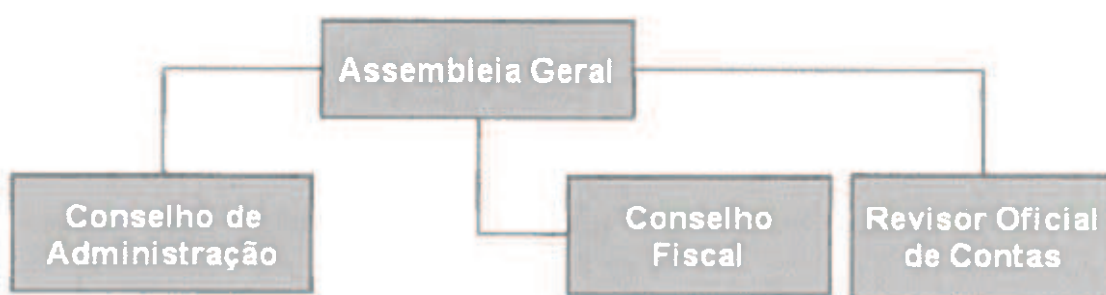
Os princípios e práticas de Governo implementados pela sociedade têm por objetivo uma governação responsável e orientada para a criação de valor.

1 ESTRUTURA E MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO

1.1 ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO

Na prossecução da sua atividade a GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A. (GNBGA SGPS) adota princípios de controlo adequados e eficazes que permitem assegurar o cumprimento das obrigações e deveres a que se encontra sujeita, bem como a maximização dos seus resultados pela gestão eficiente dos seus recursos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade apresentava a seguinte estrutura de Governação:



Assembleia Geral

A Assembleia Geral de Acionistas reúne com uma periodicidade anual mínima, tendo como principais competências proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade. Neste âmbito, compete-lhe, nomeadamente, analisar e aprovar o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Contas, bem como deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados e proceder às eleições que sejam da sua competência.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela gestão das atividades da GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A. e pela definição da sua estratégia. É também da sua competência garantir que a sociedade estabelece políticas adequadas à gestão dos vários tipos de risco com que se confronta na sua atividade e na das suas participadas e estabelecer meios que garantam a tomada de decisões independentes com garantia do respeito pelo princípio do igual tratamento dos acionistas e clientes.

Órgão de Fiscalização - Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem como principais competências a fiscalização da administração da sociedade e da exatidão das demonstrações financeiras. Anualmente, este órgão é também responsável pela elaboração do relatório sobre a sua ação fiscalizadora e pela emissão de parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela Administração.

Revisor Oficial de Contas

Ao Revisor Oficial de contas compete, nomeadamente, a revisão das demonstrações financeiras e a emissão de uma opinião independente sobre a exactidão das mesmas e a verificação da adequabilidade das políticas contabilísticas adoptadas.

1.2 MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO

Tem sido objetivo da GNBGA SGPS o desenvolvimento de uma cultura de controlo que assegure a mitigação ou redução dos riscos a que a sociedade e as suas participadas se encontram expostas.

No âmbito da Política de Continuidade de Negócio do Grupo Novo Banco, e consequentemente da GNBGA SGPS, encontram-se estabelecidos os princípios orientadores para a implementação, actualização e o teste regular da função de Gestão de Continuidade de Negócio em todo o Grupo alinhada com as imposições legais e regulamentares em vigor e com *standards* internacionais.

O modelo de gestão implementado garante a consistência e interação da função em todo o Grupo mantendo, contudo, a autonomia de cada entidade e respeitando as especificidades de cada negócio e região onde estas se encontram localizadas.

Assim sendo, compete ao Conselho de Administração da GNBGA SGPS garantir o desenvolvimento e manutenção do Programa de Gestão de Continuidade de Negócio, bem como a aprovação da respetiva Política e Normas, adaptadas à sua especificidade e legislação regulamentar aplicável.

No que concerne a Gestão de Riscos foi realizado um acompanhamento regular da evolução da atividade da sociedade e das suas participadas, no sentido de aferir e limitar os riscos a que se encontram expostas, tendo, por seu lado, a atividade de supervisão e controlo sido exercida, de forma independente, pela função Compliance.

Dada a natureza da atividade da GNBGA SGPS e suas participadas, os riscos incorridos são essencialmente riscos de carácter operacional, reputacional, jurídico e de compliance. Os restantes riscos (risco de crédito, liquidez, contraparte e taxa de juro), situam-se na esfera de atividade dos fundos/carteiras geridos pelas suas participadas. No sentido de acautelar os riscos da atividade, a sociedade tem implementado as seguintes áreas de acompanhamento e controlo:

Compliance - Assegura que a GNBGA SGPS e, cumulativamente, todos os membros dos seus Órgãos Sociais e todos os seus Colaboradores, cumprem escrupulosamente, no âmbito da sua atividade, todas as exigências legais, estatutárias, operacionais, tutelares, éticas e de conduta que, a cada momento, lhes são aplicáveis.

Gestão de Risco - Assegura o acompanhamento continuo da adequação e eficácia do sistema de gestão de riscos, através da identificação, acompanhamento e controlo de todos os riscos materialmente relevantes, para que não afetem significativamente a situação financeira da Sociedade.

Auditoria Interna - Assegura o exame e avaliação da adequação e da eficácia das diversas componentes do sistema de controlo interno da instituição, bem como do sistema de controlo interno como um todo. De relevar que a função de Auditoria Interna é exercida ao



nível Grupo NOVO BANCO, que assegura, nesse âmbito, o acompanhamento da atividade da GNBGA SGPS.

2 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

A política de remunerações abaixo indicada aplica-se na determinação da remuneração dos Órgãos Sociais e Dirigentes da GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A. e das Sociedades por si dominadas.

2.1 ENQUADRAMENTO

Por deliberação do Banco de Portugal, de 3 de Agosto de 2014, na sequência da medida de resolução aplicada ao BES, foi constituído o NOVO BANCO, para o qual foram transferidos a maioria dos activos, passivos e elementos extrapatrimoniais, entre os quais a participação no capital social da GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A., que passou, assim, a fazer parte do Grupo NOVO BANCO.

Considerando esta situação excepcional foi determinada a alteração da Política de Remunerações em vigor na GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A. e Sociedades por si dominadas, nomeadamente no sentido de não prever a possibilidade de atribuição de remunerações variáveis, quer aos Órgãos de Administração quer aos seus Dirigentes.

2.2 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA GNB – GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A E ENTIDADES FINANCEIRAS POR SI DOMINADAS

2.2.1 Enquadramento

A GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A. (a «GNB GA») é a holding do Grupo NOVO BANCO (o «GNB») especializada na actividade de gestão de activos financeiros.

No que respeita ao sistema financeiro português, a GNB - GA detém 100% do capital social e dos direitos de voto de três sociedades financeiras e de uma sociedade gestora de fundos de pensões.

As sociedades financeiras são a GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (a «GNB FIL»), a GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (a «GNB - FIM») e a GNB - Sociedade Gestora de Patrimónios, SA. (a «GNB - GP»).

A sociedade gestora de fundos de pensões é a GNB- Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A. (a «GNB - FP»).

Todas as acima referidas sociedades são designadas no presente documento, conjuntamente como «GNB Gestão de Ativos⁵» ou como as «Sociedades GNB Gestão de Ativos», constituindo todas um subgrupo de empresas inserido no Grupo NOVO BANCO.

18 211P 16

2.2.2 Regulamentação em matéria de políticas de remuneração de Órgãos Sociais e Dirigentes

No ano de 2011, foi aprovado o Decreto-Lei 88/2011, de 20 de Julho, que veio transpor a Directiva n.º 2010/76/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Novembro, que prossegue, nomeadamente, o objectivo de impor às instituições de crédito e empresas de investimento a obrigação de adoptarem políticas e práticas de remuneração que promovam uma gestão sólida e eficaz dos Riscos no que respeita aos colaboradores cuja actividade tenha um impacto significativo no perfil de risco da instituição.

Posteriormente, o Banco de Portugal aprovou o Aviso 10/2011, que veio revogar o Aviso n.º 1/2010 e a Carta Circular n.º 2/2010, e vem actualizar a regulamentação relativa aos princípios gerais em matéria de políticas e práticas de remuneração, a fim de garantir que a estrutura de remuneração não incentiva a assunção excessiva e imprudente de riscos, é compatível com os interesses a longo prazo das instituições, e define os requisitos de divulgação de informação exigíveis neste domínio.

O Instituto de Seguros de Portugal aprovou a Norma Regulamentar 5/2010-R, bem como a Circular 6/2010, aplicáveis às sociedades gestoras de fundos de pensões.

Entretanto, no ano de 2014, foi aprovado o Decreto-Lei 157/2014 de 24 de outubro, e já em 2015 aprovada a Lei 16/2015 de 24 de fevereiro, diplomas que vêm concretizar diversas iniciativas em matéria de governo societário, designadamente, através de um conjunto de novas regras relativas à estrutura e composição das remunerações, novas regras que implicam alterações à política de remunerações.

Através de várias iniciativas regulamentares, aprovadas pelas entidades de supervisão do setor, foi operada a extensão do dever de divulgação da política de remunerações à remuneração dos Dirigentes das instituições que, não sendo membros dos respetivos órgãos de administração ou de fiscalização, exerçam a sua atividade no âmbito das funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta da instituição ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco da instituição, ou a sua remuneração total os coloque no mesmo escalão de remuneração que os membros dos órgãos de administração ou fiscalização ou ainda que exerçam as funções de gestão do risco e controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal nº 5/2008.

Neste âmbito, entendeu-se adotar uma política global de remuneração para os seus Órgãos Sociais e Dirigentes, ainda que as acima referidas iniciativas não sejam aplicáveis a todas as sociedades GNB Gestão de Ativos, de modo a garantir a coerência da sua política global de remuneração, política que considera adequada à dimensão e organização interna, à natureza, ao âmbito e à complexidade das atividades desenvolvidas.

2.2.3 A política de remuneração dos Órgãos Sociais da GNB - Gestão de Ativos, SGPS, S.A. e entidades financeiras por si dominadas

A presente política visa definir um conjunto de princípios e práticas de remuneração coerentes com a especificidade própria das entidades financeiras que compõem a GNB Gestão de Ativos.

Por outro lado, e tendo em conta que todas as sociedades GNB Gestão de Ativos partilham essencialmente a mesma estrutura organizativa e identidade de órgãos de administração, justifica-se plenamente a adopção de uma política de remuneração que seja comum a todas.

I. Processo de aprovação e fiscalização da Política de Remuneração

a) Aprovação

A Política de Remuneração dos Órgãos Sociais é aprovada em Assembleia Geral de cada uma das sociedades que compõem o “grupo” GNB Gestão de Ativos.

b) Fiscalização da implementação da Política de Remunerações

A fiscalização da respectiva implementação é da competência Conselho Fiscal, ou do Fiscal Único, quando aplicável, devendo esta ser efectuada com periodicidade anual, com o objectivo de verificação das políticas e procedimentos de remuneração adoptados.

c) Consultores externos

Não foram contratados quaisquer consultores externos para a definição da política de remuneração dos órgãos sociais.

II. Remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral

Os membros da Mesa da Assembleia Geral não são remunerados de forma regular, podendo apenas receber uma senha de presença nas Assembleias que realizem.

III. Remuneração dos membros do Órgão de Fiscalização

O Órgão de Fiscalização da GNB GA, da GNB FIM, da GNB GP, da GNB FP e da GNB FII, é o Conselho Fiscal, composto por 3 membros efectivos e um suplente.

Os membros do Conselho Fiscal poderão receber remuneração fixa pelo exercício das suas funções, nos termos que vierem a ser determinados pela Assembleia Geral.

Relativamente ao Revisor Oficial de Contas efetivo, quer do Conselho Fiscal da GNB GA quer das Sociedades por si dominadas, a sua remuneração é efectuada de forma independente e enquadrada por via do contrato de prestação de serviços de revisão de contas, estando dessa forma em linha com as práticas do mercado. O Revisor Oficial de Contas suplente não é remunerado.

IV. Remuneração dos Membros do Órgão de Administração

a) GNB GA

A Administração da GNB GA será exercida pelo Conselho de Administração composto por três a quinze membros, sem prejuízo deste poder delegar a gestão corrente da sociedade numa Comissão Executiva, constituída por três a cinco membros.

O Presidente do Conselho de Administração se: i) remunerado noutra sociedade do Grupo Novo Banco; ii) não exercer a gestão corrente; ou iii) não tenha funções

executivas, quando haja delegação de poderes, não será remunerado pelo exercício das funções que exerça na GNB Gestão de Ativos.

Os administradores que tenham a gestão corrente da sociedade, ou funções executivas no caso de delegação de poderes, são remunerados, podendo a remuneração fixa do Presidente e a do Vice-Presidente ser superior à dos restantes membros do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração, bem como da Comissão Executiva no caso de delegação de poderes, recebem uma remuneração fixa, paga 14 vezes ao ano, e cujo montante poderá variar por força da aplicação das regras sobre subsídios de férias e /ou de Natal.

Adicionalmente, a esta remuneração fixa acrescem alguns complementos que são atribuídos a todos os restantes colaboradores das sociedades GNB Gestão de Ativos que cumpram os mesmos pressupostos e regras, como diuturnidades ou outros subsídios.

Os membros do Conselho de Administração da GNB GA que exerçam funções de administração nas restantes sociedades da GNB Gestão de Ativos, serão apenas remunerados pelo exercício de funções na GNB GA.

Sem prejuízo do referido nos parágrafos anteriores a Assembleia Geral poderá determinar a atribuição de uma remuneração substancialmente mais reduzida do que a dos demais membros, pelo fato de desempenharem funções mais limitadas.

b) Restantes sociedades GNB Gestão de Ativos

Nas demais sociedades GNB Gestão de Ativos, os membros do Conselho de Administração, recebem um vencimento fixo (com exceção dos membros que sejam também administradores da GNB GA e aí sejam remunerados) pago 14 vezes ao ano, e cujo montante poderá variar por força da aplicação das regras sobre subsídios de férias e/ou de Natal.

Adicionalmente, a esta remuneração fixa acrescem alguns complementos que são atribuídos a todos os restantes colaboradores das sociedades GNB Gestão de Ativos que cumpram os mesmos pressupostos e regras, como diuturnidades ou outros subsídios.

Alguns membros do Conselho de Administração das sociedades GNB Gestão de Ativos podem receber uma remuneração substancialmente mais reduzida do que outros, pelo facto de desempenharem funções mais limitadas e/ou complementares às funções que já sejam exercidas noutras sociedades do Grupo NOVO BANCO.

Membros Independentes do Conselho de Administração das sociedades GNB Gestão de Ativos podem receber uma remuneração:

- Fixa, paga 14 vezes ao ano ou;
- Paga através de senhas de presença;
- Calculada pró rata temporais a partir da data de eleição ou autorização da entidade de supervisão respetiva, dos dois o que ocorrer por último, ou seja deliberado pela Assembleia Geral.

c) Determinação da remuneração

A remuneração fixa dos membros dos diversos Órgãos de Administração das sociedades GNB Gestão de Ativos é determinada todos os anos pela Assembleia Geral anual de cada sociedade.

d) Critérios em que se baseia a manutenção pelos administradores executivos das acções que lhes tenham sido atribuídas

Não são atribuídas quaisquer acções ou opções sobre acções aos Administradores Executivos das sociedades GNB Gestão de Ativos.

e) Critérios em que se baseia a eventual celebração de contratos relativos às acções atribuídas

Não são atribuídas quaisquer acções ou opções sobre acções aos Administradores Executivos das sociedades GNB Gestão de Ativos.

f) Os principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Não existem outras formas de remuneração para além da descrita na presente política de remuneração.

g) Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos

Não existem outras formas de remuneração para além da descrita na presente política de remuneração.

h) Compensações ou Indemnizações pagas ou devidas a ex-membros executivos do órgão de administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não são devidas quaisquer indemnizações a antigos membros do Conselho de Administração relativamente à cessação das suas funções.

i) Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa do administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

Não existem quaisquer acordos que fixem montantes a pagar a membros do Conselho de Administração em caso de destituição sem justa causa.

j) Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada, com indicação se foram sujeitas a apreciação pela assembleia-geral

Aplica-se o regime de reforma e / ou plano de pensões aplicável à generalidade dos colaboradores no âmbito da Sociedade com a qual têm contrato de trabalho, não obstante o mesmo se encontrar suspenso pelo exercício das funções de administração nessa sociedade ou em outra com que essa se encontre em relação de domínio ou de grupo.

l) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores

Não são atribuídos aos administradores benefícios não pecuniários de relevo.

Regras aplicáveis a todos os membros do órgão de administração

a) Pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores

Não existem quaisquer pagamentos aprovados respectivamente à destituição de administradores e qualquer cessação por acordo carece, no que respeita aos montantes envolvidos, de ser previamente aprovada pela Assembleia Geral.

b) Montantes pagos em 2017 aos membros dos Órgãos Sociais

Durante o exercício de 2017 foram pagas aos membros dos Órgãos Sociais da Sociedade GNB FIM as seguintes remunerações:

Membros dos Órgãos Sociais	GNB GESTÃO DE ATIVOS - SGPS					m.€
	Fixa		Variável		Total GNB GA - SGPS	Total Outras empresas Grupo GNB GA
	Vencimento	Subsídios e Outros	Paga	Diferida		
Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos	136	25			161	147
João Carlos da Piedade Ferreira de Pina Pereira						143
Nuno Manuel Patrício dos Santos						
Total Conselho de Administração	136	25	0	0	161	290
António Gonçalves	9	2			11	11
Joachim Manuel da Silva Neves	6	1			7	8
José Maria Rego Ribeiro da Cunha	6	1			7	
Total Conselho Fiscal	21	4	0	0	25	18

2.3 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES DA GNB – GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A. E ENTIDADES FINANCEIRAS POR SI DOMINADAS

2.3.1 Aspectos fundamentais da política de remuneração dos Dirigentes da GNB GA

A política de remunerações dos Dirigentes das sociedades GNB Gestão de Ativos deve ser coerente com a política aprovada para os Órgãos de Administração da GNB GA, entidade que tem de assegurar que todas as suas filiais implementam políticas de remuneração consistentes entre si.

Deverá ainda ser tida em conta a especificidade própria das entidades financeiras que compõem a GNB Gestão de Ativos.

No contexto da presente Política entende-se como «Dirigentes» abrangidos pela presente política de remunerações não apenas os dirigentes em sentido amplo, aqui cabendo os Directores de Departamento, independentemente da área em que exerçam actividade, como ainda os Quadros Directivos que participem nos Comitês de Investimento em funcionamento na GNB Gestão de Ativos e os Quadros Directivos com funções nas áreas de Auditoria Interna, Compliance e Gestao de Riscos.

Com efeito, entende-se que – à margem dos titulares dos órgãos sociais - estes profissionais representam colaboradores cujo desempenho tem um impacto material sobre o perfil de risco da GNB Gestão de Ativos, uma vez que possuem acesso regular a informação privilegiada e participam nas decisões sobre gestão e estratégia da GNB Gestão de Ativos.

2.3.2 A política de remuneração dos Dirigentes das sociedades GNB Gestão de Ativos

I. Processo de aprovação e fiscalização da política de remuneração

a) Aprovação

A Política de Remuneração dos Dirigentes é aprovada pelo Conselho de Administração e ratificada nas Assembleias Gerais de cada uma das sociedades GNB Gestão de Ativos.

b) Fiscalização da implementação da Política de Remunerações

A fiscalização da respectiva implementação é da competência Conselho Fiscal ou do Fiscal Único, quando aplicável, devendo esta ser efectuada com periodicidade anual, com o objectivo de verificação das políticas e procedimentos de remuneração adoptados.

c) Remuneração dos colaboradores que exerçam funções de controlo

Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções de gestão de risco e controlo são remunerados em função da prossecução dos objectivos associados às respectivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, assegurando que se verifique uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções.

A remuneração destes colaboradores é fiscalizada diretamente pelo órgão de fiscalização.

II. Política de Remuneração

a) Determinação da remuneração

Os Dirigentes recebem uma remuneração fixa, paga **14** vezes ao ano, e cujo montante poderá variar por força da aplicação das regras sobre subsídios de férias e /ou de Natal.

Adicionalmente, a esta remuneração fixa acrescem alguns complementos que são atribuídos a todos os restantes colaboradores das sociedades GNB Gestão de Ativos que cumpram os mesmos pressupostos e regras, como diuturnidades ou outros subsídios.

- b) Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada, com indicação se foram sujeitas a apreciação pela Assembleia Geral

Aplica-se o regime de reforma e / ou plano de pensões aplicável à generalidade dos colaboradores no âmbito da Sociedade com a qual têm contrato de trabalho.

- c) Montantes pagos em 2017

Durante o exercício de 2017 foram pagas, no âmbito das empresas que constituem a GNB Gestão de Ativos, as seguintes remunerações:

	m.€	
	Dirigentes	Funções de Controlo
Nº	24	4
Remuneração Fixa	1.698	242
Remuneração Variável	-	-

78 JPP mf



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da GNB – Gestão de Ativos, SGPS, SA (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 64.094.917 euros e um total de capital próprio de 53.911.360 euros, incluindo um resultado líquido de 8.021.116 euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da GNB – Gestão de Ativos, SGPS, SA em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

A Certificação Legal das Contas relativa às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 incluiu uma reserva por limitação de âmbito sobre a rubrica de Ativos intangíveis que incluía naquela data um Goodwill no valor de 6.009 milhares de euros. Esse Goodwill, apurado em 2016, teve apenas por referência o preço de compra, de 11.036 milhares de euros, da participação de 50% na Novo Activos Financieros, SA, detida pelo Novo Banco, SA, face aos capitais próprios daquela Sociedade em junho de 2016, sem recurso a uma avaliação externa e independente que permitisse suportar a análise de indicadores de imparidade, pelo que não foi possível aferir sobre a recuperabilidade do valor daquele ativo àquela data. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo por base os desenvolvimentos ocorridos e a incerteza associada às perspetivas futuras da atividade desta Sociedade em Espanha, o Goodwill foi objeto de registo de imparidade total. Devido à limitação anteriormente referida, não nos é possível determinar em que medida a imparidade entretanto registada deveria afetar o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 ou os resultados transitados nessa data, incluindo os dados comparativos apresentados.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- g) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

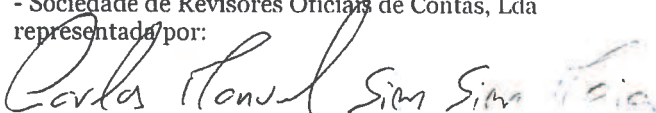
Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

5 de junho de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da GNB – Gestão de Ativos, SGPS, SA (Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 27.445.357 euros e um total de capital próprio de 26.563.100 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5.076.772 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da GNB – Gestão de Ativos, SGPS, SA em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

A Certificação Legal das Contas relativa às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 incluiu uma reserva por limitação de âmbito sobre a mensuração da participação de 100% na Novo Activos Financieros, SA, registada na rubrica de Investimentos em subsidiárias e associadas pelo valor líquido de 22.072 milhares de euros. Este valor líquido, que resultou da análise de imparidade do custo de aquisição, foi determinado tendo apenas por referência o preço de compra, de 11.036 milhares de euros, da participação de 50% na Novo Activos Financieros, SA, detida pelo Novo Banco, SA, em junho de 2016, sem recurso a uma avaliação externa e independente que permitisse suportar a análise de indicadores de imparidade, pelo que não foi possível aferir sobre a recuperabilidade do valor daquele ativo àquela data. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo por base os desenvolvimentos ocorridos e a incerteza associada às perspetivas futuras da atividade desta Sociedade em Espanha, foi registada uma imparidade adicional de 11.616 milhares de euros. Devido à limitação anteriormente referida, não nos é possível determinar em que medida a imparidade entretanto registada deveria afetar o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 ou os resultados transitados nessa data, incluindo os saldos comparativos apresentados.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752. Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda pertence a rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

5 de junho de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS

GNB – GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.

Exercício de 2017

Exmos. Acionistas da

GNB – GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre-nos submeter à Vossa apreciação o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como emitir parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas que o Conselho de Administração da GNB – GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A. (GNB GA) apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respetiva certificação legal das contas emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas.
2. Desde o início das nossas funções temos tido a melhor colaboração do(s):
 - Conselho de Administração;
 - Responsáveis operacionais pelos serviços de Auditoria Interna do Grupo, de Contabilidade, de Gestão do Risco, de Controlo Interno, de Compliance e de Governação da sociedade;
 - Revisor Oficial de Contas,os quais sempre prestaram esclarecimentos claros e rigorosos às questões que lhes foram colocadas pelo Conselho Fiscal.
3. O Conselho Fiscal apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela GNB GA os quais visam assegurar a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados das suas operações. Adicionalmente, o Conselho Fiscal acompanhou o processo de preparação e divulgação da informação financeira, sendo a mesma adequada.
4. Reunimos, com o revisor oficial de contas da sociedade, tendo tomado conhecimento dos resultados do trabalho desenvolvido nas diferentes fases do trabalho de auditoria, nomeadamente os riscos identificados na fase de planeamento e a resposta aos mesmos



concebida pela equipa de auditoria, os testes de auditoria planeados, trabalho realizado e respetivas conclusões relativamente às contas consolidadas. O revisor oficial de contas acompanhou o processo de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da GNB GA, tendo dado conhecimento ao Conselho Fiscal das suas conclusões e concordância quanto aos documentos elaborados pelo Conselho de Administração.

Tomamos conhecimento da Certificação Legal das Contas sobre as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2017 emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas, sem reservas ou ênfases e com a qual concordamos.

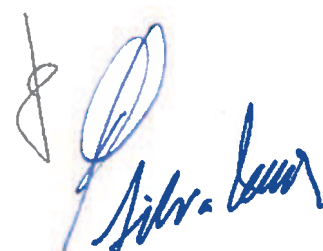
No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi registada uma imparidade no montante de milhares de Euros: 11.616, relacionada com a participação na sociedade de direito espanhol, Novo Activos Financieros, S.A.. Não foi possível ao Revisor Oficial de Contas determinar em que medida a imparidade registada deveria afetar o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 ou os resultados transitados nessa data, incluindo os saldos comparativos apresentados.

Verificamos da independência do revisor oficial de contas para o exercício das suas funções, reunindo o mesmo, os necessários requisitos de independência.

5. Procedemos à apreciação do relatório de gestão e das demonstrações financeiras consolidadas da sociedade que nos foram apresentadas pelo Conselho de Administração. O relatório de gestão obedece às disposições legais e estatutárias, referindo os aspetos mais relevantes da atividade durante o exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o referencial contabilístico em vigor, sendo os princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados adequados e permitindo que as mesmas apresentem uma imagem verdadeira da posição financeira e dos resultados da GNB GA.

Parecer

6. Como resultado das ações de fiscalização realizadas e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove:
 - a) O Relatório de Gestão Consolidado relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017; e
 - b) As Demonstrações Financeiras Consolidadas (Balanço Consolidado, Demonstração de Resultados Consolidado, Demonstração Consolidada de Rendimento Integral e Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado) do exercício de 2017, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;

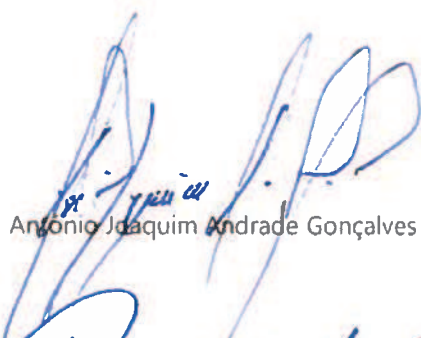


7. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer aos membros do Conselho de Administração, ao Revisor Oficial de Contas e aos Colaboradores da GNB GA toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 15 de junho de 2018

O Conselho Fiscal

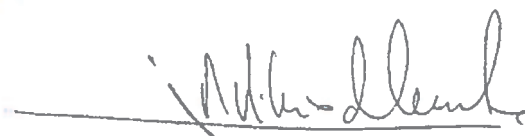
Presidente


António Joaquim Andrade Gonçalves

Vogal


Joaquim Manuel da Silva Neves

Vogal


José Maria Ribeiro da Cunha

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS INDIVIDUAIS

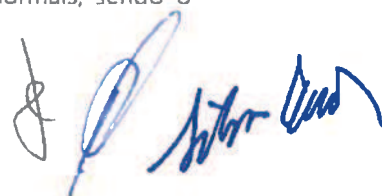
GNB – GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.

Exercício de 2017

Exmos. Acionistas da

GNB – GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre-nos submeter à Vossa apreciação o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como emitir parecer sobre o relatório de gestão e contas e, ainda sobre a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da GNB – GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A. (GNB GA) apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente, apreciamos a certificação legal das contas emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas.
2. O Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, efetuando reuniões periódicas e apreciando os elementos contabilísticos que lhe foram regularmente disponibilizados, bem como os esclarecimentos complementares que foram prestados pelo Conselho de Administração. Para o efeito, reuniu regularmente com o Conselho de Administração da sociedade, bem como com os responsáveis das áreas relevantes, nomeadamente a gestão de risco, o *compliance*, a contabilidade e a auditoria interna corporativa.
3. Foi verificada a regularidade dos registos contabilísticos e o processo de monitorização e acompanhamento da atividade da GNB GA, tendo os responsáveis das áreas operacionais reunido com Conselho Fiscal, apresentando as principais tendências e evoluções ocorridas ao nível da atividade desenvolvida e dos resultados obtidos. Averiguamos da observância da lei e do contrato de sociedade.
4. De modo a garantir uma adequada fiscalização da eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna o Conselho Fiscal, reuniu com: (i) os responsáveis do Departamento de Auditoria Interna do Grupo, na medida em que esta consiste numa função corporativa; (ii) os responsáveis pela área de identificação e monitorização do sistema de risco e do *compliance*; e (iii) os auditores externos, tendo tomado conhecimento dos resultados do trabalho desenvolvido por estas diferentes funções. Não nos foram comunicadas situações de risco anormais, sendo o



sistema de controlo interno adequado face aos riscos operacionais e de relato financeiro identificados.

Verificamos que no decurso do presente exercício foi dada particular atenção à monitorização da atividade desenvolvida pela Sociedade.

5. O Conselho Fiscal apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade os quais visam assegurar a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados das suas operações. Adicionalmente, o Conselho Fiscal acompanhou o processo de preparação e divulgação da informação financeira, sendo a mesma adequada.
6. Reunimos, com o revisor oficial de contas da GNB GA, tendo tomado conhecimento dos resultados do trabalho desenvolvido nas diferentes fases do trabalho de auditoria, nomeadamente os riscos identificados na fase de planeamento e a resposta aos mesmos concebida pela equipa de auditoria, os testes de auditoria planeados, trabalho realizado e respetivas conclusões. O revisor oficial de contas acompanhou o processo de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da sociedade, tendo dado conhecimento ao Conselho Fiscal das suas conclusões e concordância quanto aos documentos elaborados pelo Conselho de Administração.

Tomamos conhecimento da Certificação Legal das Contas sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2017 emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas, sem reservas e com a qual concordamos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi registada uma imparidade no montante de milhares de Euros: 11.616, relacionada com a participação na empresa de direito espanhol, Novo Activos Financieros, S.A.. Não foi possível ao Revisor Oficial de Contas determinar em que medida a imparidade registada deveria afetar o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 ou os resultados transitados nessa data, incluindo os saldos comparativos apresentados.

Verificamos da independência do revisor oficial de contas para o exercício das suas funções, reunindo o mesmo, os necessários requisitos de independência.

7. Procedemos à apreciação do relatório de gestão e das demonstrações financeiras da sociedade que nos foram apresentadas pelo Conselho de Administração. O relatório de gestão obedece às disposições legais e estatutárias, referindo os aspetos mais relevantes da atividade durante o exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o referencial contabilístico em vigor, sendo os princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados adequados e permitindo que as mesmas apresentem uma imagem verdadeira da posição financeira e dos resultados da GNB GA.



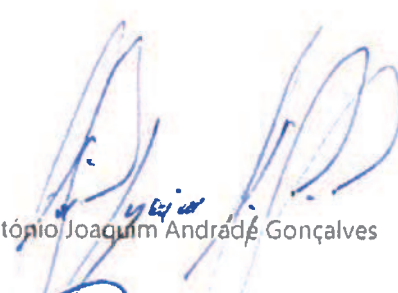
Parecer

8. Como resultado das ações de fiscalização realizadas e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove:
- a) O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas do exercício de 2017, tal como foram apresentados pela Administração;
 - b) A proposta para a aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.
9. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer aos membros do Conselho de Administração, ao Revisor Oficial de Contas e aos Colaboradores da GNB GA toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 15 de junho de 2018

O Conselho Fiscal

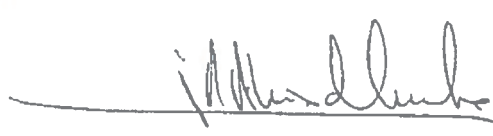
Presidente


António Joaquim Andrade Gonçalves

Vogal


Joaquim Manuel da Silva Neves

Vogal


José Maria Ribeiro da Cunha